

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

CARMEN MARIA KOETZ

**O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL – SAERS: INSTITUCIONALIZAÇÃO**

SÃO LEOPOLDO

2011

CARMEN MARIA KOETZ

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL – SAERS: INSTITUCIONALIZAÇÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle

SÃO LEOPOLDO

2011

K729s Koetz, Carmen Maria

O sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS: institucionalização / por Carmen Maria Koetz. 2011.
191 f. : il ; 30cm.

Dissertação (mestrado) -- Programa de Pós-Graduação em Educação.
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -- Unisinos, São Leopoldo, RS,
2011.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle.

1. Avaliação Educacional. 2. Sistema de Avaliação - Rendimento Escolar
- Rio Grande do Sul. 3. Política Pública - Avaliação Educacional. I. Título.
II. Werle, Flávia Obino Corrêa.

CDU 371.26

CARMEN MARIA KOETZ

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL – SAERS: INSTITUCIONALIZAÇÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Flávia Obino Corrêa Werle - Orientadora

Profª Drª Mari Margarete dos Santos Foster - Unisinos

Profª Drª Nalú Farenzena - UFRGS/RS

Dedico ...

*A todos que, de uma maneira ou outra,
participaram desta construção.*

AGRADECIMENTOS

*Aos meus queridos pais
Egídio e Marlise
Pelo estímulo e apoio.*

*As minha irmãs Clara e Carin
Pelo encorajamento.*

*As minhas amadas filhas
Gisele, Gabriele, Grazielle
Pela paciência, motivação e amor.*

*A minha orientadora Flavia Werle
Pelo acompanhamento, exigência e confiança.*

*As minhas colegas de trabalho
Pela parceria e amizade.*

*A Ana Clara e Suzana que destinaram
Seu tempo para contribuir com este estudo.*

*Ao meu querido companheiro
Vladimir pelo carinho e compreensão.*

*E, principalmente a Deus que, na sua
Bondade e Amor,
Colocou todas estas pessoas maravilhosas
Na minha vida!*

RESUMO

Este é um estudo acerca da trajetória de institucionalização do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul, como política pública de avaliação educacional. Descreve desde as suas primeiras edições em 1996 a 1998, como um Sistema de Avaliação das Escolas Públicas do Estado e, a partir de 2005, já como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS até as edições de 2007 a 2009. Está organizado por período de governo em que ocorreram, dos então governadores Antonio Britto Filho – três primeiras edições (1996/1997/1998), Germano Rigotto uma única avaliação, como projeto piloto vinculado a um Contrato de Gestão (2005) e Yeda Ronrato Crusius (2007/2008/2009). A metodologia utilizada é de cunho qualitativo com coleta e análise de documentos legais normativos, informações veiculadas em jornal do Estado e entrevista semi-estruturada. É um estudo que tem como foco central a preocupação em descrever a operacionalização, os objetivos e finalidade do Sistema de Avaliação Riograndense, a elaboração e composição das provas em cada ano de execução do processo, número de escolas e de alunos participantes, tendo como embasamento a investigação e análise de documentos normativos emitidos pelo governo, pelas da Secretaria de Educação do Estado e por empresas terceirizadas contratadas como prestadoras de serviço. Discute os resultados de cada edição divulgados em periódicos, site da Secretaria de Educação do Estado e em um jornal de grande circulação do Rio Grande do Sul. Concluindo, a cada mudança de governo, novas concepções e práticas políticas de avaliação educacional foram empregadas no Estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de verificar o rendimento dos estudantes. O que implica em depositar no Sistema de Avaliação a condição de diagnóstico da qualidade do ensino público estadual com o objetivo de promover alternativas que venham a melhorar a realidade educacional do Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Avaliação Externa. Política Pública de Avaliação Educacional. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS.

ABSTRACT

This is a study about the history of the institutionalization of the Evaluation System of the State of Rio Grande do Sul as a public policy for the educational evaluation. It describes the first editions, from 1996 to 1998, as an Evaluation System of the Public Schools of the State, and after 2005, when it was already the Evaluation System of the Educational Performance of the State of Rio Grande do Sul (SAERS) up to the issues from 2007 to 2009. This study is organized by the government period in which these evaluation processes occurred: the government of Antonio Britto Filho - the first three editions (1996/1997/1998), the government of Germano Rigotto, in which a single evaluation was conducted as a pilot project linked to a Management Contract (2005) and the government of Yeda Crusius Ronrato (2007/2008/2009). The methodology applied is qualitative, comprehending the collection and analysis of normative legal documents, the analysis of the information published in newspapers of the state and the semi-structured interview. The focus of this study is the description of the operation, the goals and the purpose of the educational evaluation system of Rio Grande do Sul, including the development and content of the tests applied in each edition of the evaluation process, the number of schools and students that were evaluated, based on the research and analysis of normative documents emitted by the government, by the State Board of Education and by outsourced companies that were hired as service providers. In this study, the results of each issue of the evaluation process that were published in the newspapers, in the web site of the Department of Education of the State and in a major newspaper of Rio Grande do Sul are discussed. The conclusion is that, in every governmental change, new concepts and practices related to the educational policies of evaluation were applied in Rio Grande do Sul, in order to check the performance of the students. The results show that the Evaluation System can be considered as a diagnostic of the quality of the public education in the state, whose goal is to promote alternatives to improve the educational reality of Rio Grande do Sul.

Keywords: External Evaluation; Public Policies for Educational Evaluation; Evaluation System of the Educational Performance of the State of Rio Grande do Sul.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1- Levantamento de Dissertações e Teses sobre as Avaliações Externas nos Estados brasileiros | 17 |
| Quadro 2 - Ficha catográfica dos trabalhos que se aproximam com a temática da pesquisa | 18 |
| Quadro 3 - Governadores do RS/ período de exercício e documentos emitidos..... | 24 |
| Quadro 4 - Governador/RS, Secretário (a) de Educação/RS no período de 1995/1998 e localização dos documentos | 43 |
| Quadro 5 - Abrangência do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1996 | 54 |
| Quadro 6 - Abrangência do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1997 | 60 |
| Quadro 7 - Comparação do Sistema de Avaliação do Rio Grande do Sul entre 1996/1997 considerando número de escolas, alunos, séries, disciplinas e questionário | 61 |
| Quadro 8 - Abrangência do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1998 | 65 |
| Quadro 9 - Comparação do Sistema de Avaliação do Rio Grande do Sul entre 1996/1998 considerando número de escolas, alunos, séries, disciplinas e questionário | 66 |
| Quadro 10 - Governador, Secretários (as) de Educação/RS no período de 2003/2006 e localização dos documentos | 69 |
| Quadro 11 - Comparativo entre o Contrato de Gestão e o Subcontrato de Gestão/2005 | 73 |
| Quadro 12 - Comparativo entre o Contrato de Gestão e o Subcontrato de Gestão/2005 | 74 |
| Quadro 13 - Fórmula da descrição dos indicadores | 76 |
| Quadro 14 - Estruturação das provas de Português e Matemática em 2005 para a 2ª série e 5ª série..... | 82 |
| Quadro 15 - Abrangência do SAERS/2005 da rede estadual de ensino:..... | 83 |
| Quadro 16 - Governadores/RS, Secretários (as) de Educação/RS, documentos/ localização.. | 90 |
| Quadro 17 - Posições do Estado do Rio Grande do Sul, em nível nacional, nas avaliações do MEC nos anos de 2003 e 2005 | 91 |
| Quadro 18 - Programas Estruturantes 2007/2010..... | 96 |
| Quadro 19 - Estruturação das provas de Português e Matemática do SAERS/ 2007 em cada série e nível de ensino..... | 103 |
| Quadro 20 - Alterações do SAERS/2005 para o SAERS/2007..... | 108 |
| Quadro 21 - Diferenças solicitadas pela SEE/RS na elaboração dos Boletins Pedagógicos entre o SAERS/ 2008 e o SAERS/ 2009 | 118 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 22 - Atividades realizadas nos Estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná para apropriação e utilização dos resultados das avaliações | 127 |
| Quadro 23 - Comparação entre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar – SAERS no período de 2007/2010 e a proposta de avaliação para 2011/2014..... | 135 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1- Premiação das escolas da 25ª e 32ª CREs do Estado do Rio Grande do Sul | 84 |
| Tabela 2 - Estimativa de valores que seriam desembolsados pelo Estado se todas as escolas participassem do SAERS/2005..... | 86 |
| Tabela 3 - Abrangência do SAERS/2007, número de escolas, alunos, séries e disciplinas... | 104 |
| Tabela 4- Escala de Proficiência e Níveis de desempenho por série e disciplina | 106 |
| Tabela 5 - Média dos resultados do SAERS/2007 e os Níveis de Proficiência..... | 107 |
| Tabela 6 - Abrangência do SAERS/2008, número de escolas, alunos, séries e disciplinas:.. | 113 |
| Tabela 7 - Participação das escolas e dos alunos do SAERS/ 2007 para o SAERS/2008 | 114 |
| Tabela 8 - Resultados do SAERS 2007/2008..... | 115 |
| Tabela 9 - Estimativa de participação no SAERS/2009 | 122 |
| Tabela 10 - Resultados do SAERS 2007/ 2008/ 2009..... | 126 |

LISTA DE ABREVIATURAS

AVA - Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Estado do Paraná
ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
BID – Blocos Incompletos Balanceados
CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CORAG - Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas
CRE/RS - Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul
DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais
DE/RS - Delegacias de Ensino do Rio Grande de Sul
DEPLAN - Departamento de Planejamento
DEPROJ - Departamento de Monitoramento de Projetos
DPAI - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FAMURS - Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul
FAURGS - Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FDRH - Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento e Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INDG - Instituto de Desenvolvimento Gerencial
MEC - Ministério da Educação e Cultura
NAEP - *National Assessment of Education Progress* - Avaliação Nacional do Progresso em Educação
OECD - Organização para a Cooperação Econômica e do Desenvolvimento
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PEE - Plano Estadual de Educação

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPE - Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco
SAERS - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul
SARESP - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEE/RS - Secretaria Estadual do Estado do Rio Grande do Sul
SEPLAG- Secretaria do Planejamento e Gestão
SCP - Secretaria da Coordenação e Planejamento
SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SINEPE - Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado
SME - Sistema Municipal de Educação
SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNDIME- União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS..... | 22 |
| 3 AVALIAÇÃO EXTERNA: DA TEORIA A PRÁTICA..... | 27 |
| 3.1 Trajetória das Avaliações em Larga Escala..... | 32 |
| 3.2 SAEB: em Que Consiste e Como Se Configura | 39 |
| 4 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 1995/1998 (GOVERNO DE ANTONIO BRITTO FILHO) | 42 |
| 4.1 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1996..... | 47 |
| 4.2 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1997: | 57 |
| 4.3 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1998: | 62 |
| 5 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SAERS, NO PERÍODO DE 2003/2006 (GOVERNO DE GERMANO RIGOTTO) | 69 |
| 5.1 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2005..... | 78 |
| 6 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO RIO GRANDE DO SUL – SAERS, NO PERÍODO DE 2007 A 2009 (GOVERNO YEDA RORATO CRUSIUS) | 90 |
| 6.1 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2007..... | 98 |
| 6.2 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2008..... | 109 |
| 6.3 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2009..... | 116 |
| 7 ELEMENTOS CONCLUSIVOS | 130 |
| REFERÊNCIAS | 137 |
| APÊNDICE A - ENTREVISTA | 147 |
| ANEXO A - SISTEMAS DE AVALIAÇÃO NOS ESTADOS BRASILEIROS..... | 148 |
| ANEXO B – NOTÍCIAS VEICULADAS NO JORNAL CORREIO DO POVO (1997/2009) | 151 |
| ANEXO C – DOCUMENTOS DE POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: MAPEAMENTO ORGANIZADO POR CATEGORIA DA PESQUISA (1996-2009)..... | 163 |

1 INTRODUÇÃO

A palavra avaliação, quando utilizada na educação, logo é associada à prática do professor no processo de ensino e aprendizagem de sala de aula, pois são eles que, regularmente, se utilizam deste processo com o objetivo de avaliar o quanto seus alunos sabem antes de iniciar um conteúdo ou, em avaliar o que eles aprenderam durante um determinado período ou ainda, avaliar para a análise de sua própria metodologia e prática pedagógica.

Além desta avaliação que, centraliza o foco na aprendizagem do aluno, tem ocorrido, em nível nacional e estadual, mais um tipo de avaliação – as Avaliações Externas ou de Larga Escala. No caso da Educação Básica temos em âmbito nacional o SAEB e a Prova Brasil e em âmbito estadual, alguns Estados já possuem seu sistema próprio de avaliação, dentre eles cita-se o Ceará, São Paulo, Minas Geras, Paraná, Pernambuco (ver Anexo A), e o Estado do Rio Grande do Sul tem o SAERS - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul foco deste estudo.

A escolha deste tema decorre dos constantes desafios, questionamentos, dúvidas e preocupações enfrentados por gestores de secretarias, diretores, professores, pais e alunos frente aos Sistemas de Avaliações em larga escala da Educação, institucionalizados a partir da década de 1990.

Minha primeira graduação foi em 1985 em Ciências Físicas e Biológicas na Universidade do Rio dos Sinos - Unisinos. Mas foi somente em 2002 que entrei pela primeira vez em uma sala de aula como professora da disciplina de Matemática após ter sido nomeada através de concurso público estadual. Percebi que não teria dificuldade nos conteúdos programáticos, mas uma série de dúvidas começou a surgir principalmente com relação a práticas e ações pedagógicas. Uma possibilidade de diminuir minhas incertezas em relação à docência foi retornar à Universidade. Iniciei no segundo semestre de 2002 o curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Rio dos Sinos - Unisinos.

Foi em outubro/novembro de 2005, estando em sala de aula como professora de Matemática em uma turma de 5ª série do Ensino Fundamental de 8 anos letivos, que tive a primeira experiência com as avaliações externas. A escola participou da Prova Brasil. A lembrança que tenho deste episódio foram os cartazes que vieram para a escola no ano seguinte. Recordo-me da dificuldade de interpretação dos dados, pelos professores, visto que não foi oportunizado momentos de esclarecimentos por parte da equipe diretiva ou da

Coordenação Pedagógica da escola. Entre nós professoras aconteceram algumas conversas informais, olhares para os números, comentários da posição da nossa escola frente as outras, muitos questionamentos e discussões a respeito da pontuação atingida, mas nada foi divulgado ou debatido com a comunidade escolar.

No ano seguinte – 2006, também em outubro, ocorreu o processo de eleição para diretores para a Gestão 2007/2009. Candidatei-me e fui eleita diretora de uma escola da rede estadual de ensino do município de Novo Hamburgo. Recordo-me que no início de minha gestão em 2007, recebi uma carta da 2ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE parabenizando a direção pelos resultados obtidos na Prova Brasil. Senti muito orgulho, pois no período da aplicação da prova fazia parte do corpo docente da escola e sempre tive preocupação com a aprendizagem e desempenho dos alunos.

No início de 2008 veio um convite da 2ª CRE em parceria com o MEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, para os diretores que estavam em exercício na função, das redes municipais e estaduais, a nível nacional, participar de um curso de Pós - graduação Lato Sensu em Gestão Escolar promovido pelo Departamento de Estudos Especializados - Faculdade de Educação. Foi uma aprendizagem riquíssima. Passei a ter um conhecimento mais aprofundado sobre gestão democrática, participação dos colegiados nas decisões da escola, gerenciamento dos recursos financeiros enviados, avaliação de aprendizagem, avaliação institucional, sistemas de avaliações e principalmente o foco do meu trabalho na época a (Re) Construção do Projeto Pedagógico da escola que datava de 2001. Esta possibilidade de reflexão – ação – reflexão foi o suporte necessário para a prática cotidiana que uma gestão exige.

A escolha desta pesquisa, com foco nas Avaliações do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS¹ se deu em grande parte pelas avaliações que estão acontecendo em todas as escolas da rede estadual de ensino.

¹ O SAERS é o Sistema de avaliação do rendimento escolar que ocorre anualmente no estado do Rio Grande do Sul. Tem como objetivo fornecer resultados para a correção das políticas educacionais, visando à melhoria da qualidade do ensino, a autonomia da escola, a promover parcerias com diferentes segmentos da sociedade em benefício de uma melhor atuação da escola e ao desenvolvimento de uma cultura de avaliação que envolva a participação da comunidade escolar. Participam do SAERS as escolas da rede pública estadual, urbanas e rurais, independente do número de alunos, e as redes municipais e particulares cujas mantenedoras aderiram às provas. As séries avaliadas são as turmas da 2ª série/ 3º ano, 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e as turmas do 1º ano do Ensino Médio.

O Estado do Rio Grande do Sul é formado por 496 municípios. A rede estadual de ensino atende 2581 escolas (RIO GRANDE DO SUL, 2010) divididas em 30 Coordenadorias Regionais de Educação – CREs².

O Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul foi implantado em 1996 e teve continuidade nos anos de 1997 e 1998 envolvendo todas as escolas da rede estadual de ensino. Posteriormente, em 2005, sob a denominação SAERS, foi retomado envolvendo apenas duas CREs. Mas foi, a partir de 2007, que vem acontecendo anualmente e abrangendo todas as escolas estaduais e as municipais e particulares que tiverem interesse em aderirem ao processo.

Foi no primeiro ano de minha gestão (2007) que o SAERS foi retomado e que venho acompanhando sistematicamente os acontecimentos que giram em torno de sua execução. Foram reuniões de capacitação para diretores e coordenadores pedagógicos das escolas estaduais com explanação e estudos das questões de Língua Portuguesa e Matemática apresentadas nos testes, os gráficos e níveis de proficiência, os descritores, a Matriz Curricular de Referência e os resultados divulgados em periódicos com dados do Estado, Município, CREs e escolas.

Portanto, considerando minha trajetória acadêmica e profissional, as edições decorridas do SAERS como um sistema próprio de avaliação educacional do Estado do Rio Grande do Sul e a importância de divulgação deste processo que elaborei o presente estudo de Mestrado que descreve e analisa a institucionalização do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul – SAERS.

Meu objetivo principal consiste em descrever e analisar o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS – em uma perspectiva histórica no período de 1996 a 2009.

Dentre os objetivos específicos relacionados diretamente com a temática, pretendo ainda:

- Analisar os objetivos e a finalidade do Sistema de Avaliação em cada edição;
- Relatar a operacionalização do Sistema de Avaliação em cada aplicação;

²A denominação Coordenadoria Regional de Educação – CREs foi instituída a partir do Decreto 40.360 de 17 de Outubro de 2000. Este documento altera a redação das alíneas “a” e “c” do inciso IV do artigo 5º do Decreto n. 35.918 de 12 de abril de 1995, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Educação que até então era composta por Delegacias de Educação – DEs. (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

- Descrever a elaboração e formatação das provas de cada processo;
- Apresentar a abrangência, em termos de número de escolas e de alunos, as séries e disciplinas avaliadas;
- Apresentar e analisar os resultados atingidos em cada edição;
- Identificar as informações sobre o SAERS divulgadas à sociedade rio-grandense a partir de 1996 em jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul (Correio do Povo) como também a partir de 2005 no site da Secretaria Estadual de Educação.
- Identificar as informações relatadas por meio de uma entrevista semi estruturada.

Para argumentar a importância deste trabalho foi pesquisado, nos meses de setembro e outubro de 2009, no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, no período de 1996 a 2008, produções que se aproximavam da pesquisa.

Os descritores utilizados foram os Sistemas de Avaliação desenvolvidos por alguns Estados da Federação que possuem esta política pública de avaliação educacional:

SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul;

SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública;

SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará; SAEPE - Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco; SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo;

AVA – Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Paraná;

SAEPE – Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco;

SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

Foram encontrados 24 trabalhos, sendo uma Tese e 23 Dissertações. O quadro seguinte explana a distribuição anual de dissertações e teses, o Estado pesquisado e a área da pesquisa.

Quadro 1- Levantamento de Dissertações e Teses sobre as Avaliações Externas nos Estados brasileiros

| Ano | Quantidade | Tese Dissertação | Estado | Área |
|------|------------|---------------------|----------------|--|
| 1998 | 2 | Mestrado | São Paulo | Educação |
| 1999 | 1 | Mestrado | São Paulo | Educação |
| 1999 | 1 | Mestrado | Paraná | Educação |
| 2001 | 1 | Mestrado | São Paulo | Educação |
| 2002 | 3 | Mestrado | Minas Gerais | Educação |
| 2003 | 4 | Mestrado | São Paulo | Educação |
| 2004 | 1 | Mestrado | São Paulo | Educação |
| 2004 | 1 | Mestrado | Minas Gerais | Educação |
| 2005 | 3 | Mestrado | Minas Gerais | Educação |
| 2006 | 1 | Mestrado | São Paulo | Educação |
| 2006 | 1 | Mestrado | São Paulo | Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem |
| 2007 | 1 | Mestrado | Ceará | Políticas Públicas e Sociedade |
| 2007 | 1 | Doutorado | São Paulo | Educação |
| 2008 | 2 | Mestrado | São Paulo | Educação |
| 2008 | 1 | Mestrado | Rio de Janeiro | Educação |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os trabalhos citados a cima são pesquisas realizadas em diferentes Estados brasileiros e áreas de ensino. Destas pesquisas foram selecionadas duas que mais se aproximaram do tema abordado e foi elaborada uma ficha catalográfica contendo a identificação e o resumo do estudo. São elas:

Quadro 2 - Ficha catalográfica dos trabalhos que se aproximam com a temática da pesquisa

| Ficha Catalográfica | Aproximação com meu tema |
|---|--|
| Autor: LIMA, Alessio Costa Título: O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) como Expressão da Política Pública de Avaliação Educacional do Estado Instituição de defesa: Universidade Estadual do Ceará Estudo: Dissertação de Mestrado Ano da defesa: 2007 | Análise da Política de Avaliação Educacional implementada no Estado do Ceará pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul Básica através do SPAECE. |
| Autor: Lopes, Valéria Virginia Título: Cartografia da Avaliação Educacional no Brasil. Instituição de defesa: Universidade de São Paulo - USP Estudo: Tese de Doutorado em Mestrado Ano da defesa: 2007 | Aspectos relevantes quanto a questão de como os estados brasileiros se apropriaram e traduziram a diretriz nacional de avaliação da Educação Básica no período de 1996/2007. Apresenta uma coletânea de dados dos vinte e seis estados brasileiros e do distrito federal com o intuito de mapear a avaliação educacional nestes estados. |

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro trabalho descreve a trajetória histórica de implementação do Sistema de Avaliação Educacional no Estado do Ceará. O autor apresenta os documentos normativos em uma linha temporal de institucionalização.

A Tese de Doutorado de Lopes (2007) apresenta um mapeamento das políticas educacionais de avaliação nos diferentes Sistemas de Avaliações Educacionais implementados em cada um dos vinte e seis Estados brasileiros e do Distrito Federal. Explícita que, dos vinte e seis Estados e Distrito Federal, dez desenvolvem seu sistema próprio de avaliação. São eles: Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os sistemas mais antigos de avaliação foram criados nos Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, entretanto, no Mato Grosso do Sul e na Bahia os programas foram extintos³ e no Rio Grande do Sul a avaliação ocorreu em 1996/1997/1998, no ano de 2005, como projeto piloto, e nos anos de 2007 a 2010.

³ Convém esclarecer que estes dados são de 2007. Em 2009, segundo pesquisa no site da Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul e da Bahia encontrei as seguintes informações: O Mato Grosso do Sul teve ainda uma avaliação em 2005. Na Bahia, em 2008, ocorreu a Avaliação Externa do Ensino Médio - AVALIE que avalia o desempenho dos alunos das escolas exclusivas do Ensino Médio, por meio de uma avaliação seriada, que acompanha os alunos ao longo de três anos.

A autora descreve como as políticas de avaliação são produzidas e implementadas nos Sistemas Estaduais de Ensino detalhando e analisando suas características. Entre eles está o Sistema de Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS, onde Lopes (2007) relata alguns aspectos da política educacional do Estado, como o Plano Estadual de Educação – PEE - suas metas, diretrizes e programas organizados pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. Apresenta ainda a trajetória do SAERS, seus objetivos, abrangência e periodicidade, tratamento, divulgação e usos dos resultados, entretanto, a autora enfatiza que “optou-se por não realizar um estudo em profundidade” (LOPES, 2007. p. 25) o que caracteriza lacunas que devem ser preenchidas.

Embora, há algum tempo o SAERS seja executado no âmbito das políticas públicas de avaliação do Estado do Rio Grande do Sul, ainda não foi objeto de uma maior discussão. Entretanto sobre ele existem algumas referências importantes citadas nos estudos de Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral, tanto na sua dissertação de mestrado intitulada “A Trajetória da Gestão Democrática da Educação na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul”, no período de 1985 a 2001, (2006), quanto na sua tese de doutorado “A Política de Gestão da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (2007-2010): o fortalecimento da gestão gerencial”, (2010).

No desenrolar de sua dissertação faz uma breve referência ao Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul no período de 1996-1998, apresentado um quadro demonstrativo da aplicação do programa de avaliação externa, onde situa o número de alunos e escolas participantes em cada edição, as séries e disciplinas avaliadas, os recursos financeiros empregados e os contratos com empresas de terceirização.

[...] percebemos que a Secretaria de Educação contratou uma entidade de direito privado sem fins lucrativos para a formulação e realização da avaliação. Os recursos financeiros destinados ao Programa de Avaliação Externa das escolas estaduais entre 1996-1998 foram quase triplicados. [...] houve uma pequena diminuição na quantidade de alunos da rede estadual que realizaram a avaliação. Outro dado evidenciado foi o público destinado e as disciplinas avaliadas.

É importante salientar que o governo do Rio Grande do Sul, nesse período, executa as mesmas ações do MEC em relação à avaliação institucional. O processo de terceirização é implantado para a construção das provas. Sendo assim, o governo não se envolve com o operativo, pois o fundamental é o resultado dessas avaliações. (AMARAL, 2006, p.126-127).

Na sua tese de doutorado, Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral (2010), comenta sobre o processo de avaliação ocorrido em 2005, como Projeto Piloto em apenas duas Coordenadorias Regionais de Educação – 25ª e 32ª CREs, por meio de um Contrato de Gestão firmado entre o governo do Estado e a SEE/RS e de Subcontratos de Gestão assinados entre a SEE/RS e as escolas pertencentes a estas duas CREs. Apresenta as séries e disciplinas avaliadas, número de alunos e escolas participantes do SAERS/2005. Relata os programas e projetos desenvolvidos na área educacional entre 2007 e 2010 entre eles cita sucintamente, o Sistema de Avaliação do Rendimento Escola do Estado do Rio Grande do Sul – SAERS.

Desta forma, nestes dois estudos com foco na trajetória da gestão democrática no Estado do Rio Grande do Sul, o Sistema de Avaliação do Estado não é o objeto principal de análise e discussão, sendo brevemente comentado.

Portanto, a partir das leituras de autores comprometidos com a avaliação em larga escala e dos estudos apresentados acima se pretende estabelecer uma interlocução, no decorrer da pesquisa, procurando estabelecer elementos que contribuam para responder as questões propostas.

Com a inexistência de estudos mais aprofundados sobre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Rio Grande do Sul - SAERS, principalmente no que tange a trajetória de sua institucionalização, fica evidenciado a originalidade e importância desta pesquisa

O presente trabalho apresenta-se dividido em seis capítulos. O capítulo seguinte versa sobre a metodologia empregada para o encaminhamento da pesquisa, clarificando o processo de investigação, a coleta de dados, análise dos documentos e a entrevista semi-estruturada.

O terceiro capítulo trata da trajetória dos Sistemas de Avaliações em Larga Escala instituídos no Brasil a partir da década de 1990, buscando destacar o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB em que consiste e como se configura.

O quarto capítulo descreve a institucionalização do Sistema de Avaliação no Estado do Rio Grande do Sul no período de governo de Antonio Britto Filho (1995/1998). Destaca os documentos normativos que balisaram a implantação do Sistema de Avaliação, sua operacionalização nas edições de 1996/1997 e 1998, bem como o objetivo e finalidade a que se proponha o sistema neste período. Apresenta a composição e elaboração das provas, abrangência, séries e disciplinas participantes.

Em continuidade, o capítulo seguinte, relata sobre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul- SAERS/2005. Realizado no governo de

Germano Rigotto (2003/2006) como Projeto Piloto de Avaliação, executado em apenas duas Coordenarias Regionais de Educação, por meio de Contrato de Gestão firmado entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e a SEE/RS e desta com as escolas da rede estadual por meio de Subcontratos de Gestão que instituíam a premiação das unidades escolares com melhores resultados.

O sexto capítulo descreve a retomada do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul nas edições de 2007/2008/2009, da então governadora Yeda Rorato Crusius (2007/2010). São apresentados os documentos emitidos que normatizam a aplicação do SAERS, os programas e os projetos desenvolvidos. Esclarece quanto a abrangência, séries e disciplinas avaliadas. Retrata as informações que circularam no site da Secretaria de Educação do Estado e no jornal inerentes a temática em discussão.

Assim, pretende-se com este trabalho elencar elementos que contribuam para uma reflexão mais crítica e contextualizada do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul – SAERS, bem como fornecer subsídios que oportunizem novas leituras e compreensão desta política de avaliação do Estado.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para fins deste estudo a metodologia utilizada na pesquisa foi de cunho qualitativo com análise de documentos e entrevista semi-estruturada.

Na construção de uma pesquisa de cunho qualitativo não existe objetividades e verdades absolutas, ou seja, não há conhecimento definitivo, mas várias subjetividades compartilhando diferentes pontos de vista “que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 22). Neste sentido, pesquisar é agregar mais conhecimentos, partindo da compreensão e explicação de referenciais, aos estudos e teorias já realizados para levantamento e sustentação de novas ideias, questionamentos e hipóteses.

Para tanto, fez-se necessário previamente, uma pesquisa bibliográfica com o intuito de aprofundar a compreensão dos conteúdos específicos à temática em estudo, utilizando-se para tal, livros de referência, publicações, sites, entre outros. Esta pesquisa bibliográfica sustentou a elaboração do presente trabalho abordando, inicialmente, em um contexto mais amplo, as avaliações em larga escala como política pública de avaliação educacional, descrevendo a trajetória do Sistema Nacional de Avaliação- SAEB como referência e influência à implantação do Sistema de Avaliação no Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida os referenciais subsidiaram especificamente a temática do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul, enfocando desde a sua implantação (1996), evolução e principais alterações ocorridas ao longo das sete edições.

O procedimento se constituiu em três momentos interligados, porém distintos na sua forma de operacionalização. Primeiramente com análise de documentos a partir da implantação do Sistema de Avaliação no período de 1996 a 1998 e de sua implementação, já como SAERS, de 2005 a 2009. No segundo momento com busca de informações em um jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul e no site da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, no mesmo período, e por fim o emprego de entrevista semi-estruturada à Coordenadora dos trabalhos do Sistema de Avaliação das Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul no período 1996/1998.

Os documentos utilizados como materiais de pesquisa proporcionam que se extraiam deles toda análise necessária, organizando e interpretando os dados segundo os objetivos da proposta da investigação. “A ‘análise documental’ é outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações [...]”

(TRIVINOS, 1987, p. 111). Desta forma, este procedimento se fundamentou em uma investigação de base histórica com busca de elementos que possibilitassem a descrição temporal da implantação, evolução e configuração do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em todas as suas edições de aplicação.

Para organizar os documentos inerentes à pesquisa fez-se necessário distribuí-los por período de governo onde ocorreram as avaliações externas, ou seja, Governo de Antonio Britto Filho (1996/1998), gestão de Germano Rigotto (2003/2006) e o Governo de Yeda Rorato Crusius (2007/2010). O período de gestão de Olívio Dutra (01/01/1999 a 31/12/2002) não foi incorporado ao estudo devido ao fato de não ter ocorrido o processo de avaliação externa durante o seu governo.

A pesquisa documental foi realizada nos materiais emitidos pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (Leis/ Decretos), nos instrumentos produzidos pela SEE/RS (projetos, relatórios) e nos documentos fornecidos pelas empresas terceirizadas que foram contratadas pela SEE/RS para realização do processo (relatórios, periódicos).

Elencados todos os documentos, fez-se necessário ordená-los, por período de governo, respeitando a data de emissão de cada um, conforme o quadro que segue:

Quadro 3 - Governadores do RS/ período de exercício e documentos¹ emitidos

| Governador | Gestão | Documentos |
|----------------------|-----------|---|
| Antonio Britto Filho | 1995/1998 | <ul style="list-style-type: none"> - Plano de Governo 1995/1998-Movimento Rio Grande Unido e Forte; - Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática; - Projeto de Avaliação/ 1996; - Manual de Orientações das Avaliações /1996; - Relatório de implantação do Projeto de Avaliação/1996; - Instruções para elaboração das provas da Avaliação/ 1996; - Decreto 36.893/1996 institui o Sistema de Avaliação; - Documento - Resultados preliminares da avaliação/1996; - Divulgação da avaliação/1996 e anúncio de Programa de Qualificação para docentes; - Relatório da 2ª fase da avaliação- Gestão Escolar de 1995 a 1998 - Síntese do levantamento de opinião das DEs sobre o trabalho do DPAI/DEPLAN/SE - 1997; - Projeto de Avaliação das Escolas da Rede Pública 1997/1998; - Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual- Orientações Gerais/1997; - Documento - Resultados preliminares da avaliação/1997/1998; - Avaliação das escolas da rede pública estadual e municipal/1998; - Lei 11.126 /1998 implanta o Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual. |
| Olívio Dutra | 1999/2002 | Não ocorreram às avaliações externas do Estado. |
| Germano Rigotto | 2003/2006 | <ul style="list-style-type: none"> - Plano de governo 2003/2006; - Lei 12.237/2005 versa sobre o Contrato de Gestão; - Contrato de Gestão entre Governo e SEE/RS; - Subcontrato de Gestão entre a SEE/RS e as escolas; - Projeto Básico- SAERS/2005 no Ensino Fundamental; - Decreto 44.045/2005 dispõe sobre o contrato de gestão, o subcontrato de gestão e a premiação por produtividade; - Relatório final da premiação – SAERS/2005 do Contrato de Gestão; - Relatório Geral Técnico/ Pedagógico – SAERS/2005; |
| Yeda Crussius | 2007/2010 | <ul style="list-style-type: none"> - Plano de Governo 2007/2010; - Decreto 45.300/2007 institui o SAERS; - Decreto 45.273/2007 institui Modernização da Gestão Pública; - Projeto Básico SAERS/2007; - Boletins pedagógicos das avaliações/2007 para cada série avaliada; - Plano Plurianual- 2008/2011. - Projeto Básico SAERS/2008; - Boletins pedagógicos das avaliações/2008 para cada série avaliada; - Projeto Básico SAERS/2009; - Guia de Estudos – avaliação 2009; - Boletins pedagógicos das avaliações/2009 para cada série avaliada |

Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida foi extraído de cada documento as informações consideradas essenciais à temática do estudo.

A partir destas sínteses registradas foi realizado um mapeamento dos documentos compondo um quadro (Anexo C) com as seguintes categorias:

¹ Os documentos legais referidos no quadro não estão identificados por sua ementa, mas referidos apenas pelo seu conteúdo principal.

1. Finalidade e objetivo do Sistema de Avaliação em cada edição;
2. Operacionalização do Sistema de Avaliação em cada edição;
3. Abrangência (número de escolas e de alunos), séries e disciplinas avaliadas;
4. Elaboração e estrutura das provas e questionários em cada edição;
5. Análise e divulgação dos resultados.

Entende-se por categorias

um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à idéia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Neste sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa (GOMES, 2001, p. 70).

Feito este levantamento e mapeamento, o terceiro momento deu-se mediante uma entrevista semi – estruturada em maio de 2011 com questões previamente definida à Chefe da Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Ana Clara Halasi, que participou do planejamento, execução e acompanhamento do Sistema de Avaliação das Escolas Públicas do Estado no período de 1996/1998. (Apêndice A).

Uma entrevista semi – estruturada é uma ferramenta usada pelo pesquisador para obter informações concretas e pré-elaboradas sobre o seu foco de pesquisa, mas que, ao mesmo tempo, permite examinar questões não previstas, propiciando ao entrevistado comentar sobre o tema abordado outros aspectos que considera pertinente. Neste sentido

Quando fazemos uso de entrevista semi-estruturada, por um lado, visamos garantir um determinado rol de informações importantes ao estudo e, por outro, para dar maior flexibilidade à entrevista, proporcionando mais liberdade para o entrevistado aportar aspectos que, segundo sua ótica, sejam relevantes em se tratando de determinada temática. (NEGRINE, 1999, p. 75).

Os capítulos, deste estudo, foram estruturados de forma a respeitar a temporalidade na emissão dos documentos. Tratando de maneira articulada e comparativa as características de

cada edição do Sistema de Avaliação, se utilizando de uma narrativa seqüencial para descrever e analisar as categorias propostas.

Acredita-se que desta maneira os caminhos metodológicos são coerentes com a proposta do estudo, vindo seus resultados comporem a trajetória de institucionalização do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul.

3 AVALIAÇÃO EXTERNA: DA TEORIA A PRÁTICA

Nos últimos anos, a palavra avaliação vem desempenhando um papel fundamental na educação e quando mencionada remete a questionamentos, todos muito instigantes para estudiosos, pesquisadores e pessoas interessadas na melhoria da qualidade da educação. Portanto, falar de avaliação é elencar um tema engajado na prática social que está presente no cotidiano das escolas.

Quando se pensa sobre o tema avaliação educacional logo surgem as questões - O que é avaliar? Para que servem as avaliações? Esteban (2003) discute a avaliação como sendo um processo de reversão do fracasso escolar em um processo de construção do sucesso escolar de todas as crianças. Olhando por este prisma a avaliação pode ser concebida como uma ferramenta pela qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar a construção do conhecimento do sujeito. A construção de conhecimento se processa por toda a vida do sujeito fazendo da avaliação um processo contínuo e permanente, pois “se está sempre a avaliar, e se avaliar significa interpretar, nunca se chega a conseguir dizer em que é que consiste a avaliação, a qual nunca se poderá limitar [...]” (HADJI, 1994, p. 27).

Acreditava-se que os principais problemas da educação básica no Brasil eram a falta de escolas e as altas taxas de abandono escolar, resultado da necessidade das famílias de que seus filhos participassem da força de trabalho. Esta realidade direcionava os trabalhos de pesquisa para o tema do acesso e do fluxo escolar. Com esta preocupação a educação passou a se expandir chegando à universalização do acesso. A partir daí, os problemas da educação básica brasileira não eram mais a falta de escolas, mas as elevadas taxas de repetência e reprovação e a má qualidade da educação. Com isso tornaram-se necessários “estudos que mostrassem mais claramente o atendimento educacional oferecido à população e seu peso sobre o desempenho dos alunos dentro do sistema escolar” (BONAMINO, 2002, p. 15). Estes estudos conduziram as primeiras experiências em avaliações em larga escala que surgiram para medir a qualidade da educação brasileira.

A preocupação com a avaliação no país teve início da década de 1980, quando o Ministério da Educação começou a estudar sobre avaliação educacional fomentado, principalmente, pelas agências internacionais, que condicionaram o envio de recursos financeiros para o país de acordo com o desenvolvimento e eficácia dos projetos educacionais e os resultados apresentados nas avaliações. “Quase todos os últimos acordos assinados entre

o Brasil e o Banco Mundial tiveram um componente de avaliação educacional, visando a verificar a efetividade das ações geradas nos projetos” (PERONI, 2003, p. 110).

A má qualidade da educação e seus efeitos sobre a população vêm sendo percebidos pelos Sistemas de Avaliação Nacionais e Internacionais. Em âmbito Internacional o país tem participado de avaliações como o PISA¹ implementado pela Organização para a Cooperação Econômica e do Desenvolvimento - OECD². Mas foi a partir da década de 90 que o MEC e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)³ começaram a obter informações sobre o desempenho da educação básica por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), “com o objetivo de coletar informações sobre a qualidade dos resultados educacionais sobre como, quando e quem tem acesso ao ensino de qualidade” (PESTANA, 1998, p. 66). Para Fontanive (1997, p. 34) são informações “consistentes, confiáveis, válidas e comparáveis para responder basicamente a duas questões: Qual é a qualidade da educação fornecida no país? Em que condições ela se realiza?”

As avaliações em larga escala

[...] têm sido adotadas preponderantemente para identificar os perfis de aprendizagem e comparar os desempenhos, para monitorar a qualidade dos sistemas de ensino, realizar estudos de tendências, e, ainda orientar a implementação de políticas educacionais (FONTANIVE, 2005, p.156).

Conforme a mesma autora, nestas avaliações os instrumentos utilizados como provas, questionários, testes de proficiência são produzidos por pessoas de fora da escola. É um grupo multidisciplinar de especialistas que consideram os conteúdos que os alunos deveriam aprender por série/idade. Um dos pontos principais destas avaliações é a definição das habilidades e competências ou o tipo de conhecimento que se espera transmitir à população selecionada.

Neste caso, de acordo com Fontanive (2005), os testes são analisados por procedimentos “matemáticos e técnicas estatísticas complexas” (p. 156), que buscam

¹ O Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA é dirigido a jovens e adultos entre 15 e 16 anos de idade sem considerar a série freqüentada. Tem como objetivo medir o desempenho e o conhecimento dos escolares. As áreas avaliadas são Leitura, Matemática e Ciências. As avaliações ocorrem a cada três anos e se estenderá até 2015. No ano de 2000 a avaliação teve como foco a Leitura, em 2003 a Matemática e em 2006 foi Ciências. Em 2006 o Brasil participou com mais cinco países da América Latina: Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e México. Nesta edição o Brasil apresentou resultados similares aos anteriores em Ciências, leve queda em Leitura e aumento relevante nos resultados em Matemática (BRASIL, 2007).

² Agência Internacional responsável pela aplicação de testes com resultados comparativos.

³ É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

relacionar os diferentes cadernos de testes ou as avaliações realizadas em diferentes períodos para análises comparativas entre o grupo ou subgrupo de alunos participantes. A aplicação de tais avaliações ocorre em um grande número de alunos e de forma padronizada abrangendo diferentes turmas, escolas e redes de ensino em diferentes períodos, podendo ocorrer anual ou bi anualmente. Desta forma, por meio de métodos estatísticos é possível medir o progresso do rendimento dos alunos em determinada série em nível nacional, estadual ou mesmo em unidade escolar.

Nesse contexto, os testes de um Sistema de Avaliação têm a finalidade de medir “o conhecimento ou habilidade dos alunos em uma ou mais séries” (FONTANIVE, 1997, p.111), informando o que os alunos sabem e são capazes de fazer por meio de uma escala pré-definida.

Para Hadji (1994) o processo de avaliação se caracteriza por uma dupla articulação. A articulação entre avaliar a partir de uma situação real em função de uma situação desejada atribuindo um valor. Por isso os resultados das avaliações em larga escala devem preencher requisitos de validade e confiabilidade, devendo ser utilizados procedimentos metodológicos e critérios rígidos na elaboração dos testes e no monitoramento dos dados a serem utilizados. Quanto à validade, a questão que se levanta, é como ter certeza o que o teste realmente está medindo? Hadji (1994, p. 73) afirma que “[...] a intenção de avaliar está próxima da medida e a avaliação parece implicar a medida”. O termo medida aparece automaticamente quando o assunto é avaliação. Quando avaliamos alguma medida normalmente consideramos a possibilidade de comparação ou quantificação. Medir o conhecimento, a funcionalidade, a eficácia ou a qualidade da educação tornou-se um objetivo tanto quanto medir algo concreto, passivo de atribuir um número. Portanto, como poder pontuar um ato de comportamento? Uma medida de quantidade ou metragem é diferente de uma pontuação em avaliação, são sistemas de unidades diferentemente definíveis. Neste sentido o ato de medir pode ser considerado como um meio de obter dados, embora não exista avaliação sem a interpretação de dados.

Determinamos o valor de certas grandezas por comparação com uma grandeza constante da mesma espécie, que lhe serve de padrão ou de unidade. Uma medição traduz-se em números, uma avaliação por meio de palavras. Avaliar é situar-nos, de corpo inteiro, na esfera da comunicação, ao produzirmos um discurso que dê uma resposta argumentativa a uma questão de valor (HADJI, 1994, p. 178).

Portanto, pode-se afirmar que a medição é mais um elemento do processo avaliativo não representando por si só como avaliação. A avaliação se constitui como um processo para emissão de um parecer que pode ou não se utilizar de procedimentos de medida. Com este entendimento percebe-se que a avaliação não se esgota em um simples ato de medir sem levar em consideração a compreensão dos resultados e suas implicações.

A avaliação estandardizada pode ser considerada como uma forma de prestação de contas à sociedade sobre a qualidade do ensino. Ao mesmo tempo em que sinaliza os problemas que necessitam de maior atenção, pode levar a punição, classificação e comparações fomentando a competitividade entre escolas e professores. Para Afonso (2000) a busca pela excelência e comparações poderia levar a discriminação de escolas, docentes e alunos, substituindo a cooperação por competitividade.

Segundo caderno Avaliação Continuada: Apropriação e Utilização dos Resultados (RIO GRANDE DO SUL, 2009c), enviados para as escolas da rede estadual de ensino para diretores e professores que se inscreveram em um curso em Ensino a Distância promovido pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd⁴, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com vista a clarificar informações importantes sobre as avaliações em larga escala e indicadores sociais. Para que as avaliações em larga escala possam ser consideradas uma fonte produtiva para gestores, diretores e professores elas devem conter, além das informações pertinentes à proficiência dos alunos, dados relativos a outros fatores que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a situação sociocultural dos alunos, a organização administrativa e pedagógica da escola, bem como a sua localização geográfica e infraestrutura. Informações estas coletadas por meio de questionários destinados aos diretores, professores e alunos. Desta maneira os resultados das avaliações podem ser usados tanto para comparação de uma escola ou turmas com outras como para uma análise dos fatores que intervêm no ensino.

Esclarecia ainda que as avaliações em larga escala podem ser amostrais ou censitárias. No caso das avaliações de base amostral a população a ser testada é apenas uma parte da população determinada. Esta parte menor irá representar o conjunto do grande grupo a ser investigado, gerando dados que serão generalizados com a totalidade. Esta avaliação serve

⁴ O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação- CAEd da Universidade Federal de Juiz de Fora é uma instituição que elabora e desenvolve programas de avaliação sobre o rendimento escolar dos alunos de escolas públicas, promovidos pelas Secretarias Estaduais de Educação. Também cria e promove cursos de formação, qualificação e aprimoramento aos profissionais da educação de diversos Estados do Brasil (CAEd, 2011).

para diagnóstico nacional, de macroregiões ou de redes de ensino, mas não pode ser usada para determinar a posição de um município ou de uma escola. Já as avaliações censitárias têm como objetivo avaliar todas as escolas e alunos de uma determinada série ou mais de uma série escolar em uma ou mais redes de ensino.

De acordo com o mesmo documento os objetivos das avaliações externas em larga escala podem assumir diferentes padrões. Entre eles para a certificação, seleção e diagnóstico.

A certificação é o resultado de uma avaliação que permite àqueles que apresentam um bom desempenho ter um reconhecimento formal das competências e habilidades que possuem. Trata-se de uma avaliação que confere um certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou Médio. É o caso do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA⁵.

Com o objetivo de selecionar encontram-se avaliações como os exames praticados nos concursos públicos e nos vestibulares onde os sujeitos são ordenados pelo domínio de conteúdos específicos, habilidades e competências.

Já a maior parte dos sistemas de avaliação da educação básica tem o objetivo de realizar diagnósticos. Estas avaliações destinam-se a fornecer informações a gestores, diretores e professores sobre o desempenho dos alunos, das escolas e das redes de ensino. As mais conhecidas são o SAEB e a Prova Brasil que serão tratadas posteriormente.

Temos, ainda, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM⁶ que tanto pode ser considerado para seleção, pois várias instituições superiores, a partir de 2004, passaram a se valer dos resultados do ENEM como critério parcial ou exclusivo de seleção para ingresso nos seus cursos, como de diagnóstico quando, a partir de 2005, seus resultados passaram a ser divulgados por Estado, sistemas de ensino e por escola para contribuir para o diagnóstico do sistema de educação brasileiro. Esta avaliação também oferece ao sujeito a possibilidade de se autoavaliar com a intenção de escolhas futuras tanto à continuidade dos estudos como ao que tange a escolha de mercado de trabalho.

⁵ ENCCEJA- Trata-se de um exame para qualquer cidadão que não tenha desfrutado do acesso ao ensino regular ou que tenha tido problemas de continuidade no Ensino Fundamental ou Médio de prosseguir seus estudos em caráter regular. A partir de 2006 estes exames são realizados anualmente, no mês de dezembro. O Enceceja é também um indicador qualitativo importante para a avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2009f).

⁶ ENEM- Realizado pela primeira vez em 1998. Trata-se de uma avaliação normativa que permite a comparação entre cada aluno com os demais participantes. O MEC reforçou se seus objetivos ao vincular o ENEM ao Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado pelo Governo Federal em 2004. Sua aplicação é anual e tornar-se-á obrigatória a partir de 2010 para todos os alunos da rede pública de ensino em via de concluir ou que já tenha concluído o Ensino Médio. (BRASIL, 2009g).

Assim, vê-se que o tema avaliação externa em larga escala faz parte de um quadro de políticas públicas educacionais voltadas à busca pela qualidade da educação.

A implantação do SAEB, a nível nacional, no dizer de Franco (2003) e Lopes (2007), estimula a implantação de Sistemas de Avaliações em âmbito dos Estados, fazendo com que estes também desenvolvam seus próprios Sistemas de Avaliações.

Assim, a partir de 1991, através do INEP, estão sendo colocados à disposição dos Estados, dados importantes sobre o rendimento dos alunos brasileiros da educação básica por meio do SAEB. Consolidando-se a estes esforços alguns Estados brasileiros realizam ou já realizaram avaliações em larga escala para aferir a proficiência dos alunos matriculados em suas redes de ensino (ver Anexo A). Desta forma os gestores estaduais têm percebido a importância dos resultados para análise de cada unidade escolar.

Frente a esta situação, faz-se pertinente descrever a trajetória das avaliações em larga escala no Brasil e as características do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB visto que, suas experiências serviram de influência a alguns Estados brasileiros para adotarem seus próprios sistemas de avaliação.

3.1 Trajetória das Avaliações em Larga Escala

A partir da década de 1980, intensificaram-se as reivindicações, de diversos segmentos da sociedade, com reflexos na política educacional, dentre as quais se destacam: a democratização da escola; a autonomia docente e de unidades escolares; a reorganização das séries iniciais, quanto ao tempo e as propostas pedagógicas; as discussões sobre o trabalho desenvolvido na Educação Infantil e o reconhecimento de fatores intra-escolares como responsáveis pelo fracasso escolar (FRANCO, ALVES BONAMINO, 2007).

Esta década pode ser considerada como ponto de partida para o entendimento das políticas de avaliação na redemocratização da sociedade brasileira quanto ao crescimento da população e a aceleração da urbanização levando ao aumento e a pressão por serviços públicos, principalmente na educação e na saúde. Pestana (1998) comenta que o debate à democratização do País refletia-se na educação com discussões sobre a democratização do ensino. Neste sentido, dois aspectos eram discutidos com maior ênfase: o primeiro quanto o acesso à escola – muitas escolas haviam sido construídas para atender o crescente número de sujeitos que ingressavam no

sistema educacional. Entretanto os resultados não estavam sendo os esperados. Havia uma percepção muito forte de que era preciso implementar a qualidade do ensino. O que torna a qualidade como o segundo foco de debate sobre a democratização. Isto precisava ser examinado. Foi a proposta do Ministério da Educação e Cultura quando sugeriu, neste período de redemocratização do país, a instituição de um sistema de avaliação.

A busca da qualidade na educação básica fez-se com ênfase na melhoria do ensino; na garantia de acesso da criança em idade escolar de 7 a 14 anos no ensino fundamental; na capacitação de professores e em uma maior atenção quanto ao controle da qualidade do rendimento escolar visando à redução dos índices de repetência e evasão escolar. (BONAMINO, 2002). A autora salienta que: “A educação fundamental, em particular, constitui o nível escolar que concentra a maior parcela de oferta pública e gratuita, atingindo um grau de universalização que o caracteriza como um ensino de massa”. (p. 14). Foi nesse contexto que a avaliação externa adquiriu centralidade nas escolas, por fornecer subsídios importantes para as redes de ensino.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece que a educação seja um direito de todas as pessoas e que tenha como objetivo seu desenvolvimento, respeitando as diferenças existentes entre elas. Como todos os direitos humanos, o direito à educação é uma conquista histórica resultante de conflitos, lutas e acordos, cujo reconhecimento e institucionalização vêm se processando de modo gradual.

Neste contexto, os anos de 1990 protagonizaram a redescoberta da educação como “um campo fértil” (VIEIRA, 2001, p. 45) de investimentos e de acordos internacionais, definindo uma agenda internacional para a educação com diferentes eventos. Entre eles cita-se a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia em 1990, por se constituir como um marco importante da discussão mundial sobre educação. A partir deste documento o Brasil elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) que contemplava a necessidade de implementação de medidas e mecanismos de controle de aprendizagem feita por meio de um Sistema Nacional de Avaliação cujos objetivos eram: medir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de primeiro grau e fornecer informações para avaliação e revisão de planos e programas educacionais.

Vale comentar que este plano foi elaborado por Murilo de Avellar Hingel, quando Ministro da Educação, o qual participou de uma conferência de 1993 em Nova Delhi e observou que o Brasil não havia cumprido o compromisso da Declaração Mundial de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, de 1990.

Retornando ao Brasil, após ter convivido alguns dias com esta frustrante experiência de indiferença do nosso país em torno de um compromisso assumido internacionalmente, tomei a decisão de elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos, determinando que sua metodologia se orientasse por uma ampla participação e mobilização da sociedade.⁷

Com esta declaração percebe-se que o Plano Decenal de Educação para Todos, mais do que um compromisso foi realizado em um período em que o Brasil tinha que prestar contas à comunidade internacional sobre o seu fracasso na área educacional.

Bonamino (2002) comenta que na Declaração Mundial de Educação para Todos existe um destaque sobre a avaliação. Este documento é o resultado da Conferência de Jomtien, atendendo a uma convocação da UNESCO, da UNICEF, do PNUD e do Banco Mundial. “A Declaração define a educação fundamental como prioridade da década e estabelece, no art.3º, a urgência em melhorar a qualidade da educação e, associada a ela, no art. 4º, a necessidade de implementar sistemas de avaliação do desempenho dos alunos” (BONAMINO, 2002, p. 60).

Foi durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) que ocorreram uma série de implantações de mudanças legais na área educacional. Entre elas citam-se a promulgação da LDB (Lei 9.394/96), implantação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF (Lei 9.424/96), discussões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (FRANCO, ALVES E BONAMINO). Convém lembrar que foi Paulo Renato de Souza⁸ que respondeu pela pasta de Educação durante estes dois mandatos. Este período foi acompanhado por uma ativa participação do MEC principalmente no que tange à aprovação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação. Três aspectos podem ser citados como de principal relevância na política educacional neste período:

1. Revalorização da racionalidade técnica, desta vez concentrada no financiamento, atividade meio com a qual se almejava equacionar os problemas de acesso e de qualidade do sistema educacional;
2. Ênfase no ensino fundamental;
3. Valorização da política educacional baseada em evidências, o que se expressou por meio da ênfase em avaliação, o que não deixa de ser uma

⁷ Discurso do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Murílio de Avellar Hingel, na abertura da Conferência Nacional de Educação para Todos, no dia 29 de agosto de 1994 (PERONI, 2003).

⁸ Na época Ministro da Educação em segunda gestão consecutiva, ex secretário de Educação do Estado de São Paulo, ex reitor da UNICAMP e, na época da campanha, técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

forma de acionar mecanismos de racionalidade técnica em outros domínios da política educacional (FRANCO, ALVES E BONAMINO, 2007, p. 995).

Como o foco desta pesquisa abrange a educação básica vê-se a necessidade de comentar como as políticas de avaliação educacional se fundamentaram neste nível de ensino, nos documentos oficiais, normativas e decretos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, o Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE e na Conferência Nacional de Educação – CONAE.

A aprovação da LDB N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 é mais um importante marco que influenciará a definição das políticas educacionais no Brasil. No que diz respeito aos sistemas de avaliações, no Art. 9 a União incumbir-se-á de:

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

Parágrafo. 1. - Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

Parágrafo. 2. - Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais (BRASIL, 1996).

Ainda, no seu Art. 9º e 87º a LDB determina, respectivamente, que cabe a União a elaboração de um plano de educação em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e institui a Década da Educação estabelecendo diretrizes e metas para dez anos em sintonia com a já conhecida Declaração Mundial de Educação para Todos. Este plano foi aprovado em 9 de janeiro de 2001 denominado Plano Nacional da Educação PNE – Lei 10.172 (BRASIL, 2009a).

O PNE engloba todos os níveis e modalidades de ensino definindo diretrizes, prioridades, objetivos e metas a serem atingidas. Faz referência à formação e valorização do profissional do Magistério da Educação Básica como ainda, define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação.

No Plano, o Sistema de Avaliação no Ensino Fundamental e Médio, está explicitado nas:

Diretrizes:

A consolidação e o aperfeiçoamento do censo escolar, assim como do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e a criação de sistemas complementares nos Estados e Municípios permitirão um permanente acompanhamento da situação escolar nacional do País, podendo dimensionar as necessidades e perspectivas do ensino médio e superior.

Objetivos e Metas:

Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvido. (BRASIL, 2001, p. 50/52).

Apresenta também como meta da gestão da educação

Estabelecer, nos Estados, em cinco anos, com a colaboração técnica e financeira da União, um programa de avaliação de desempenho que atinja, pelo menos, todas as escolas de mais de 50 alunos do ensino fundamental e Médio. (BRASIL, 2001, p. 114).

Como se percebe o PNE para o ensino fundamental traz, como diretriz e objetivo, além da consolidação e o aperfeiçoamento do SAEB, a criação de sistemas de avaliações nos Estados e Municípios que venham a complementar o SAEB e a promover um permanente acompanhamento da situação do ensino no Brasil, por meio de um programa de monitoramento que utilize os indicadores, tanto do SAEB como os dos desenvolvidos pelos Estados e Municípios, visando a elevação do nível de desempenho dos alunos.

Continuando a discussão da trajetória das avaliações em larga escala da educação básica, cita-se o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE⁹. Foi um plano lançado em 24 de abril de 2007 pelo MEC composto por 30 ações que incidem sobre os diferentes níveis e modalidades da educação brasileira, previstos no Plano Nacional de Educação, englobando praticamente todos os programas do MEC.

Dentre as ações do PDE encontram-se o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, que se desdobra em decorrência do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹⁰ com o objetivo de estabelecer metas de qualidade para a Educação Básica. É

⁹ Em 24 de abril de 2007 a sociedade brasileira foi surpreendida com o PDE em plena vigência do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE foi aprovado em 09 de Janeiro de 2001, pela Lei N.º 10.172, com vigência para 10 anos. (BRASIL, 2009b).

¹⁰ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB foi criado em 2007 pelo MEC a partir de estudos realizados pelo INEP com o objetivo de clarificar ainda mais a situação da educação no Brasil por meio da medição do desenvolvimento educacional permitindo a formulação de políticas públicas de educação para a

um índice de âmbito nacional, ou seja, é aplicável a todas as regiões e redes de ensino brasileiras e que, reúne dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar, expresso pelo Censo escolar, e as médias de desempenho dos alunos nas avaliações. Desta maneira foi possível mensurar o desempenho das escolas brasileiras.

No PDE, entre as ações que incidem sobre a avaliação da educação básica no ensino fundamental, está a Prova Brasil, já instituída desde 2005, e que serviu de base à construção do IDEB (SAVIANI, 2007), e a Provinha Brasil¹¹, instituída pelo PDE como mais um instrumento que busca interferir na qualidade da educação brasileira.

Outro documento que se considera pertinente comentar é a Conferência Nacional de Educação - CONAE que vem citada no Plano Nacional de Educação com a proposta de “Definir padrões mínimos de qualidade da aprendizagem na Educação Básica [...] e que envolva a comunidade educacional.” (BRASIL, 2001, p. 114). É um espaço democrático promovido pelo Poder Público para que todos possam participar das discussões pertinentes aos rumos da Educação Nacional, abrangendo desde a Educação Infantil até a Pós Graduação.

O tema da CONAE 2010 é: Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. O documento está dividido em seis eixos, sendo o II Eixo – Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação de interesse para ser comentado neste trabalho.

O documento referencia a avaliação da educação como uma aliada dos processos de gestão, ao estabelecimento de padrões de qualidade e a “articulação entre a concepção de avaliação formativa, indicadores de qualidade e a efetivação de um subsistema nacional de avaliação da educação básica e superior” (BRASIL, 2008, p. 27). Aborda, ainda, a avaliação do sistema educacional como uma estratégia importante para produzir novas atitudes e práticas para a melhoria dos processos educativos. Adotar a avaliação educacional como uma política nacional, implica:

[...] um sistema nacional que se articule à iniciativas dos demais entes federados, estabelecendo uma política que contribua, significativamente, para a melhoria da educação. Tanto a avaliação central quanto as avaliações

melhoria do ensino como um todo. Este índice se constituiu como um recurso para “definir e redefinir as metas, orientar e reorientar as ações programadas e avaliar os resultados, etapa por etapa, em todo o período de operação do plano, que se estenderá até o ano de 2022” (SAVIANI, 2007, p.1246).

¹¹ O MEC em 24 de Abril de 2007 baixou a Portaria Normativa n. 10, instituindo a Avaliação da Alfabetização denominada de Provinha Brasil, para verificar o desempenho em leitura de crianças entre 6 e 8 anos de idade, objetivando que, aos 8 anos, todas estejam alfabetizadas.

dos sistemas de ensino e das instituições públicas e privadas precisam compreender que o sucesso ou o fracasso educacional é resultado de uma série de fatores extra-escolares e intra-escolares, que intervêm no processo educativo. (BRASIL, 2008, p. 28).

Assim, os textos oficiais que foram apresentados surgiram em contextos diferentes, porém todos com a mesma preocupação – a qualidade da educação brasileira. São textos que se completam trazendo enfoques pertinentes às avaliações em larga escala tanto de âmbito Nacional quanto de atuação dos Estados e Municípios.

As avaliações de nova geração, como Schwartzman (2005) denomina, se desenvolveram principalmente a partir dos Estados Unidos, como reação aos problemas de falta de qualidade de muitas de suas instituições educacionais. A grande mudança desta nova linha de avaliação nos Estados Unidos foi o “Coleman Report”¹² realizado em 1966. Este relatório deu origem a muitos outros estudos e pesquisas sobre a questão educacional. Em 1969, o Congresso Americano criou o NAEP – *National Assessment of Education Progress* (Avaliação Nacional do Progresso em Educação), que serviu como modelo para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no Brasil.

[...] pode-se afirmar que as referências mais remotas do SAEB foram gestadas no interior de ideários e temporalidades em que políticas e programas de bem-estar social buscavam corrigir situações de desigualdade educacional mais diretamente associadas à economia de mercado e onde se desenvolveram as referências sociológicas de base para o desafio de tentar equacionar, de maneira conjunta, o peso dos fatores sociais e escolares nas desigualdades de desempenho escolar entre grupos ou classes sociais. (BONAMINO, 2002, p.35).

Portanto a partir do final da década de 1990 as políticas públicas de educação estão acontecendo com um “movimento articulado de expansão e focalização”. (OLIVEIRA e FERREIRA, 2008, p.24). Isto significa que ao mesmo tempo em que se amplia às políticas se estabelece o público a quem elas se destinam.

¹² Um estudo envolvendo 400 mil crianças em 4 mil escolas, realizado por solicitação do governo americano. Este relatório constatou que as diferenças de desempenho dos estudantes não dependiam somente das características das escolas, mas, sobretudo, das condições sociais, econômicas e culturais em que viviam suas famílias.

3.2 SAEB: em Que Consiste e Como Se Configura

Foi em meados dos anos 80, quando o Brasil clamava por soluções aos problemas na área educacional, que começou a ser construído um relativo consenso entre as entidades governamentais de que as soluções para os problemas educacionais dependiam da institucionalização de um rigoroso programa de avaliação da educação. O estabelecimento deste programa passou a ser sistematizado na busca de reunir informações acerca do “que estava sendo gerado no setor educacional, como, onde, quando e quem era o responsável pelo produto obtido” (PESTANA, 1998, p. 66).

Partindo destas necessidades nasceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB cuja função é produzir e organizar informações sobre a qualidade, equidade e eficiência da educação brasileira, de maneira a permitir o acompanhamento das políticas públicas na educação nacional (PESTANA, 1998).

De acordo com Bonamino (2002) para a elaboração das provas do primeiro ciclo, em 1990, o MEC solicitou à Fundação Carlos Chagas a elaboração dos instrumentos cognitivos partindo das propostas curriculares dos Estados. Neste primeiro ciclo foi conferida muita importância ao saber escolar a ser avaliado, aos docentes e suas práticas e aos fatores intra-escolares. Já para o segundo ciclo, 1993, a avaliação foi semelhante a anterior. O relatório do SAEB revelou o compromisso do INEP e de consultores e especialistas de Universidades Federais que realizaram algumas modificações nos instrumentos contextuais dos docentes e dos diretores. Nos instrumentos cognitivos, as equipes solicitaram modificações nos itens que medissem outras habilidades além da memorização de conteúdos. Nesta edição participaram os alunos da 1^a, 3^a, 5^a e 7^a série do Ensino Fundamental. Para o SAEB – 1995 os objetivos eram fornecer subsídios para as políticas voltadas à melhoria da qualidade, equidade e eficiência na educação brasileira. Este tripé ao lado da terceirização (acordo de cooperação técnica firmado entre o MEC com a Fundação Cesgranrio e com a Fundação Carlos Chagas) e centralização aproximou o SAEB de 95 das orientações e propostas do Banco Mundial, que acreditava que por meio das medições do rendimento escolar seria possível “monitorar avanços em direção à consecução de metas educacionais, avaliar a eficiência e a eficácia de políticas e programas, responsabilizar as escolas pelo rendimento dos alunos, dar aos docentes informações acerca das necessidades de aprendizagem dos estudantes”. (BONAMINO, 2002,

p. 143). Nesta edição participaram os alunos da 4^a e 8^a série do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio.

Pelo exposto, segundo Bonamino (2002), as modificações mais significativas que ocorreram no SAEB de 1990 a 1995 foram nas séries e disciplinas avaliadas, na ênfase aos conhecimentos e habilidades cognitivas de contexto o que vai além da memorização, e na utilização de uma nova metodologia nos instrumentos baseada na Teoria de Resposta ao Item - TRI¹³.

Para o SAEB/1997 o INEP contratou especialistas para a construção das Matrizes Curriculares de Referência - MCR¹⁴ para a elaboração das provas. Uma das inovações neste ciclo diz respeito à modificação das orientações na elaboração dos instrumentos de avaliação, visando os níveis cognitivos dos alunos, isto é, um instrumento para avaliar as noções de competências cognitivas e habilidades instrumentais que passaram a nortear a elaboração das provas (BONAMINO, 2002). Ainda segundo o INEP muitos outros fatores influenciam na aprendizagem de um aluno, além do fator conteúdo:

É importante conhecer um pouco mais as condições de vida dos estudantes e da escola que freqüentam para que seu desempenho não seja considerado como atributo apenas individual, sem influência do contexto que os cerca, ou mesmo como produto somente da escola ou das escolas onde estudam. A questão da qualidade de ensino não é algo simples que possa ser explicada somente por meio de uma variável ou de um conjunto de variáveis. A responsabilidade pela qualidade do ensino no Brasil não é de um ou dois agentes sociais. Todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, incluídas aqui as instituições por ele responsável, influenciam-no com pesos variados, compondo uma equação demasiado complexa. A análise do contexto, portanto, é fundamental para a compreensão dos resultados obtidos (INEP¹⁵).

¹³A TRI é justificada como forma de utilizar provas capazes de cobrir parcelas expressivas dos currículos em uma pequena quantidade de questões. Foi utilizada pela primeira vez em 1995 no SAEB. A TRI é uma técnica que permite dois tipos de comparação, no tempo e entre séries, pois o que passa a ser analisado é o item da prova e não a prova completa e nem o aluno” (PESTANA, 1998).

¹⁴Construída para embasar a avaliação em cada área de conhecimento. A MCR não pode ser confundida com as matrizes curriculares, pois não englobam todo o currículo escolar e também não podem ser confundidas com procedimentos ou métodos de ensino. Para sua elaboração foi considerado: tudo o que havia de comum nas propostas curriculares dos estados de acordo com os ciclos de ensino; as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaboradas pelo MEC; os fundamentos teóricos de cada disciplina e os níveis de desenvolvimento cognitivo articulados aos ciclos de ensino.

¹⁵ Brasil (2009e).

Assim, o SAEB procura englobar informações de contexto escolar e dados socioeconômicos da população avaliada. Dados estes considerados de grande importância para a compreensão dos resultados na avaliação do desempenho dos alunos.

De acordo com a Portaria nº 931 de 21 de março de 2005, o SAEB é composto por dois processos: a ANEB¹⁶ e a ANRESC¹⁷.

A Aneb (Portaria nº89, 25/11/2005) é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do em suas divulgações; a Anresc (Portaria nº 69, 04/05/2005) é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome em suas divulgações. (INEP¹⁸).

A maioria das publicações produzidas pelo INEP/SAEB¹⁹ descreve os resultados das avaliações por ele produzidas compondo uma face do panorama nacional da educação brasileira. A expectativa do INEP é que, a partir destes resultados, sejam elaboradas ações e medidas para incidir na melhora da qualidade do ensino nas escolas brasileiras com a implementação de políticas públicas para a educação.

¹⁶ A Prova SAEB (ANEB) tem como objetivo avaliar a eficiência das redes de ensino através do desempenho dos alunos em Leitura, Matemática e em fatores contextuais associados ao desempenho, com caráter amostral e voluntário, sendo aplicada à 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e para a 3ª série do Ensino Médio, em escolas públicas urbanas, rurais e particulares.

¹⁷ A ANRESC agora chamada de Prova Brasil e tem como objetivo a avaliação da eficiência de cada unidade escolar, através do desempenho dos alunos do Ensino Fundamental em Leitura e Matemática, com caráter voluntário e universal na população avaliada, na 4ª e 8ª série em escolas públicas de rede urbana, em turmas com no mínimo 20 alunos.

¹⁸ Brasil, (2009c).

¹⁹ Brasil, (2009d).

4 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO PERÍODO DE 1995/1998 (GOVERNO DE ANTONIO BRITTO FILHO)

Este capítulo trata da implantação do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul nas edições de 1996 /1997 e 1998 no governo de Antonio Britto Filho (1995/1998). Apresenta os documentos normativos, projetos, relatórios e informações pertinentes ao processo, descrevendo a operacionalização, elaboração das provas, número de escolas e alunos participantes e a divulgação dos resultados de cada processo.

No quadro abaixo, estão listados os documentos encontrados de acordo com as datas de emissão e dos trabalhos realizados pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Nomeando o(a) Secretário(a) responsável pela pasta da educação neste período, em função dos trabalhos desenvolvidos sob sua responsabilidade, e situando onde os instrumentos foram localizados. Estes documentos vão sendo arrolados no decorrer do capítulo.

Quadro 4 - Governador/RS, Secretário (a) de Educação/RS no período de 1995/1998 e localização dos documentos

| Governador | Secretário(a) de Educação | Documentos | Localização |
|--|----------------------------|---|-------------|
| Antonio Britto Filho (1995/1998) | Iara Sílvia Lucas Wortmann | - Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática- institui o Sistema de Avaliação; | Site* |
| | | - Projeto de Avaliação/ 1996; | SEE/RS |
| | | - Manual de Orientações das Avaliações /1996; | SEE/RS |
| | | - Relatório das principais atividades de implantação do Projeto de Avaliação/1996; | SEE/RS |
| | | - Instruções para elaboração das provas/1996; | SEE/RS |
| | | - Decreto 36.893/1996 institui o Sistema de Avaliação; | Site** |
| | | - Documento - Resultados preliminares da avaliação/1996; | SEE/RS |
| | | - Divulgação da avaliação/1996 e anuncio de Programa de Qualificação para docentes; | SEE/RS |
| | | - Relatório da 2ª fase da avaliação- Gestão Escolar de 1995 a 1998 | SEE/RS |
| | | - Síntese do levantamento de opinião das DES sobre o trabalho do DPAI/DEPLAN/SE - 1997; | SEE/RS |
| | | - Projeto de Avaliação das Escolas da Rede Pública 1997/1998; | SEE/RS |
| | | - Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual- Orientações Gerais/1997; | SEE/RS |
| | | - Documentos - Resultados preliminares da avaliação/1997/1998; | SEE/RS |
| - Avaliação das escolas da rede pública estadual e municipal/1998; | SEE/RS | | |
| - Lei 11.126 implanta o Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual. | Site*** | | |

Fonte: Elaborado pela autora.

*Rio Grande do Sul, (2010).

** Rio Grande do Sul, (1996b).

*** Rio Grande do Sul, (1998c).

Muitas foram as políticas educacionais desenvolvidas na década de 1990 no Brasil. Entre elas cita-se o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

Entretanto, o marco destas políticas focalizou-se na implantação da descentralização da educação enunciada em três dimensões: administrativa, financeira e pedagógica, resultando em transferência de responsabilidade dos órgãos centrais (União, Estados) para os locais

(Municípios, escolas), oportunizando assim, às escolas, maior autonomia na área pedagógica, financeira e administrativa.

No Estado do Rio Grande do Sul estas discussões também estavam presentes. O então governado do Estado, Antonio Britto Filho, passou a manter um governo cujo projeto seguia as mesmas diretrizes federais (CAMINI, 2005). Na área educacional as discussões fizeram-se presentes na elaboração e na aprovação em 14 de novembro de 1995 da Lei 10.576 sobre a Gestão Democrática do Ensino Público (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Esta Lei integrava temas que haviam sido pauta de reivindicações do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS¹ como a eleição direta para diretores e a criação do Conselho Escolar.

Neste contexto, a Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática, normatizava a eleição de diretores, a composição e função do Conselho Escolar e a autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas.

Quanto a eleição dos diretores, entre as normativas, pontua-se a indicação do diretor pela comunidade mediante votação direta, participação em um curso de qualificação organizado pela SEE/RS, e o mandato de 2 anos. Esta Lei 10.576/1995 foi alterada pela Lei 11.695 de 10 de dezembro de 2001 regulamentando que o processo de indicação de diretores seria feito com votação direta pela comunidade escolar com participação em um curso específico para a função, e com mandato de 3 anos.

No que se refere ao Conselho Escolar, a Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática regulamentava que ele seria constituído pela direção da escola e representantes dos segmentos da comunidade escolar. Teria a função consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas. Entre as atribuições do Conselho Escolar, no Art. 42 inciso XI, está “analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho” (RIO GRANDE DO SUL, 1995). Na alteração, pela Lei 11.695 de 10 de dezembro de 2001, o Conselho Escolar seria constituído pela direção da escola e representantes *eleitos* dos segmentos da comunidade escolar.

No que tange a autonomia administrativa, financeira e pedagógica, no capítulo III, que versa sobre a Autonomia da Gestão Pedagógica, a Lei regulamenta que seria assegurada pela

¹ Entidade que defende os direitos dos profissionais da educação.

definição de uma proposta pedagógica específica definida no Plano Integrado de Escola². No mesmo capítulo, no que se refere a Avaliação Externa:

Art. 78 – Todos os estabelecimentos de ensino da rede pública serão anualmente avaliados, através de um “Sistema de Avaliação da Escola”, coordenado e executado pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul.

Art. 79 – Na avaliação externa ter-se-á como base o padrão referencial de currículo, as diretrizes legais vigentes e as políticas públicas.

Art. 80 - Os resultados da avaliação externa serão anualmente divulgados pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul e comunicados a cada escola da rede pública estadual e servirão como base para a reavaliação e aperfeiçoamento do Plano Integrado para o ano seguinte (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Interessante destacar que os Artigos que versavam sobre a Avaliação Externa não apresentaram alteração pela Lei 11.695 de 10 de dezembro de 2001, mantendo assim, a mesma regulamentação.

Assim, a Lei da Gestão Democrática do Ensino/1995 enfatizava a participação da comunidade escolar frente a votação ao cargo de diretor e a escolha dos membros do Conselho Escolar. Como salienta Werle (1997, p. 266):

O Conselho Escolar é um espaço de construção comunitário, porque nele é construído o ‘nosso’. Ele é um espaço de ‘todos’ e, ao mesmo tempo, ‘para todos’, por constituir-se pela voz e voto de representantes da comunidade.

Frente a esta legitimação, do Conselho Escolar, como representante da comunidade escolar, uma de suas atribuições era analisar os resultados das avaliações externa e ter força para indicar, junto com diretor e professores, soluções para melhoria da qualidade do ensino, considerando a situação sócio econômica e cultural da comunidade.

As propostas de governo do candidato Antonio Britto Filho, que vieram pautadas no documento Movimento Rio Grande Unido e Forte de 28/07/1994 (RIO GRANDE DO SUL, 1995/1998), apresentavam 72 ideias como diretrizes para o seu futuro governo. Referente à educação a grande preocupação focava-se nas alarmantes taxas de repetência e nos altos índices de evasão apresentados pelas escolas públicas, o que configurava uma situação de

² O Plano Integrado é um documento elaborado sob a coordenação do Diretor, envolvendo as áreas administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com as políticas públicas vigentes, com o plano de metas da escola e com o plano de ação do Diretor. (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

baixa produtividade do sistema de ensino público do Estado. Para melhorar esta realidade algumas providências eram pontuadas, entretanto nenhuma que discutisse sobre as avaliações em larga escala.

Já no seu Plano Estadual de Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1995/1998- Documento Preliminar³ entre suas propostas de ações e objetivos a serem atingidos estava a “qualificação do sistema de avaliação que colocasse o processo ensino-aprendizagem sob constante juízo de competência (p. 33)”, ou seja, em outras palavras, uma avaliação permanente do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Constata-se, pois, uma sintonia entre as políticas que o governo do Estado do Rio Grande do Sul com as do governo federal, o que é reafirmado por Camini (2005, p. 89): “as medidas legais de gestão administrativa - pedagógica mostraram a adesão da Secretaria de Educação nos projetos que foram disseminados pelo Ministério de Educação”. Desta forma uma das políticas educacionais adotadas pelo governo do Estado e de competência da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul – SEE/RS foi o processo de Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

O alicerce para a elaboração do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul foi o SAEB na sua 3ª edição realizada no final do ano de 1995. Quando participaram alunos da 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A partir dos resultados desta avaliação ficou evidenciado, para o Estado do Rio Grande do Sul que o “aproveitamento curricular médio apontado, apesar de não ser satisfatório, colocava o Estado em 3º lugar em relação aos alunos dos demais Estados da Federação” (RIO GRANDE DO SUL, 1996e).

Como o SAEB não permitia uma visão focalizada de cada unidade escolar emergiu no Estado do Rio Grande do Sul a necessidade de um sistema próprio de avaliação que diagnosticasse a situação de cada escola do Estado. Desta forma, a SEE/RS promoveu a primeira edição de uma avaliação externa, que ocorreu em 1996, seguidas em 1997 e 1998 com a denominação de Sistema de Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual.

³ Esta informação foi encontrada nos arquivos da SEE/RS no documento A Política Educacional do Rio Grande do Sul – 1995/1998 – Documento Preliminar. O Plano Estadual consiste em uma proposta de execução de ações, visando a determinados objetivos apresentando programação, metas, alocação de recursos e financiamento nas diversas áreas de abrangência.

4.1 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1996

Em abril de 1996 a SEE/RS, elaborou o primeiro Projeto de Avaliação contendo o roteiro das principais atividades de implantação da avaliação nas escolas da rede pública estadual. A coordenação estava a cargo do Departamento de Planejamento – DEPLAN e à Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional - DPAI toda a responsabilidade de sua implantação.

Antes de elaborar este Projeto de Avaliação, segundo Halasi “a equipe do DPAI foi toda para São Paulo. Tivemos contato com a equipe de avaliação deles para pegar informações. Estivemos também em Minas Gerais, onde a equipe deles, de avaliação, nos forneceu muitas orientações” (ENTREVISTA, 2011).

Desta forma, a primeira edição do Sistema de Avaliação do Rio Grande do Sul subsidiou-se em experiências do SAEB, do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP e do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Tanto o SARESP quanto o SIMAVE vinham acontecendo desde 1992 como uma política pública da avaliação nos seus respectivos Estados. (Ver Anexo A).

A partir de então, a SEE/RS elaborou um Projeto de Avaliação/1996 que iniciava pela definição do número de escolas, identificação das Delegacias de Ensino - DEs, seleção de matérias e conteúdos das provas. Definia a constituição de uma equipe executora, contratação de serviços de edição, montagem dos instrumentos e análise dos resultados. Apresentava instruções de aplicação dos testes aos alunos e de gestão, datas, verificação do material recolhido e relatório de aplicação dos testes. Determinava a montagem de uma equipe de processamento e análise, digitação e edição do material recolhido e dos relatórios e análise dos resultados. Objetivava ainda a definição de estratégias para próxima edição, equipe responsável e recomendações (RIO GRANDE DO SUL, 1996a).

A SEE/RS por meio do DEPLAN e DPAI elaborou um relatório onde constavam as principais atividades de implantação do projeto de avaliação. Apresentava como objetivos do Programa de Avaliação:

- Analisar o desempenho do Sistema Educacional como um todo – Escolas, Regiões, Estado;
- Gerar informações que subsidiem: o processo ensino-aprendizagem e a gestão democrática das escolas. (RIO GRANDE DO SUL, 1996c).

Nele, o Sistema de Avaliação/1996, apresentava-se dividido em duas fases. A primeira referente a aplicação de teste aos alunos de 1º e 2º graus, esclarecendo as equipes que fariam parte do processo de avaliação com respectivas atribuições, e a segunda fase correspondendo a aplicação de questionário da gestão escolar, contendo dois instrumentos, um para o diretor da escola e outro para o professor representante do Conselho Escolar.

1ª Fase - Aplicação de teste aos alunos de 1º e 2º graus.

Para acompanhar os trabalhos previstos no Projeto de Avaliação/1996 foram constituídas três equipes e a cada uma foram definidas suas atribuições:

1. Coordenação Geral – (SEE/RS) - Formada pela Diretora do Departamento Pedagógico – Maria Beatriz Gomes da Silva; Diretor do Departamento de Planejamento – Cláudio Francisco Accurso; e Chefe da Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional – Ana Clara Halasi, com função de elaboração, coordenação e implantação do Projeto de Avaliação. Cabia - lhes ainda, a elaboração do material de divulgação à comunidade em geral, às Delegacias de Ensino - DEs, às escolas e à imprensa. Quanto a análise dos resultados os relatórios seriam feitos a partir dos dados das folhas de respostas e encaminhados posteriormente as DEs com devidas orientações sobre a análise dos resultados;
2. Coordenação Regional – (DEs) – Formada pelos Delegados de Educação, Chefia Pedagógica e Assessor Técnico com o trabalho de coordenação e implantação das ações previstas no Projeto, bem como o assessoramento as escolas quanto ao treinamento dos diretores e elaboração do relatório regional;
3. Coordenação local – (Escolas) – Formada pelo Diretor, Vice-Diretor e Supervisor Escolar com a incumbência da coordenação, implementação e execução do projeto. Fazia parte ainda de suas atribuições o treinamento dos professores aplicadores, execução, organização da aplicação dos instrumentos de avaliação e a elaboração dos relatórios.

Para determinar o número de alunos que participariam das provas foi encaminhado às DEs um instrumento padrão para ser preenchido com os dados das escolas estaduais, por município, grau, série, número de turmas e de alunos, tendo como referência a Matrícula Real das 2ª, 5ª e 7ª séries do ensino fundamental e 2ª série do ensino médio. Os alunos

responderiam a apenas um dos testes, ou seja, quem respondia Português não responderia Matemática e vice-versa.

Quanto a verificação e validação dos conteúdos programáticos de cada disciplina e série dos testes, constituíram-se equipes de especialistas, com assessoramento dos técnicos da Divisão de Pesquisa. Já para a elaboração dos testes foi formada uma equipe específica para este fim que seguiu os seguintes passos:

1. Levantamento dos conteúdos desenvolvidos em escolas estaduais de 1º e 2º graus, dos livros didáticos e do projeto Melhoria da Qualidade de Ensino - SEE/RS;
2. Seleção e contratação de professores especialistas para elaboração dos programas de cada série nas disciplinas de Português e Matemática;
3. Orientação aos elaboradores do programa quanto aos procedimentos e objetivos da avaliação;
4. Seleção e contratação de professores especialistas para a elaboração dos testes. Estes foram escolhidos considerando sua experiência na série, no tipo de atividade desenvolvida e reconhecida competência;
5. Orientação aos elaboradores dos testes quanto aos objetivos da avaliação e quanto as competências e habilidades desenvolvidas pelas disciplinas, bem como em relação a sistemática dos testes e metodologia para abordagem de conteúdos e elaboração das questões;
6. Análise técnico-linguística das questões dos testes;
7. Discussão com os elaboradores dos testes das questões que apresentaram problemas;
8. Seleção e contratação de professores especialistas para validação do conteúdo e fixação do gabarito dos testes e acompanhamento dos trabalhos;
9. Assessoramento aos elaboradores e validadores dos testes;
10. Acompanhamento e supervisão do processo de digitação e revisão após cada etapa;
11. Revisão final dos originais dos testes;

12. Acompanhamento e supervisão junto à gráfica, empacotamento e distribuição as DEs.

Após a aplicação dos testes, as folhas de respostas foram encaminhadas das escolas para as DEs e destas para a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH⁴ que foi contratada para a elaboração dos relatórios contendo informações por escola, DEs, Município e por Estado. Os dados originaram 4 relatórios:

1. Classificação das questões por nível de complexidade cognitiva, grau de dificuldade e distribuição das alternativas por questão;
2. Média das disciplinas por série e grau;
3. Distribuição dos alunos do 2º grau por curso e percentuais de acertos por intervalo;
4. Distribuição dos alunos por faixa etária e percentuais de acertos por intervalos.

No final foram realizados ainda dois levantamentos de opinião com o objetivo de aprimoramento de continuidade do projeto. Um referente aos testes da Avaliação, dirigido aos professores das escolas, representando por amostragem todas as DEs e outro relacionado as atividades desenvolvidas pelo DPAI junto às chefias Pedagógicas das DEs. (RIO GRANDE DO SUL, 1996c).

O dois levantamentos resultaram em um documento síntese onde foram registrados os aspectos positivos, dificuldades, recomendações/ sugestões em relação a preparação de recursos humanos envolvidos na Avaliação e, outros aspectos considerados relevantes pelas DEs. O objetivo deste trabalho era subsidiar o planejamento das atividades para o Sistema de Avaliação/1997 incluindo, quando possível, as considerações elencadas pelas DEs. Tais como: destinação prévia dos recursos financeiros; participação maior das DEs (encontros sistemáticos); realização de parcerias com as Secretarias Municipais - SMES – e com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS; distribuição do material pelas DEs; envio de maior reserva técnica dos testes; previsão de maior prazo entre o recebimento e a entrega do material; maior divulgação na imprensa; divulgação dos resultados o mais rápido possível (RIO GRANDE DO SUL, 1997b)

⁴A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH tem o objetivo desenvolver atividades voltadas ao aperfeiçoamento dos servidores estaduais. Ligada à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. A FDRH trabalha na qualificação e capacitação dos servidores dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além de realizar concursos públicos e fazer a gestão de contratos de estágios para os órgãos do governo, prefeituras e demais instituições públicas (FDRH, 2011).

2ª Fase - Aplicação do questionário da Gestão Escolar:

Para esta 2ª fase do Sistema de Avaliação havia dois questionários, um para o diretor de cada escola e outro para o professor representante do Conselho Escolar. O instrumento do diretor continha 43 questões objetivas, das quais três admitindo complementação. Solicitava a identificação pessoal e da escola, formação e experiência profissional, estrutura da gestão, avaliação da gestão e considerações sobre a primeira fase da Avaliação Externa. O instrumento do professor representante do Conselho Escola continha 46 questões, onde cinco admitiam complementação e na maioria das questões poderiam optar por mais de uma alternativa. Solicitava também, a identificação da escola e do professor, formação e experiência profissional, estrutura, desenvolvimento e avaliação da gestão. As informações obtidas a partir destes dois instrumentos:

possibilitou o conhecimento do aproveitamento escolar dos alunos nas áreas e conteúdos definidos como programa, bem como, de algumas práticas de gestão e docência que, em interação, constroem o espaço sócio-cultural em que se desenvolve o processo ensino-aprendizagem. (RIO GRANDE DO SUL, 1996c, s/p.).

Para a confecção das provas o DEPLAN por intermédio do DPAI emitiu um documento contendo as instruções para o fornecimento do material básico da confecção das provas, ou seja, o "MAPEAMENTO DA PROVA", com indicação do número de questões distribuídas da seguinte forma: 06 fáceis, 21 médias e 03 difíceis; "folhas de questão de provas" e "programas". Sinalizando que a partir do momento da entrega da prova pelo elaborador para o DPAI até a data de aplicação ambos seriam responsáveis pelo sigilo da mesma. E que, durante a aplicação, tanto o elaborador quanto o validador deveriam ficar a disposição do DPAI para possíveis dúvidas, visto que o conteúdo da prova era de sua responsabilidade. (RIO GRANDE DO SUL, 1996e).

Segundo Halasi para a impressão dos testes e dos questionários "toda a equipe foi para a CORAG⁵. Fizemos uma linha de produção. Enquanto algumas revisavam o material, outras ficavam fazendo a embalagem e outras ficavam verificando se nenhuma folha havia sido

⁵ A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - CORAG, em termos organizacionais, tem uma estrutura similar a uma empresa da iniciativa privada. Tem como função publicar os atos oficiais, prestar serviços gráficos e de preservação documental, suprimindo as necessidades do mercado, com qualidade e tecnologias adequadas, contribuindo para que a sociedade disponha de informações exatas e serviços confiáveis. (CORAG, 2011).

jogada fora. A preocupação era que não houvesse vazamento de dados” (ENTREVISTA, 2011). O que demonstra a grande preocupação e o comprometimento de toda a equipe responsável, nesta primeira edição, da fidedignidade dos resultados.

Para esta primeira edição do Sistema de Avaliação as provas eram compostas por 30 questões objetivas com 5 alternativas de respostas cada uma, exceto as da 2ª série que apresentava 20 questões com 3 possibilidades de alternativas. Além dos testes dos alunos os diretores deveriam preencher um questionário sobre a gestão da escola. (RIO GRANDE DO SUL, 1996d).

Antes de ocorrer o processo de avaliação as escolas receberam um Manual de Orientações da Avaliação, com o objetivo de esclarecer aos participantes das atribuições das equipes responsáveis nas diferentes instâncias do sistema educacional, orientar quanto à aplicação das provas aos alunos e questionários aos diretores das escolas e clarificar quanto a previsão de alunos participantes, as séries e as disciplinas que seriam avaliadas.

Para a Secretária Estadual de Educação, Iara Sílvia Lucas Wortmann, o Sistema de Avaliação da Escola - 1996:

Não objetiva a competição entre as escolas e não é um fim em si mesma. Somente terá validade na medida em que de seus resultados encontrarmos indicadores para a ação pedagógica. (RIO GRANDE DO SUL/1996d).

Com o projeto de avaliação em andamento, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, emitiu o Decreto/lei n. 36.893, em 02 de setembro de 1996, instituindo o Sistema de Avaliação Externa nos Estabelecimentos de Ensino Público cuja implantação, implementação e divulgação seria de competência da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul.

No Artigo 1º, o decreto determinava:

- I - Implantar um Sistema de Avaliação anual nas escolas da rede pública, a fim de levantar indicadores para a correção de prováveis desvios;
- II - analisar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino como um todo e gerar informações que subsidiem decisões sobre o processo ensino-aprendizagem e sobre a alocação de recursos técnico-financeiro;
- III - informar à comunidade escolar os resultados aferidos a partir dos dados levantados, a fim de subsidiar a reavaliação e o aperfeiçoamento do Plano Integrado e da Proposta Pedagógica da Escola. (RIO GRANDE DO SUL, 1996b)

Segundo o Decreto, a operacionalização do Sistema de Avaliação aconteceria através de um Programa Anual de Avaliação, constituído de projetos elaborados e divulgados pela SEE/RS para as DEs e destas às escolas. No âmbito da SEE/RS, tal operacionalização, seria de competência do Departamento de Planejamento - DEPLAN, através da Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional- DPAI a implantação do Sistema de Avaliação.

Percebe-se que o Decreto instituído neste período vem em consonância ao estabelecido pela Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática do Ensino, ou seja, a execução de um Sistema de Avaliação executado pela SEE/RS e sua divulgação às escolas com vista ao aprimoramento do Plano Integrado. A complementação à determinação da lei está nos resultados servirem de subsídio para decisões sobre o processo de ensino-aprendizagem, a alocação de recursos técnicos - financeiros e o replanejamento da Proposta Pedagógica da Escola.

A sociedade riograndense também foi informada a respeito do processo de avaliação que aconteceria nas escolas públicas estaduais, conforme reportagem postada no jornal Correio do Povo.

SEC prepara seu grande teste de avaliação, devido os resultados do relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do MEC que foi o ponto de partida para a avaliação externa das escolas da rede pública estadual A secretaria de educação treina professores e supervisores para a aplicação das provas do Sistema de Avaliação Externa. Conforme o artigo 78 da Lei 10.576 da Gestão Democrática do Ensino, reforçada pelo decreto-lei do atual governador do estado. (CORREIO DO POVO, 29 de Setembro de 1996).

Interessante ressaltar que o Sistema de Avaliação vinha se constituindo gradativamente pela SEE/RS através do DEPLAN e DPAI para somente um pouco antes da aplicação dos testes ser emitido o decreto de institucionalização do processo pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Até então, o amparo legal para a elaboração e execução de um Sistema de Avaliação do Estado foi a Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática.

Entre os dias 07 a 09 de outubro de 1996 a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul distribuiu para as Delegacias de Ensino do Rio Grande do Sul, o material destinado a avaliação dos alunos da rede pública estadual e estas, entre 14 e 22 de outubro, às escolas. O processo de avaliação ocorreu no dia 24 de Outubro de 1996 e mobilizou mais de 20.000 professores, além de diretores e técnicos das DEs e da SEE/RS. A Segunda fase, que

implicava os questionários aos diretores e professores representantes dos Conselhos Escolares ocorreu em 29/11/1996 (RIO GRANDE DO SUL, 1996d).

O Sistema de Avaliação foi divulgado pelo jornal Correio do Povo pontuando a condição contrária do CPERS à avaliação:

24 de outubro de 1996 foi o dia da aplicação da prova nos alunos da rede estadual de ensino. Mesmo com a falta de apoio do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, CPERS estimulando um boicote pelos alunos, a prova foi realizada. (CORREIO DO POVO, 25 de Outubro de 1996).

Para Halasi, (ENTREVISTA, 2011) - este tipo de comportamento chocou a equipe da SEE/RS. Que, além dos representantes dos professores não terem a conscientização que uma avaliação é um processo importante, ainda estimulava os alunos a não participarem dos testes. A justificativa do CPERS para tal posicionamento era que a avaliação acontecia fora da escola e que não tinha nada a ver com ela.

Participaram do Sistema de Avaliação das Escolas da Rede Pública/1996, 427 municípios e 3.355 escolas da rede estadual. O total de alunos que responderam as provas foi 454.543, nas disciplinas de Português e Matemática. O diretor da escola e um professor representante do Conselho Escolar responderam a um questionário sobre gestão democrática. Conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 - Abrangência do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1996

| N. de alunos | N. de escolas | Municípios envolvidos | Séries | Disciplinas | Questionário |
|--------------|---------------|-----------------------|---|-------------------------|--|
| 454.543 | 3.355 | 427 | 2 ^a , 5 ^a , 7 ^a série do EF. 2 ^a série do EM | Português Matemática | Avaliação da Gestão Escolar. Para diretor e um professor representante do Conselho Escolar. |

Fonte: Adaptado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (1996f)

Segundo Werle (1997, p.273) dentre as 3355 escolas estaduais que participaram da aplicação de questionários em 1996, 3049 gestores responderam as provas destinadas a avaliar a gestão escolar. Entre as questões enviadas pela SEE/RS, através da DPAI e respondida pelos gestores estavam: a contribuição do Conselho Escolar na administração escolar; os problemas

que dificultaram a gestão escolar em 1996; os recursos financeiros repassados via autonomia financeira e a implantação da gestão democrática.

São discussões presentes na Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática (RIO GRANDE DO SUL, 1995) que focam a importância de uma autonomia administrativa, financeira e pedagógica nas escolas, bem como a participação ativa do Conselho Escolar na busca de alternativas que venham a contribuir para a melhoria do ensino. Discussões consideradas como iniciativas que visam criar um espaço de participação, diálogo e comprometimento dos diversos segmentos escolares implicados no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o disposto nesta Lei, no Art. 80, que determina que os resultados da avaliação externa fossem divulgados e comunicados a cada escola da rede pública estadual a Secretaria Estadual de Educação/RS publicou e enviou, às DEs, em 1997, os resultados preliminares do projeto de avaliação de 1996, esclarecendo sobre as duas fases de aplicação das provas e apresentando as médias do desempenho do Estado e de cada DE. Estas por sua vez repassaram as informações às escolas (RIO GRANDE DO SUL, 1996f).

Para Halasi:

Esperávamos com os resultados desta primeira avaliação verificar como estavam as escolas individualmente. Para que a Secretaria pudesse então, dar suporte à elas, trabalhar com os professores principalmente naquelas questões em que os alunos não atingiram o desempenho previsto. Entretanto, reconhecíamos que para tal, teríamos que fazer outras avaliações. Fazer comparações para ver se a mesma situação acontecia em outros anos. Não uma única avaliação, que pode resultar em respostas não muito fidedignas, pois, às vezes, os alunos não estão bem prontos, ou a matéria ainda não foi estudada, ou outras situações que sabemos que em uma avaliação de grande porte pode acontecer (ENTREVISTA, 2011).

Neste mesmo documento preliminar veio explícito a proposta de um programa de capacitação docente para cerca de 14 mil professores das séries e disciplinas avaliadas. Entre as ações pretendidas citam-se seminários e cursos variados, de forma regionalizada, em parceria com instituições superiores e atividades inter e intra-escolares. (RIO GRANDE DO SUL, 1996f).

Em 12 de Março de 1997, a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Governador, divulgou a primeira avaliação das escolas públicas e anunciou o programa de qualificação para docentes. Esclareceu que através dos resultados da avaliação do SAEB/1995 e do

Sistema de Avaliação do Estado/1996 o ensino precisava melhorar para atingir padrões de países desenvolvidos. O Programa de Qualificação de Docentes envolveria aproximadamente 14 mil professores das disciplinas e séries avaliadas perfazendo um total de 20% do Magistério. Seria desenvolvido em 2 níveis: um de Sensibilização e Mobilização e outro de Educação Continuada com ênfase na diversidade e descentralização. Além destes programas executados pela SEE/RS e DEs, as escolas poderiam desenvolver seus próprios programas para seus professores em concordância com o previsto na Lei 10.576/1995 no que se refere a autonomia pedagógica das escolas (RIO GRANDE DO SUL, 1997a).

Ainda considerando os resultados da avaliação de 1996, a SEE/RS passou a discutir o aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação para 1997, com base em uma nova metodologia, apoio técnico da UNESCO, utilização dos mesmos critérios das avaliações do MEC, mudanças nas séries avaliadas e introdução da disciplina de Ciências. (RIO GRANDE DO SUL, 1997a).

Estudos de Bonamino (2002), Freitas (2007) e Pestana (1998) enfatizam as mudanças nas disciplinas, séries, contratação de terceirização de serviços, Matriz de Referência, Teoria de Resposta ao Item e operacionalidade do sistema que vinham ocorrendo no Sistema de Avaliação do MEC que acontecia bianualmente no país. Estas alterações vêm a ser seguidas pelo Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul nas edições de 1997 e 1998. Para FONTANIVE (2005, p. 161) “Sem dúvida, esta talvez seja a grande contribuição do SAEB: possuir uma métrica nacional e fornecer cooperação técnica para que Estados e Municípios realizem suas avaliações.”

Assim, todos os trabalhos que envolveram o Projeto de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1996 foram de responsabilidade da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, por intermédio do DEPLAN e DPAI.

A aplicação dos testes foi dividida em duas fases, que ocorreram em datas diferentes. Na primeira participaram somente alunos da rede pública estadual de ensino que responderam provas de Português e Matemática. Na segunda o questionário foi destinado aos diretores e a um professor representante do Conselho Escolar de cada escola.

Para a elaboração e validação dos testes foram contratados professores especialistas, já para a correção e análise dos resultados a responsabilidade ficou com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH. Nas escolas a responsabilidade recaía

sobre a equipe diretiva que, além de divulgar o Projeto deveria organizar o material, os professores e a escola para a aplicação das provas.

Não se pode deixar de ressaltar que todos os documentos emitidos neste período pela SEE/RS referenciavam a Lei 10.576/1995, da Gestão Democrática, como o instrumento normatizador da institucionalização do Sistema de Avaliação no Estado do Rio Grande do Sul.

4.2 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1997:

Para a 2ª edição do Sistema de Avaliação a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul por intermédio do DEPLAN e DPAI emitiu um Projeto de Avaliação para 1997 com os seguintes objetivos:

- Implementar uma sistemática periódica de avaliação do desempenho escolar, de acordo com a Lei 10.576 – Gestão Democrática do Ensino Público, que subsidie decisões sobre o processo ensino-aprendizagem e a gestão democrática das escolas da Rede Pública do Rio Grande do Sul;
- Verificar o desempenho dos alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa, com Redação, e Matemática, nas escolas da rede Estadual, que embasa a capacitação de professores e o aprimoramento da proposta pedagógica em nível de Secretaria de Educação, Delegacia de Educação e Escolas;
- Caracterizar os aspectos sócio-econômicos e culturais do alunado da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio das escolas da rede pública estadual, enquanto séries de final de ciclo;
- Identificar fatores contextuais que interferem no desempenho dos alunos das séries do Ensino Fundamental e Médio finais de ciclo nas escolas da rede pública estadual;
- Elaborar indicadores sócio-econômicos e culturais a partir de fatores contextuais que influenciam o desempenho dos alunos avaliados. (RIO GRANDE DO SUL, 1997c, p.3).

Como se percebe neste documento, o embasamento à aplicação da avaliação de 1997 vem sustentado pela Lei de Gestão Democrática e várias modificações já vieram previstas. Mudança nas séries avaliadas, nas disciplinas e no foco do questionário, que passou de levantamento de dados de gestão escolar para contexto sócio – econômico - cultural.

Diferente do Sistema de Avaliação de 1996, que era composto por três equipes encarregadas de auxiliar no Sistema de Avaliação, em 1997, foram constituídas quatro equipes. Uma delas foi formada com o Secretário Municipal de Educação e assessoria técnica da secretaria municipal de educação. Isto porque foram convidadas as escolas da rede municipal para participarem da avaliação.

Uma mudança significativa foi a introdução dos representantes do Conselho Escolar, do Circulo de Pais e Mestres - CPM⁶ entidade representativa das escolas da rede estadual de ensino junto com o diretor, vice-diretor e supervisor escolar para acompanhar os trabalhos no âmbito da escola. Além da parceria com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS⁷ (RIO GRANDE DO SUL, 1997d).

Para a digitação, impressão dos testes e questionários, correção das redações, envelopamento, entrega do material e dos relatórios finais por escola, por DEs ou Associação de Município, foi contratada a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS⁸. O projeto pretendia, para a elaboração e execução de determinadas atividades, contratar uma consultoria técnica nas áreas de Português, Matemática, Estatística, Pedagogia, Informática e programação, com a tarefa de assessorar o DPAI. (RIO GRANDE DO SUL, 1997c).

Segundo Halasi, mesmo sendo contratada a FAURGS, a equipe da Secretaria de Educação continuou supervisionando todo o trabalho.

Nossa equipe trabalhava junto com os professores da FAURGS. Fazíamos reuniões e dizíamos como gostaríamos que os testes fossem. E então eles elaboraram as provas. Para a elaboração dos questionários sócio – cultural, nossa equipe disse o que queria, pois tínhamos especialistas nas áreas de sociologia, pedagogia e letras (ENTREVISTA, 2011).

⁶ O Círculo de Pais e Mestres - CPM veio institucionalizado pelo Decreto Estadual N° 42.411, de 29 de Agosto de 2003. É uma associação de pessoa jurídica de direito privado, com caráter educativo, cultural, desportivo e assistencial, sem fins lucrativos ou religiosos, regido por um Estatuto próprio para cada escola (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

⁷ FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio grande do Sul. Entidade que representa todos os 496 Municípios gaúchos, por meio das 27 Associações Regionais, que a compõem. Tem como objetivo principal o fortalecimento do municipalismo, a qualificação dos agentes públicos municipais e o assessoramento às prefeituras gaúchas. (FAMURS, 2011).

⁸ FAURGS - Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma entidade criada por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tem como objetivos: colaborar na elaboração e execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão; prestar serviços técnico-científicos remunerados à UFRGS e à comunidade; realizar e promover atividades científicas e culturais; conceder bolsas de estudo e de pesquisa, de graduação, pós-graduação e extensão e promover, difundir e coordenar a cooperação técnica entre organizações e instituições nacionais e estrangeiras (FAURGS, 2011).

Os conteúdos das disciplinas de Português e Matemática foram elaborados e validados por professores vinculados a escolas de Ensino Fundamental e Médio especialmente da rede pública e de instituições de ensino superior. Tiveram embasamento em programas desenvolvidos nas escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio, na matriz referencial do SAEB, no Programa Experimental de Ingresso do Ensino Superior - PEIES da Universidade Federal de Santa Maria, em livros didáticos e no Projeto de Melhoria da Qualidade de Ensino desta Secretaria. Os testes enfocavam habilidades que envolviam desde ações de complexidade mínima (conhecimento) até as mais complexas (compreensão e aplicação do que foi apreendido). As questões foram distribuídas em fáceis, médias e difíceis, tal como a avaliação realizada em 1996 (RIO GRANDE DO SUL, 1997c).

As provas de Português e Matemática eram compostas por 30 questões objetivas com 5 alternativas de respostas cada uma, exceto as da 4ª série do Ensino Fundamental, que apresentava 25 questões com 4 possibilidades de alternativas. Todos os cadernos de Português continham uma proposta de Redação.

Como na avaliação anterior, cada aluno responderia a apenas uma prova, ou seja, quem respondia Português não responderia a prova de Matemática e vice-versa. Também foram coletados, através de questionário composto por 30 questões de múltipla escolha, respondido pelos estudantes das séries finais de curso, dados referentes à trajetória escolar dos alunos, sua condição sócio – econômica - cultural, hábitos de estudos e questões envolvendo a prática docente. Esta aplicação ocorreu no dia seguinte da prova e somente para os alunos que fizeram a prova de Português. (RIO GRANDE DO SUL, 1997c). Segundo Halasi:

Em 1997 os questionários não foram sobre Gestão Escolar e sim sobre a questão sócio – econômica e cultural. Somente os alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio responderam. Os alunos das 4ª série do Ensino Fundamental não responderam ao questionário por acharmos que somente os maiores iriam conseguir respondê-lo de forma apropriada. Caso contrário os pequenos deveriam levar para casa para os pais responderem (ENTREVISTA, 2011).

Caracterizando que, em um primeiro momento a preocupação da equipe do Sistema de Avaliação do Grande do Sul subsidiou-se no SAEB/1993 que também coletou dados sobre a Gestão Escolar. Posteriormente, em 1997, a preocupação do DPAI foi em coletar informações de contexto seguindo as diretrizes do SAEB/1995.

Para Freitas (2007), nas avaliações externas nacionais – SAEB, o questionário aplicado em 1995 dirigido a alunos, professores e diretores, objetivava coletar informações sobre o nível socioeconômico dos alunos e hábitos de estudos dos mesmos, práticas e condições de trabalho dos diretores e dos docentes e condições físicas da escola. “A análise desses dados busca possíveis correlações entre desempenho escolar, contexto e insumos de ensino” (FREITAS, 2007, p. 108).

Nesta edição/1997 a SEE/RS juntamente com as Secretarias Municipais de Educação - SMEDS enviou para as escolas um guia com as orientações gerais do Projeto de Avaliação de 1997. Nele veio esclarecido os objetivos determinados no projeto, a constituição das equipes com devidas atribuições, incluindo agora a FAMURS e as SMEDS, a abrangência do projeto, explicações sobre o questionário aos alunos de finais de ciclo. Como ainda o funcionamento do Sistema de Avaliação nas escolas.

Assim, a avaliação ocorreu em 25 de novembro de 1997 e apresentou as seguintes características:

Quadro 6 - Abrangência do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1997

| N. de alunos | | N. de escolas | Municípios envolvidos | Séries | Disciplinas | Questionário |
|----------------|---------|---------------|-----------------------|-------------------------------|------------------------------------|---|
| Rede estadual | 188.157 | 3.297 | 278 | 4ª 8ª série do Ensino Fundam. | Português Redação Matemática | Alunos da 8ª série do EF e da 3ª série do EM. (Somente os que fizeram a prova de Português). |
| Rede municipal | 38.265 | 3.877 | | 3ª série do Ensino Médio. | | |
| Total | 226.422 | 7.174 | | | | |

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Rio Grande do Sul (1998a).

Nesta edição participaram os alunos da 4ª, 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio (mesma abrangência do SAEB de 1995). Além de todas as escolas da rede estadual, participaram alunos da rede municipal de ensino. Junto com as disciplinas de Português e Matemática introduziu-se a Redação, que possibilita

Verificar o desempenho dos alunos quanto ao domínio da língua escrita como forma de pô-la a serviço da palavra que tem a pronunciar e da necessidade de seu registro, de forma que se possa avaliar, através da produção desse texto escrito, da capacidade de atender aos comandos, das características de estrutura, conteúdo e linguagem, se o efeito que pretendia produzir sobre o leitor foi alcançado (RIO GRANDE DO SUL, 1998a).

É pertinente demonstrar as alterações ocorridas entre a primeira edição de 1996 e o Sistema de Avaliação de 1997, em termos de séries, disciplinas, público alvo, quantidade de alunos e questionário, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 7 - Comparação do Sistema de Avaliação do Rio Grande do Sul entre 1996/1997 considerando número de escolas, alunos, séries, disciplinas e questionário

| | 1996 | 1997 |
|-----------------------|--|--|
| Número de escolas | Somente Estaduais 3.355 | Estaduais 3.297 |
| | | Municipais 3.877 |
| Número de alunos | 454.543 | Estaduais 188.157 |
| | | Municipais 38.265 |
| Total de alunos | 454.543 | 226.422 |
| Séries avaliadas | 2 ^a , 5 ^a , 7 ^a Série do Ensino Fund. 2 ^a Série do Ensino Médio | 4 ^a , 8 ^a Série do Ensino Fund. 3 ^a Série do Ensino Médio |
| Disciplinas Avaliadas | Português Matemática | Português c/ Redação Matemática |
| Questionário | Diretor, professor representante do Conselho Escolar, sobre: Avaliação da Gestão Escolar | Alunos da 8 ^a Série do Ensino Fundamental e 3 ^a Série do Ensino Médio, sobre: Questões Sócio - Econômico - Cultural |

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que além de participarem todas as escolas estaduais, na avaliação de 1997, houve também a participação das escolas da rede municipal de ensino.

As séries avaliadas, que na edição de 1996 envolveu alunos de 2^a, 5^a e 7^a séries do Ensino Fundamental e 2^a série do Ensino Médio, nesta participaram a 4^a, 8^a Séries do Ensino Fundamental e 3^a Série do Ensino Médio.

Quanto ao número dos alunos participantes verifica-se que de 1996 para 1997 ocorreu uma significativa redução, principalmente na rede estadual (454.543 para 188.157 alunos) simbolizando 58,5%. Porém, com o somatório da participação dos alunos da rede municipal, na avaliação de 1997, a diferença reduziu de 454.543 para 226.422 alunos representando 50%. As justificativas para tal redução pode ser a diminuição de séries participantes de 1996 para

1997 e que, na avaliação em 1997, as séries avaliadas foram às séries finalista de nível, onde sempre ocorre maior número de alunos evadidos.

O questionário que na edição de 1996 foi aplicado a gestores e professores representantes do Conselho Escolar sobre a Gestão Escolar, em 1997 foi dirigido aos alunos finalistas dos dois níveis de ensino buscando coletar dados sobre a situação sócio - econômico - cultural. As disciplinas permaneceram as mesmas, exceto pela inclusão de Redação junto à prova de Português.

Após a aplicação dos testes, a SEE/RS emitiu o documento preliminar da Avaliação das Escolas da Rede Estadual e Municipal/1997 contendo os resultados do desempenho dos alunos, disciplina, grau de ensino, série e turno. Apresentava a média do Estado, por DEs e FAMURS. Constavam ainda informações sobre a situação sócio - econômica - cultural dos alunos (RIO GRANDE DO SUL, 1998a).

Para a SEE/RS a análise dos dados dos resultados do desempenho dos alunos e sua condição sócio - cultural seria a base para o compromisso desta Secretaria com relação à eficácia da educação no Rio Grande do Sul. “Estes dados coletados aliados ao alto nível de reprovação e repetência indicavam um considerável grau de dificuldade do alunado no que tange aos conteúdos avaliados” (RIO GRANDE DO SUL, 1998a, p.10).

Tal como em 1996, novamente o CPERS/Sindicato posicionou-se contrário a avaliação. Argumentando que uma avaliação não pode ser feita com apenas uma prova, envolvendo apenas duas disciplinas. E que este tipo de avaliação não considera o conjunto de fatores que interferem para o desenvolvimento do desempenho de uma escola, desrespeitando assim as diferenças regionais (CORREIO DO POVO, 27 de Novembro de 1997).

4.3 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1998:

A 3ª edição do Sistema de Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual e Municipal/1998 apresentou as mesmas características da avaliação anterior. A SEE/RS enviou, aos participantes do Projeto de Avaliação, orientações com o objetivo de esclarecer sobre a constituição das equipes responsáveis e respectivas atribuições, aplicação dos testes e sobre a devolução dos instrumentos de avaliação. Tal como em 1997, nas avaliações de 1998,

foi contratada a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS para os mesmos serviços da edição anterior (RIO GRANDE DO SUL, 1998b).

Em 1998, com a promulgação da Lei 11.126 de 09 de fevereiro de 1998, o governo do Estado do Rio Grande do Sul instituiu O Programa de Avaliação de Produtividade Docente, cujos critérios previstos para a obtenção do Prêmio de Produtividade Docente estavam definidos no Art. 26:

Fica instituído o Programa de Avaliação da Produtividade Docente, para todos os titulares de cargos de provimento efetivo de Professor do Magistério Público Estadual, [...]

§ 2º - O Programa será coordenado e supervisionado por Comitê de Avaliação da Produtividade Docente, a ser criado, mediante decreto, pelo Chefe do Poder Executivo, na Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, e composto por representantes do Governo do Estado, do Magistério Público Estadual, dos alunos e das associações de pais e mestres.

§ 3º - O Comitê de Avaliação da Produtividade Docente estabelecerá, mediante regulamento, os requisitos e as formas de participação dos Professores no Programa, e determinará metas anuais a serem atingidas, em consonância com as estabelecidas pelo Conselho Escolar do respectivo estabelecimento de ensino, para a consecução dos objetivos da política educacional (RIO GRANDE DO SUL, 1998c).

Ainda a mesma Lei esclarecia que, como estímulo aos professores que atingissem as metas determinadas pelo Comitê de Avaliação da Produtividade Docente, seria oferecido, individualmente aos participantes, um “Prêmio de Produtividade Docente” em dinheiro, desde que:

os alunos das turmas sob sua responsabilidade obtenham aprovação, em processo de avaliação externa promovido pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, em prova de conhecimentos, adaptada aos currículos das diferentes séries, superior à meta percentual estabelecida (RIO GRANDE DO SUL, 1998c).

Esta determinação além de gerar regulação no trabalho do professor, visto que ficaria a mercê de metas estabelecidas em conformidade com um Comitê formado por representantes externos à escola e pelo Conselho Escolar de cada unidade escolar poderia acarretar a competição e individualidade entre os docentes em suas práticas pedagógicas. Para Freitas (2003, p. 1096-1111) “todo o processo de avaliação/premiação é sempre um processo de caráter exclusivamente individual e competitivo”, induzindo a competitividade entre docentes

e escolas. A aplicação desta estratégia de premiação, onde a escola que melhor resultados apresentar ganha “prêmios” em dinheiro, como estímulo a melhorar ainda mais o desempenho dos alunos e, em contra partida, aquelas que não ganharam recursos não conseguirão melhorar o desempenho dos alunos estimula uma gestão gerencialista.

Esta prática gerencialista vinha sendo discutida em nível internacional e nacional, pois segundo Bresser-Pereira (2008, p. 148) “Entre os países em desenvolvimento, o Brasil foi o primeiro a iniciar uma Reforma Gerencial”.

Esta Reforma Gerencial que, estava sendo tratada desde 1995 em âmbito federativo, quando analisada sob o ângulo da gestão evidenciava que as organizações públicas vinham elaborando planos estratégicos na busca de uma administração por resultados o que estava sendo visto com a “implantação de sistemas de gestão baseados na motivação positiva dos servidores públicos que alcançam metas ou apresentam melhores desempenhos” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 148).

Para a avaliação de 1998, as séries avaliadas foram as mesmas da avaliação de 1997. As mudanças mais significativas nesta 3ª edição foram a inclusão da disciplina Ciências no Ensino Fundamental e Física, Química e Biologia no Ensino Médio, como também a aplicação de questionários aos alunos da 8ª série do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio para levantamento de aspectos da aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Os questionários vinham encartados aos testes de Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia. Com o teste de Português vinha a Redação. Cada aluno responderia a apenas a um teste que seria distribuído conforme a lista de chamada da série. Assim, o aluno que participava da prova de Português fazia a redação e não respondia ao questionário (RIO GRANDE DO SUL, 1998b).

O quadro a seguir esclarece a abrangência do Sistema de Avaliação de 1998. Apresentando o número de alunos da rede estadual e municipal que participaram do processo, a quantidade de escolas e de municípios envolvidos no Sistema. Como também as séries e disciplinas avaliadas.

Quadro 8 - Abrangência do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 1998

| N. de alunos | | N. de escolas | Séries | Disciplinas | Questionário |
|----------------|---------|---------------|---------------------|---|---|
| Rede estadual | 271.156 | 3.297 | 4ª e 8ª série do EF | Português com Redação Matemática Ciências | Alunos da 8ª série do EF e da 3ª série do EM. |
| Rede municipal | 45.750 | 2.719 | 3ª série do EM | Português com Redação Matemática | |
| Total | 316.906 | 6.016 | | Física Química Biologia. | Questões de aspectos da aprendizagem nas disciplinas de Português e Matemática. |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (1998a,b).

Participaram deste processo todas as escolas estaduais e escolas da rede municipal que aderiram ao Sistema. As séries avaliadas foram a 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. As disciplinas, além de Português, Redação e Matemática que já estavam presentes em 1997, foi introduzida no Ensino Fundamental Ciências e no Ensino Médio Física, Química e Biologia. O questionário de 1998 foi dirigido aos alunos finalistas de nível com o foco em questões de aspectos da aprendizagem das disciplinas de Português e Matemática.

Para que se compreendam as modificações ocorridas em cada edição do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul no período 1996/1998, fez-se necessário compor um quadro comparativo.

Quadro 9 - Comparação do Sistema de Avaliação do Rio Grande do Sul entre 1996/1998 considerando número de escolas, alunos, séries, disciplinas e questionário

| | 1996 | 1997 | 1998 |
|-----------------------|--|---|---|
| Número de escolas | Somente Estaduais 3.355 | Estaduais 3.297 | Estaduais 3.297 |
| | | Municipais 3.877 | Municipais 2.719 |
| Número de alunos | 454.543 | Estaduais 188.157 | Estaduais 271.156 |
| | | Municipais 38.265 | Municipais 45.750 |
| Total de alunos | 454.543 | 226.422 | 316.906 |
| Séries avaliadas | 2ª, 5ª, 7ª Série do Ensino Fundamental 2ª Série do Ensino Médio | 4ª, 8ª Série do Ensino Fundamental 3ª Série do Ensino Médio | 4ª, 8ª Série do Ensino Fundamental 3ª Série do Ensino Médio |
| Disciplinas Avaliadas | Português Matemática | Português Redação Matemática | 4ª, 8ª Série do Ensino Fundamental: Português /Redação Matemática |
| | | | 3ª Série do Ensino Médio: Português /Redação Matemática, Física Química e Biologia |
| Questionário | Diretor, professor representante do Conselho Escolar, sobre: | Alunos da 8ª Série do Ensino Fundamental e 3ª Série do Ensino Médio, sobre: | Alunos da 8ª Série do Ensino Fundamental e 3ª Série do Ensino Médio, sobre: |
| | Avaliação da Gestão Escolar | Questões Sócio - Econômico - Cultural | Questões de aspectos da aprendizagem nas disciplinas de Português e Matemática |

Fonte: Elabora do pela autora.

No Sistema de Avaliação de 1996 participaram do processo somente as escolas da rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Já nas edições seguintes, além das escolas estaduais, ocorreu a adesão das escolas da rede municipal demonstrando que de 1997 para 1998 houve um decréscimo de 30% nesta adesão.

Quanto ao número dos alunos participantes verifica-se que de 1996 para 1997 ocorreu redução, principalmente na rede estadual (454.543 para 188.157alunos) simbolizando 58,5%. Porém, com o somatório da participação dos alunos da rede municipal, na avaliação de 1997, a diferença reduziu de 454.543 para 226.422 alunos representando 50%. Entretanto se consideramos a totalização dos alunos, tanto das escolas estaduais quanto municipais,

participantes no Sistema de Avaliação de 1997 para 1998 (226.422 para 316.906) o aumento foi de 40%.

Acompanhando as avaliações que estavam ocorrendo a nível nacional, como já comentado anteriormente, as disciplinas e séries sofreram alterações. Percebe-se que, as disciplinas que, na edição de 1996 restringiam-se a Português e Matemática, em 1997 além delas foi introduzida a Redação e a partir de 1998 foi incorporada ainda as disciplinas de Ciências no Ensino Fundamental e Física, Química e Biologia no Ensino Médio. Quanto às séries, em 1996 participaram os alunos de 2ª, 5ª e 7ª série do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio e nas edições seguintes foram os alunos da 4ª, 8ª Série do Ensino Fundamental e 3ª Série do Ensino Médio.

Os questionários tiveram focos diferentes nas avaliações de 1996/1997 e 1998, ou seja, em 1996, diretores e professores representantes do Conselho Escolar responderam a questões sobre a gestão escolar, e em 1997 e 1998 foram os alunos finalistas dos dois níveis de ensino que responderam respectivamente, a questões sobre a situação sócio - econômico - cultural e sobre questões de aprendizagem.

A aplicação dos testes, aos alunos, foi semelhante entre 1997/1998 onde cada estudante fez apenas um teste, ou seja, quem respondeu Português não respondeu a prova de Matemática e vice-versa. O aluno que participava da prova de Português fazia a Redação e não respondia ao questionário. As provas foram distribuídas conforme a lista de chamada em cada série. Nas edições de 1998, os questionários vieram encartados aos testes de Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia. Com o teste de Português veio a Redação.

Assim, o Sistema de Avaliação no Estado do Rio Grande do Sul teve sua primeira edição em 1996, elaborada e executada exclusivamente pela Secretaria de Educação do Estado por intermédio do Departamento de Planejamento - DEPLAN e da Divisão de Pesquisa - DPAI.

Cabe ressaltar que o SAEB /1993 avaliou alunos da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do Ensino Fundamental e em 1995 alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio (BONAMINO, 2002). O que nos permite deduzir que a primeira edição do Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul que ocorreu em final de 1996, onde foram avaliados alunos da 2ª, 5ª, 7ª série do Ensino Fundamental e 2ª série do Ensino Médio teve como referência tanto o SAEB de 1993, quanto o de 1995. Nas avaliações seguintes, as séries

avaliadas foram a 4^a, 8^a série do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio, ou seja, as mesmas séries avaliadas pelo SAEB.

A primeira edição do Sistema de Avaliação foi aplicada em duas fases. A primeira referente a aplicação de teste e a segunda fase correspondendo a aplicação de um questionário para o diretor da escola e outro para o professor representante do Conselho Escolar.

Para apoio à elaboração dos relatórios das duas fases da primeira edição do Sistema de Avaliação, foi contratada a Fundação de Desenvolvimento dos Recursos Humanos – FDRH. Já para as edições seguintes o contrato foi com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS para a digitação, impressão dos testes e questionários, correção das redações e elaboração dos relatórios, entretanto a elaboração e execução do processo de avaliação mantiveram-se sob a responsabilidade do DEPLAN e DPAI.

Ao “fechar o pano” do governo Antonio Britto Filho, a Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, Iara Sílvia Lucas Wortmann, avaliou o trabalho desempenhado na pasta da educação. Em entrevista ao jornal Correio do Povo citou os programas e ações desenvolvidas nos quatro anos de gestão. Entre elas pontuou a avaliação externa que “visa a um diagnóstico da aprendizagem dos alunos, servindo também como uma testagem do ensino” (CORREIO DO POVO, 8 de Nov. de 1998).

Faz-se pertinente comentar que, segundo Halasi (entrevista, 2011), após a última edição do Sistema de Avaliações no Estado do Rio Grande do Sul, em 1998, toda a equipe de avaliação foi dissolvida, não tendo acesso nem aos resultados. Isto representa que os resultados não foram divulgados e nem apresentados a equipe que implantou e acompanhou todo o processo durante as edições de 1996/1997/1998.

Inclusive não ocorreram premiações ou gratificações vinculadas à produtividade docentes considerando O Sistema de Avaliação Externa, como previsto no último ano de mandato de Antonio Britto Filho, quando da promulgação da Lei 11.126 de 09 de fevereiro de 1998 que seguia as diretrizes nacionais da Reforma Gerencial.

5 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SAERS, NO PERÍODO DE 2003/2006 (GOVERNO DE GERMANO RIGOTTO)

Este capítulo descreve os documentos legais e normativos sobre o objetivo, finalidade, operacionalização, abrangência e divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS em 2005, no período de governo de Germano Rigotto (2003/2005). Processo este sustentado por um Contrato de Gestão entre o governo e a Secretaria de Educação e por Subcontratos de Gestão fixados entre a SEE/RS e as escolas com intermediação das Coordenadorias Regionais de Educação. Neste período ocorreu uma única avaliação do SAERS/2005, sendo executado como um Projeto Piloto de Avaliação.

No quadro abaixo estão arrolados os documentos encontrados nesta gestão, o secretário responsável pela pasta da educação e a localização de tal documentação.

Quadro 10 - Governador, Secretários (as) de Educação/RS no período de 2003/2006 e localização dos documentos

| Governador | Secretários (as) de educação | Documentos | Localização |
|---|--|---|-------------|
| Germano Rigotto (2003/2006) | José Alberto Reus Fortunati Nelsi Hoff Muller | - Lei 12.237/2005 versa sobre o Contrato de Gestão; | Site* |
| | | - Contrato de Gestão entre Governo e SEE/RS – 2005/2006; | SEE/RS |
| | | - Subcontrato de Gestão entre a SEE/RS e as escolas; | SEE/RS |
| | | - Projeto Básico- SAERS/2005 no Ensino Fundamental; | SEE/RS |
| | | - Decreto 44.045/2005 dispõe sobre o contrato, o subcontrato de gestão e a premiação por produtividade; | Site** |
| | | - Relatório final da premiação – SAERS/2005 do Contrato de Gestão - 2006; | Site*** |
| - Relatório Geral Técnico/ Pedagógico – SAERS/2005; | SEE/RS | | |

Fonte: Elaborado pela autora.

*Rio Grande do Sul (2005a).

** Rio Grande do Sul (2005c).

***Rio Grande do Sul (2006).

As propostas de governo pautadas no Plano de Governo 2003/2006 de Germano Rigotto, (RIO GRANDE DO SUL, 2003/2006), contendo as diretrizes de governo, apresentavam alguns pontos da política educacional a serem alcançados. Entre eles destaca-se o desafio da qualidade do ensino público com cinco frentes de ações: Qualificação dos professores com cursos de atualização e formação continuada; Admissão de professores por meio de concursos e provas específicas avaliando a proficiência dos candidatos em cada área de atuação; Provimento das escolas com equipamentos de laboratório e biblioteca; Incorporação, pela administração da rede pública de educação, à rotina do sistema de administração a fixação de metas com relação a indicadores reconhecidos; e por último, sinalizava:

Ser indispensável o endosso pleno aos procedimentos de avaliação externa do aprendizado, pois eles são, não apenas um elemento balizador da situação em que se encontra o sistema de educação pública com relação a sua atividade-fim, mas também um poderoso fator de emulação positiva para docentes e alunos (RIO GRANDE DO SUL, 2003/2006, p. 28).

Percebe-se que o plano de governo de Germano Rigotto previa claramente a fixação de metas e indicadores para a área da educação, bem como, o apoio aos procedimentos da avaliação externa, não apenas como uma maneira de diagnosticar o sistema educacional público, mas como um poderoso fator de incentivo para os professores e alunos.

Neste contexto entende-se que a Avaliação Externa serviria como um meio de promover a premiação/ gratificação à docência, como uma normativa já iniciada no último ano de governo de Antonio Britto Filho quando da promulgação da Lei 11.126/1998 que instituía O Programa de Avaliação de Produtividade Docente.

Portanto, este governo ancora sua gestão na adoção da lógica gerencial adotando o estabelecimento de metas, avaliação e premiação. Esta prática veio comprovada com a promulgação da Lei 12.237 de 14 de janeiro de 2005 (RIO GRANDE DO SUL, 2005a), que normatizava a política de produtividade e qualidade dos serviços públicos decorrentes da racionalização dos recursos e despesas em âmbito do Poder Público. Inserindo-se assim a meritocracia na administração pública no Estado do Rio Grande do Sul onde “o governo de Germano Rigotto teve como propósito buscar mudanças administrativas que apostassem para um novo modelo de serviço público” (AMARAL, 2010, p. 92).

Esta Lei versa sobre o Contrato de Gestão publicado no DOE nº 09, de 14 de janeiro de 2005 para exercício de 2005 e 2006, considerado como o “principal mecanismo do Programa de Modernização da Gestão Pública (AMARAL, 2010, p. 128). O objetivo destes Contratos era estabelecer metas de desempenho a serem cumpridas, em determinado prazo, pelos órgãos públicos.

Os Contratos de Gestão seriam firmados: - entre o Governador do Estado, e os titulares das Secretarias Estaduais e estes poderiam firmar Subcontratos de Gestão com os municípios ou com dirigentes de unidades administrativas. Conforme o Art. 4º:

- I - Contrato de Gestão – o instrumento celebrado entre o Governo do Estado e dirigentes de órgãos ou entidades da administração direta, empresas estatais e entre titulares de Secretarias Estaduais e os dirigentes de autarquias e fundações a elas vinculadas;
- II - Subcontrato de Gestão – o instrumento vinculado ao contrato de gestão, celebrado entre o contratante e dirigentes das unidades administrativas (RIO GRANDE DO SUL, 2005a).

O Capítulo II desta mesma Lei, destinado aos princípios da premiação, esclarecia que o poder executivo definiria, por Decreto, os órgãos fins, necessários para o contrato de gestão, tendo em vista os objetivos do governo.

Desta forma, na pasta da educação, em setembro de 2005, foi firmado o Contrato de Gestão entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Estadual de Educação, com interveniência da Secretaria da Coordenação e Planejamento - SCP, com base na Lei Estadual nº 12.237/2005 com vigência, a partir de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2006.

Os Contratos de Gestão são instrumentos de gerenciamento e acompanhamento da rede escolar pública estadual, que visam a qualificação do ensino e a otimização e racionalização de recursos humanos e materiais (RIO GRANDE DO SUL, 2005b, p.2).

Para explicar sobre este Contrato de Gestão, à sociedade gaúcha, o jornal Correio do Povo divulgou uma entrevista do Governador do Estado, na qual ele afirmava: “A proposta é aplicar os mesmos Contratos de Gestão que já deram certo nas estatais, para obter níveis melhores de produtividade na Educação” (CORREIO DO POVO, 29 de set. de 2005).

Objetivando o cumprimento do determinado nos Contratos de Gestão foram estabelecidos Subcontratos de Gestão com metas, indicadores e objetivos específicos, para o ano de 2005, entre a Secretaria de Educação e as escolas públicas estaduais, através de seus diretores, com interveniência de suas respectivas Coordenadorias Regionais de Educação – CREs.

De acordo com o Contrato de Gestão, o Secretário de Educação, José Alberto Reus Fortunati, deveria periodicamente acompanhar os trabalhos da SEE/RS, determinando as medidas necessárias para garantir o êxito dos objetivos previstos no Contrato de Gestão. Caberia a SEE/RS informar a Secretaria da Coordenação e Planejamento - SCP, os indicadores dos Subcontratos de Gestão firmados com as escolas. E esta Secretaria seria responsável pela elaboração de um Relatório Final apresentando os resultados da avaliação das escolas da rede estadual de ensino.

Em seguida, apresenta-se um quadro comparativo entre o Contrato de Gestão acordado entre o Governador do Estado e o Secretário de Educação e o Subcontrato assinado entre o Secretário e os diretores das escolas que participaram do processo de avaliação:

Quadro 11 - Comparativo entre o Contrato de Gestão e o Subcontrato de Gestão/2005

| | Contrato de Gestão | Subcontrato de Gestão |
|-------------------------|--|--|
| Objeto a assegurar: | <p>Melhoria da qualidade do ensino público de nível fundamental e médio; Melhoria do desempenho dos servidores da educação e racionalização de despesas; Melhoria da eficiência e eficácia da rede pública estadual de ensino com vistas a poder cotejar-se com boas referências nacionais e internacionais; Aprendizagem dos alunos e a satisfação de pais, professores e alunos; Melhoria gerencial da SE com as diretrizes e políticas de Governo voltadas à qualificação e universalização da oferta dos serviços públicos básicos de educação, com vistas à promoção do desenvolvimento do Estado. (p.2).</p> | <p>Melhoria da qualidade do ensino público de nível fundamental e médio no âmbito das CREs; Melhoria da eficiência e eficácia da rede pública estadual de ensino com vistas a poder cotejar-se com boas referências nacionais e internacionais; Aprendizagem dos alunos e a satisfação de pais, professores e alunos; Melhoria gerencial da SE com as diretrizes e políticas de Governo voltadas à qualificação e universalização da oferta dos serviços públicos básicos de educação, com vistas à promoção do desenvolvimento do Estado. (p.2).</p> |
| Objetivos prioritários: | <p>Da Secretaria de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio, desenvolvendo conhecimentos e habilidades que tornem os alunos capazes de participar e interagir na sociedade; - Avaliar a qualidade do ensino Fundamental e Médio buscando identificar pontos a serem solucionados; - Reduzir os índices de evasão e repetência escolar e a defasagem idade-série no nível fundamental e médio; - Ampliar a rede de ensino médio; - Promover a qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos; - Racionalizar a estrutura de atendimento, visando um melhor aproveitamento dos espaços físicos das escolas em todos os níveis; - Implantar um sistema de informações que contemple todos os segmentos da escola. - Fazer com que o Estado atinja a posição de melhor rede de ensino público do país. | <p>Da escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade do ensino fundamental desenvolvendo conhecimentos e habilidades que tornem os alunos capazes de participar e interagir na sociedade; - Avaliar a qualidade do ensino Fundamental buscando identificar pontos a serem solucionados; - Reduzir os índices de evasão e repetência escolar nos níveis fundamental e médio e a defasagem idade-série no nível fundamental; - Promover a qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos; - Racionalizar a estrutura de atendimento, melhoramentos dos espaços físicos das escolas; - Fazer com que a escola contribua com a respectiva CRE com vista a alcançar a posição de melhor CRE do Estado. |

Quadro 12 - Comparativo entre o Contrato de Gestão e o Subcontrato de Gestão/2005

| | Contrato de Gestão | Subcontrato de Gestão | |
|--------------|---|---|--|
| Obrigações | <p>Da Secretaria de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o plano de ação das metas previstas nos subcontratos; - Designar, treinar e instrumentalizar os técnicos da SEE/RS que comporão o Comitê Interno de Acompanhamento e Avaliação para assessorar junto à escola e à CRE a implementação dos subcontratos; - Divulgar amplamente o Contrato de Gestão em todas as escolas gaúchas e os Subcontrato de Gestão entre professores, pais, alunos e servidores da Escola. - Apoiar as ações da escola e da CRE; - Informar à Secretaria da Coordenação e Planejamento a evolução dos indicadores de que versam os Subcontratos. | <p>Da escola:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atingir as metas e resultados pactuados; - Manter um sistema de informações que permita o acompanhamento das metas e compromissos firmados; - Propor ações gerenciais de racionalização de sua estrutura de atendimento. | <p>Da CRE:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementar em conjunto com SEE, o Plano de Ação para atingir as metas pactuadas no Subcontrato de Gestão. |
| Indicadores | Os indicadores e metas serão firmados nos Subcontratos de Gestão entre a SEE/RS e as escolas com interveniência das respectivas CREs. | <ul style="list-style-type: none"> - Indicador de Abandono Escolar no Ensino Fundamental (IAEF); - Indicador de Reprovação no Ensino Fundamental (IREF); - Número de Alunos por Professor (NAP); - Índice de Satisfação da População com a Escola Pública (ISPE); - Indicador Geral de Desempenho (IGD); - Índice de Aproveitamento escolar nota (IAE). | |
| Da premiação | Esclarece as situações e valores para a premiação a serem pagos, anualmente, às escolas que se destacarem no desempenho dos indicadores dos subcontratos de gestão. | O Subcontrato de Gestão apresenta as condições para a premiação das escolas participantes pertencentes a 25ª e 32ª Coordenadoria Regional de Educação. | |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2005b e 2005e).

Percebe-se que ambos os documentos determinavam as mesmas iniciativas a serem asseguradas como objeto. A diferença está que, o Subcontrato citava a melhoria da qualidade do ensino no âmbito das CREs e excluía o item que previa a melhoria do desempenho dos servidores da educação e racionalização de despesas deixando para a SEE/RS esta responsabilidade.

Interessante destacar que certos objetivos pontuados no Contrato de Gestão de responsabilidade da SEE/RS são os mesmos objetivos citados no Subcontrato de Gestão de responsabilidade da escola. Em alguns a diferença se dá que, o Subcontrato faz alusão apenas ao Ensino Fundamental. O que nos faz entender que os objetivos acordados no Contrato de Gestão entre o Governo e a SEE/RS foram transferidos para os Subcontratos de Gestão recaindo a responsabilidade sobre a escola.

Os únicos objetivos excluídos do Subcontrato referiam-se à ampliação da rede de Ensino Médio e a implantação de um sistema de informações que contemplasse todos os segmentos da comunidade escolar, o que é compreensível, pois, a escola não tem autonomia para estas práticas.

Consideram-se os últimos objetivos, tanto do Contrato de Gestão quanto do Subcontrato, como uma meta muito audaciosa por parte do governo do Estado. O Contrato de Gestão previa que o Estado atingisse a posição de melhor rede de ensino público do país. E o Subcontrato pretendia fazer com que a escola contribuísse com a respectiva CRE com vista a alcançar a posição de melhor CRE do Estado.

As obrigações estão claras e bem definidas para cada instância. A Secretaria da Coordenação e Planejamento elaboraria relatórios ao Governo do Estado e ao Secretário de Educação, cabendo a ele, acompanhar o desempenho da SEE/RS, dando o assessoramento necessário a consecução do Contrato de Gestão, informando aos conselhos escolares das providências tomadas. “O Secretário da Educação instituirá e nomeará, através de portaria, [...], o Comitê Interno de Acompanhamento e Avaliação previsto na Lei nº 12.237/2005 com o objetivo de acompanhar e avaliar os subcontratos de Gestão” (RIO GRANDE DO SUL, p. 4, 2005b).

Nos Subcontratos de Gestão foram estabelecidos indicadores para o processo de acompanhamento e premiação das escolas entre a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul e às escolas, com interveniência das respectivas CREs.

Os indicadores de qualidade e produtividade do ensino acordados no Subcontrato de gestão foram:

1. Indicador de Abandono Escolar no Ensino Fundamental (IAEF);
2. Indicador de Reprovação no Ensino Fundamental (IREF);
3. Número de Alunos por Professor (NAP);
4. Índice de Satisfação da População com a Escola Pública (ISPE);

5. Indicador Global de Desempenho (IGD);
6. Índice de Aproveitamento escolar (IAE) – nota – média de Matemática e Português em cada série.

Para determinar cada indicador havia uma fórmula específica de aplicação:

Quadro 13 - Fórmula da descrição dos indicadores

| | | |
|---|--|---|
| 1 | Indicador de Abandono Escolar no Ensino Fundamental: $\text{IAEF} = \frac{\text{AA}}{\text{MI}} \times 100$ | AA- Alunos afastados por abandono no EF MI- Matrícula inicial |
| 2 | Indicador de Reprovação no Ensino Fundamental $\text{IREF} = \frac{\text{AR}}{\text{MI}} \times 100$ | AR- Alunos reprovados no EF MI- Matrícula inicial |
| 3 | Número de Alunos por Professor $\text{NAP} = \frac{\text{NA}}{\text{NP}}$ | NA- Número de alunos matriculados na escola NP- Número de professores da escola |
| 4 | Índice de Satisfação da População com a Escola Pública $\text{ISPE} = \frac{\text{Pop S}}{\text{Pop T}} \times 100$ | Pop S- Parcela da população escolar da amostra satisfeita com a escola pública Pop T- População total da amostragem |
| 5 | Indicador Global de Desempenho $\text{IGD} = \frac{\sum_{i=1}^n \left(\frac{\text{Lij}}{\text{Li}} \right)^k * \text{Pi} * 100}{\sum_{i=1}^n \text{Pi}}$ | Lij- Desempenho verificado no i-ésimo indicador de educação Pi- peso atribuído ao i-ésimo indicador Li- Valor limite máximo admitido para o i-ésimo indicador considerado K-1 para indicador crescente K- -1 para indicador decrescente |

Fonte: Adaptado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2005e, p. 8-10).

Seriam tolerados desvios nos resultados dos indicadores desde que fosse atendida a expressão: $d_i \times p_i \leq 0$; $d_i = [1 - (l_i/L_i)] \times 100$ onde,

l_i - Desempenho verificado no i-ésimo indicador

L_i - Valor limite admitido para o i-ésimo indicador

d_i - Desvio entre o valor obtido e balizado do i-ésimo indicador

k - -1 para indicador decrescente

k - +1 para indicador crescente²⁾ $\text{IGD} \geq 100$ em 2005

Valores de P_i ;

IAEF – peso 5; IREF – peso 5; NAP – peso 8; ISPE – peso 10;

IAE Notas de Matemática 2ª série; 5ª série – peso 10;

IAE Notas de Português 2ª série; 5ª série – peso 10.

O Subcontrato esclarecia a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria da Coordenação e Planejamento averiguar a forma de apuração destes indicadores, a comparação entre as reclamações dos pais, docentes e alunos e os registros da Escola, a confiabilidade dos dados fornecidos pela escola e pela CRE.

Quanto à premiação o Contrato de Gestão estabelecia que as escolas com subcontratos de Gestão deveriam enquadrar-se em determinadas situações:

1. Premiação em pecúnia:
 - a. A primeira escola classificada urbana e a primeira escola classificada rural pertencente a cada CRE;
 - b. Os 10% das primeiras escolas classificadas urbanas em cada CRE;
2. Premiação honorífica:
 - a. A escola que apresentar o maior índice de melhoria entre todas as escolas concorrentes.

Já o Subcontrato de Gestão, além destas situações, apresentava as seguintes condições para a premiação das escolas:

1. Os Subcontratos teriam vigência para o ano de 2005 para as escolas pertencentes a 25ª e 32ª CRE;
2. Premiação das escolas que se destacaram no desempenho dos indicadores estabelecidos;
3. Premiação, entre as escolas rurais, aquela com até 80 alunos classificada em primeiro lugar em cada CRE;
4. Para fins de premiação, consideram-se as escolas rurais com 80 ou mais alunos, parte do grupo de escolas urbanas, devendo concorrer na premiação das urbanas;
5. Premiação da CRE responsável pela escola que apresentou o melhor resultado no indicador Índice Geral de Desempenho – IGD.

Caberia à Secretaria da Coordenação e Planejamento- SCP averiguar a forma de apuração dos indicadores, a comparação entre as demandas da comunidade escolar e os registros das escolas e das CREs, como também o cumprimento pela SEE/RS dos compromissos e a confiabilidade dos dados fornecidos de acordo com este documento. O desempenho das escolas seria avaliado, anualmente, por meio do cumprimento das metas e

dos indicadores firmados, tendo elas que informarem, mensalmente, à SEE/RS e a CRE a evolução dos indicadores determinados no Subcontrato.

Para Werle, Mantay e Andrade (2009, p. 141) os indicadores são empregados na “forma de instrumentos de produção de mudanças” da cultura da escola, principalmente no que tange a busca de metas, planejamento estratégico e resultados, o que conduz a julgar e comparar o trabalho dos profissionais por meio dos resultados atingidos.

A meta prevista era a auto superação em relação ao ano anterior dos melhores Índices Geral de Desempenho – IGD. As informações geradas para estes indicadores vieram da SEE/RS e da SCP e foram contempladas em diferentes anos de acordo com a disponibilidade dos dados. O Índice de Abandono e de Reprovação foram de 2003; o Aluno/Professor e o Índice de Satisfação de 2004 e as notas de Português e Matemática que serviram de base para o cálculo do IGD foram auferidas na avaliação de 1996 e correspondia a média obtida pela CRE em cada série e disciplina (RIO GRANDE DO SUL, 2005b).

5.1 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2005

Em 01 de setembro de 2005 a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e a União Nacional de Dirigentes de Educação – Secção Rio Grande do Sul – UNDIME/RS firmaram parceria com o propósito de retomada do Sistema de Avaliação, que teve suas primeiras edições em 1996/1997/1998. Agora sob a denominação de Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS. Desta forma a coordenação do SAERS/ 2005 ficou sob responsabilidade da SEE/RS, por meio do DEPLAN e da UNDIME/RS.

Em conformidade com o previsto na Lei 12.237/2005 que normatizava os Contratos de Gestão e os Subcontratos de Gestão, em 28 de Setembro de 2005, foram assinados os Subcontratos de Gestão entre a SEE/RS e as escolas que participariam do processo de apenas duas Coordenadorias Regionais de Educação, a 25ª e a 32ª CREs, com sede respectivamente em Soledade e São Luiz Gonzaga.

Para o SAERS/2005 foi editado um Projeto Básico de Avaliação/2005 que serviria de orientação à uma empresa terceirizada sobre os aspectos técnicos, operacionais e metodológicos do processo de avaliação de 2005. (RIO GRANDE DO SUL, 2005e).

Este projeto pontuava que o SAERS tinha por objetivo diagnosticar as habilidades cognitivas na área de Leitura/Escreita e Matemática e por finalidade fornecer subsídios para a correção de políticas educacionais, visando, além da qualidade do ensino, a autonomia da escola, o estabelecimento de parcerias com diferentes segmentos e o desenvolvimento de uma cultura de avaliação que envolva toda a comunidade escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2005d).

Para Castro (2005) os processos avaliativos em larga escala somente serão benéficos para a melhoria da qualidade do desempenho dos alunos e terão sentido quando for desenvolvida “uma cultura de avaliação” (p. 54), onde todos os segmentos deverão ser envolvidos em um trabalho de conscientização no sentido de uma avaliação para a autonomia pedagógica e didática da escola.

O Projeto Básico do SAERS/2005 previa que os produtos e serviços contratados seriam: as atividades de cadastro de escolas, identificação das turmas e alunos; elaboração das provas, questionários e manuais de procedimentos; impressão de todo o material; condições de empacotamento, distribuição e recolhimento dos instrumentos; correção e processamentos dos dados das provas, dos questionários de alunos, professores e diretores ou supervisores; organização da base de dados de maneira estruturada em arquivos por Município, rede de ensino, escola, série/ano, turno e turma disponibilizando estes dados à SEE/RS e as Secretarias Municipais que participariam do SAERS/2005; análise estatística dos dados seria de acordo com a Teoria da Análise Clássica e a Teoria de Resposta ao Item – TRI; organização da base de dados com as respostas das provas dos alunos, dos questionários dos alunos, dos professores, dos diretores ou supervisores, sobre a infraestrutura da escola com base na leitura ótica das folhas de respostas (RIO GRANDE DO SUL, 2005d).

A contratada seria responsável também, pela análise dos resultados e fornecimento dos boletins de desempenho dos alunos e relatórios da avaliação, à SEE/RS e às SMEDS, em meio magnético (CD-Rom) e em uma cópia impressa de cada um deles (RIO GRANDE DO SUL, 2005d).

Os boletins dos alunos deveriam conter o percentual de acertos em cada questão da prova, a habilidade média dos alunos em cada componente curricular e os níveis da escala de desempenho, utilizando-se a escala do SAEB para a 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental e a distribuição dos alunos pelos níveis da escala de desempenho. Estes boletins seriam emitidos por escola, incluindo todas as turmas que participaram, por Município e por rede de ensino.

Os relatórios entregues seriam do perfil dos alunos, dos professores, dos diretores ou supervisores, das condições de infra-estrutura das escolas, das variáveis que interferem nos resultados do desempenho dos alunos. Seria entregue também um relatório geral do SAERS/2005, com gráficos e tabelas relativos aos principais resultados. Este relatório final deveria conter as características gerais da avaliação, a apresentação dos dados e participação do processo, a análise dos resultados do desempenho em cada disciplina, série, escola e rede de ensino, as conclusões e recomendações finais (RIO GRANDE DO SUL, 2005d).

Sob responsabilidade da contratada as equipes de avaliação, coordenadores regionais e municipais seriam treinadas em Porto Alegre durante 2 dias de duração. O custeio com hospedagem, remuneração ou gratificação seria, entretanto, de responsabilidades das secretarias de educação, bem como a aplicação dos testes e dos questionários aos alunos, professores, diretores ou supervisores (RIO GRANDE DO SUL, 2005d).

Para os municípios o SAERS/2005 implementaria o processo avaliativo do desempenho dos alunos no primeiro ano de gestão, em busca da reorientação de políticas públicas de educação durante a execução do Plano Plurianual 2004/2005. Que, no que se refere ao Sistema de Avaliação, previa a “retomada do processo de avaliação externa das escolas estaduais, implementando uma sistemática periódica de avaliação do desempenho escolar, através da aplicação de instrumentos para os alunos e comunidade escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2004/2007, p. 12).

Já para a SEE/RS, o Projeto Básico de Avaliação, oportunizaria a construção de indicadores de aprendizagem dos alunos visando fundamentar os Subcontratos de Gestão a serem firmados com as escolas, com base na cláusula relativa a Indicadores e Metas do Contrato de Gestão. Como também, para reorientarem suas áreas de atuação, especialmente quanto a formação continuada dos professores (RIO GRANDE DO SUL, 2005d).

A empresa contratada para a preparação, elaboração da prova, análise dos resultados e envio para as secretarias estaduais, municipais e para cada Coordenaria Regional que participou do Sistema de Avaliação de 2005 do Estado do Rio Grande do Sul e que venceu o processo de licitação foi a Fundação CESGRANRIO⁹ (RIO GRANDE DO SUL, 2006a).

⁹ A Fundação Cesgranrio, a partir de 1995 passou a elaborar e aplicar o projeto do Sistema de Avaliação do Ensino Básico usando a pela primeira vez no Brasil a TRI. Desde então, coube à ela a aplicação da quase totalidade das avaliações nacionais: o "Provão", desde 1996, substituído atualmente pelo ENADE - Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes; o ENEM - desde 1998; o ENCCEJA -em 2002 e 2007 e a Prova Brasil, de 2005 e 2007. Além das avaliações nacionais, a Fundação Cesgranrio tem realizado

Assim, frente à Lei nº 12.237/ 2005 que normatizava sobre o Contrato de Gestão e o Projeto Básico/2005, foram assinados os Subcontratos de Gestão com cada uma das 117 escolas, pertencentes a 25ª CRE em Soledade e 32ª em São Luiz Gonzaga.

Após este feito o então governador do Estado, Germano Rigotto, emite o Decreto nº 44.045 de 04 de Outubro de 2005 que dispõe sobre o Contrato de Gestão, o Subcontrato de Gestão e a premiação por produtividade, ou seja, este Decreto vem formalizar tudo que os outros documentos já preconizavam.

Para a elaboração das provas foi considerado: as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental; as Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos de Língua Portuguesa e Matemática, mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS, nos PNLDs – Programa Nacional do Livro Didático de 2004 e 2005; textos selecionados a partir dos tipos de gêneros especificados nas Matrizes de Referência do SAEB; inclusão de itens que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano com o SAEB; classificação dos itens quanto ao grau de dificuldade- fácil, médio, difícil; utilização de diferentes recursos gráficos (FUNDAÇÃO CESGRANRIO, 2006).

As provas do SAERS/2005 para 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental era objetiva de Leitura e Matemática, com questões de múltipla escolha com 4 alternativas. Composta por 4 blocos de 7 itens cada um sendo 2 blocos de Leitura (14 questões) e 2 de Matemática (14 questões) perfazendo 28 questões, sendo que 4 questões eram subjetivas para identificar o nível de alfabetização da criança. Os alunos que não conseguiriam responder a elas eram instruídos a desenharem e o aplicador fazia uma ressalva na capa da prova colocando “não alfabetizado”. Cada aluno responderia a 28 itens. Já para os alunos de 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental a prova era composta por questões de múltipla escolha, também com 4 alternativas. Formada por 4 blocos de 10 itens cada um, sendo 2 blocos de Leitura (20 questões) e 2 de Matemática (20 questões) e cada aluno responderia a 40 itens. Nesta prova em cada disciplina, foi incluído um bloco de itens de 4ª série calibrados nas escalas de desempenho do SAEB de modo a ser estabelecido um padrão de referência para análise comparativa dos alunos de 5ª série do SAERS com os brasileiros. As questões subjetivas foram corrigidas por uma banca de professores especializados na sede da Fundação

avaliações do sistema de ensino em vários Estados, como o SPAECE, no Ceará, o SARESP em São Paulo, o SIADE - do Distrito Federal, o Nova Escola, no Estado do Rio de Janeiro; e o do Rio Grande do Sul- SAERS. (FUNDAÇÃO CESGRANRIO, 2011).

Cesgranrio. Foi prestada atenção aos aspectos multiculturais do RS para que a regionalidade fosse contemplada na seleção dos textos da prova. Todos os alunos responderiam a um questionário com o objetivo de coletar informações sobre o contexto socioeconômico e cultural e a trajetória de escolarização. Professores e diretores ou supervisores também responderiam a um questionário que envolvia sua formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Os aplicadores também deveriam responder a questões sobre a infra-estrutura das escolas que participaram do SAERS/2005 (RIO GRANDE DO SUL, 2005d).

O quadro a seguir sintetiza as informações pertinentes à elaboração das provas do SAERS/2005:

Quadro 14 - Estruturação das provas de Português e Matemática em 2005 para a 2ª série e 5ª série

| | 2ª Série EF | 5ª Série EF | Questionários |
|-------------------|---|--------------------------|--|
| Língua Portuguesa | 2 blocos com 14 questões sendo 4 subjetivas | 2 blocos com 20 questões | Alunos sobre questões de contexto sócio econômico e cultural e a trajetória de escolarização Professores e diretores ou supervisores também responderam a um questionário que envolvia sua formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Aplicadores questões sobre a infra-estrutura das escolas |
| Matemática | 2 blocos com 14 questões | 2 blocos com 20 questões | |
| TOTAL | 28 questões | 40 questões | |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2005d).

Diferente das provas de 1996/1998 onde os alunos responderam a apenas uma prova de uma disciplina, ou seja, quem respondeu Português não fez a prova de Matemática e vice-versa, em 2005 os alunos responderiam testes com questões de Português e Matemática na mesma prova e ainda a um questionário para identificar aspectos socioeconômicos e culturais.

Após a realização do SAERS/2005 a Fundação Cesgranrio enviou, à SEE/RS e às SMEDs, o Relatório Geral Técnico Pedagógico do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS/ 2005 (FUNDAÇÃO CESGRANRIO, 2006), em conformidade ao previsto no Projeto Básico SAERS/2005. Este continha as médias gerais do desempenho dos alunos por disciplina avaliada, em cada série, nas redes municipais e nas

CREs. Apresentava a descrição dos níveis da escala de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática de cada série avaliada, como ainda o percentual atingido pelos alunos em cada nível distribuídos de acordo com a série e disciplina avaliadas.

De acordo com o relatório em relação ao processamento e análise de dados a Fundação Cesgranrio informou que substituiu sua tecnologia de leitura ótica de dados por digitação das folhas de respostas dos alunos. Uma folha de resposta mais simples que após sua digitação recuperaria qualquer marcação feita pelo aluno foi utilizada pela primeira vez na fundação para a avaliação da ANRESC e no SAERS 2005 (FUNDAÇÃO CESGRANRIO, 2006).

Participaram do SAERS/2005 apenas duas CREs. A aplicação das provas ocorreu no dia 23 de novembro de 2005, no turno da manhã e tarde pelas equipes das Secretarias de Educação, tanto estadual quanto municipal.

Em 2006 a SCP emitiu um Relatório Final sobre o Contrato de Gestão com SEE/RS e dos Subcontratos de gestão firmados com as escolas da rede pública estadual, pertencentes a 25ª CRE de Soledade e a 32ª CRE de São Luiz Gonzaga.

Quadro 15 - Abrangência do SAERS/2005 da rede estadual de ensino:

| | Escolas | Alunos | Séries | Disciplinas |
|--------------------------------|-----------------------|--------|--|--|
| 25ª CRE Soledade | Rural 15 Urbana 41 | 11.432 | 5ª séries/ 6 ano Ensino Fundamental | Língua Portuguesa com Redação Matemática |
| | Total 56 | | | |
| 32ª CRE São Luiz Gonzaga | Rural 28 Urbana 31 | 8.275 | | |
| | Total 59 | | | |
| Total estadual | 115 | 19.707 | | |

Fonte: Adaptado pela autora baseado em Rio Grande do Sul, (2006).

Como se percebe foram 117 escolas estaduais que firmaram o Subcontrato de Gestão com a SEE/RS, entretanto, participaram 115, devido a disponibilização de resultados. O total de alunos participantes foi 19.707, sendo 11.432 da 25ª CRE, com regional em Soledade e 8.275 da 32ª CRE de São Luiz Gonzaga. As disciplinas avaliadas foram Português com Redação e Matemática e as séries envolvidas foram as 2ª e 5ª séries somente do Ensino Fundamental.

Quanto à premiação das escolas as regras e condições vieram normatizadas no Contrato de Gestão, nos Subcontratos e no Decreto 44.045/2005.

O total de escolas que participaram deste processo foi 115, sendo que apenas 6 escolas não se auto-superaram: 2 na 25ª e 4 na 32ª CRE. Das que disputaram, 37 foram premiadas, sendo 23 da 25ª CRE e 14 da 32ª CRE. O quadro abaixo apresenta as premiações que cada escola e cada CRE que aderiam ao Subcontrato de Gestão receberam em 2005.

Tabela 1- Premiação das escolas da 25ª e 32ª CREs do Estado do Rio Grande do Sul

| CARACTERÍSTICA | 25ª CRE- SOLEDADE | 32 CRE – SÃO LUIZ GONZAGA |
|--|---|---|
| Escolas que concorreram | Total – 56 escolas Rurais – com menos de 80 alunos = 15 Urbanas e Rurais – com mais de 80 alunos = 41 | Total – 59 escolas Rurais – com menos de 80 alunos = 28 Urbanas e Rurais – com mais de 80 alunos = 31 |
| Total de escolas premiadas | 23 | 14 |
| Premiação dos 10% das melhores escolas urbanas. Valor para cada uma R\$ 20.000,00 | 4 | 3 |
| | Prêmio R\$ 80.000,00 | Prêmio R\$ 60.000,00 |
| Melhor escola rural com menos de 80 alunos. Valor de R\$ 2.000,00 | 1 | 1 |
| | Prêmio R\$ 2.000,00 | Prêmio R\$ 2.000,00 |
| Melhores escolas urbanas e rurais com mais de 80 alunos. Valor para cada uma R\$ 8.000,00 | 18 Urbana – 16 Rural - 2 | 10 Urbana – 6 Rural - 4 |
| | Prêmio R\$ 144.000,00 | Prêmio R\$ 80.000,00 |
| Prêmio de participação para as CREs. | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 |
| Prêmio para CRE cujo conjunto de alunos apresentou melhor desempenho. | R\$ 4.000,00 | |
| TOTAL DA PREMIAÇÃO | R\$ 232.000,00 | R\$ 144.000,00 |

Fonte: Adaptada pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2006, p. 6 -14).

Na 25ª CRE de Soledade participaram 56 escolas sendo 15 rurais com menos de 80 alunos e que concorreram entre as escolas rurais e, 41 escolas eram escolas urbanas ou rurais com mais de 80 alunos e que concorreram com as escolas urbanas. Entre as rurais uma foi premiada e entre as escolas consideradas urbanas 4 foram premiadas, representando 10% das escolas urbanas que apresentaram o melhor desempenho na avaliação. Entre as escolas urbanas e rurais, com mais de 80 alunos 18 foram premiadas, sendo 6 urbanas e 4 da área

rural. O total repassado pelo Estado, tanto para a CRE quanto para as escolas desta regional foi de R\$ 232.000,00.

Na 32ª CRE em São Luiz Gonzaga participaram 59 sendo 28 rurais com menos de 80 alunos e concorreram entre as escolas rurais e 31 escolas eram escolas urbanas, ou rurais com mais de 80 alunos e concorreram com as escolas urbanas. Entre as rurais uma foi premiada e entre as escolas consideradas urbanas 3 foram premiadas, representando 10% das escolas urbanas que apresentaram o melhor desempenho na avaliação. Entre as escolas urbanas e rurais, com mais de 80 alunos 10 foram premiadas, sendo 16 urbanas e 2 da área rural. O total repassado pelo Estado, tanto para as CRE quanto para as escolas desta regional foi de R\$ 144.000,00.

As CREs que aderiram ao Subcontrato de Gestão receberam um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 2.000,00 e a CRE que apresentou o melhor desempenho no conjunto de escolas recebeu R\$ 4.000,00, que no caso foi a 25ª de Soledade.

A melhor escola com Premiação Honorífica das duas CREs foi uma escola de Soledade com 21 alunos e de localização rural. Para Amaral (2010), ao analisar as premiações das escolas que participaram da avaliação pontua que, uma escola com número reduzido de alunos e de professores, interfere nos resultados apresentados na avaliação, pois a “articulação pedagógica torna-se mais fácil e eficaz” (p. 131).

O total repassado pelo Estado nesta avaliação foi R\$ 376.000,00.

Com o objetivo de demonstrar o uso dos resultados do SAERS/ 2005, na premiação das escolas que participaram do processo, relata-se as notícias apresentadas no site da SEE/RS no dia 26 de Junho de 2006 com os seguintes títulos “Secretária da Educação entrega premiação do Contrato de Gestão em Soledade” e “Escolas de São Luiz Gonzaga recebem premiação do Contrato de Gestão”:

A Secretária Estadual da Educação, Nelsi Muller, entregará nesta terça-feira, dia 27 de junho de 2006, R\$ 232 mil reais para as 56 escolas estaduais de Soledade, que obtiveram os melhores resultados no Contrato de Gestão.

A Secretária Estadual da Educação adjunta, Carmem Figueiró, entregará nesta quarta-feira, dia 28, R\$ 144 mil reais para as 59 escolas estaduais de São Luiz Gonzaga que obtiveram os melhores resultados no Contrato de Gestão (RIO GRANDE DO SUL, 2006b).

Em situação semelhante ocorrida com o sistema de avaliação de 2002 em São Paulo Souza e Oliveira (2003) comentam que a avaliação externa não deve ser considerada apenas como uma aplicação de testes com vista a verificar o trabalho escolar e sim numa “dimensão educativa/formativa” que “supõe a promoção da autonomia pedagógica e didática da escola”. (p. 883).

Assim, a meritocracia inserida através da premiação às escolas que alcançaram os melhores desempenhos nos resultados reforça a individualização e a responsabilização da escola no atingimento das metas previstas desconsiderando as diversidades que cada instituição apresenta e outros fatores que interferem no processo de aprendizagem dos alunos. (DRABACH, 2010).

Se por estimativa e em nível de especulação, todas as 2581 escolas pertencentes a rede estadual de ensino participassem deste Sistema de Avaliação, o valor que o Estado deveria desembolsar vem demonstrado no quadro a seguir.

Tabela 2 - Estimativa de valores que seriam desembolsados pelo Estado se todas as escolas participassem do SAERS/2005

| | Escolas participantes da 25ª e 32ª CREs | | Todas as escolas estaduais do Rio Grande do Sul | |
|---|---|---------------------|---|----------------------|
| Total de escolas | 115 | | 2581 | |
| Total de escolas premiadas | 37 (32%) | | 826 (32%) | |
| Premiação dos 10% das melhores escolas urbanas. Valor para cada uma R\$ 20.000,00 | 72 (62,6%) | 7 R\$ 140.000,00 | 412 (62,6%) | 41 R\$ 820.000,00 |
| Melhores escolas urbanas e rurais com mais de 80 alunos. Valor para cada uma R\$ 8.000,00 | 28 (24%) R\$ 224.000,00 | | 619 (24%) 4.952.000,00 | |
| Prêmio de participação para as CREs. R\$ 2.000,00 | 2 R\$ 4.000,00 | | 30 R\$ 60.000,00 | |
| Prêmio para CRE cujo conjunto de alunos apresentou melhor desempenho. R\$ 4.000,00 | R\$ 4.000,00 | | R\$ 4.000,00 | |
| TOTAL PAGO PELO ESTADO | R\$ 376.000,00 | | R\$ 5.836.000,00 | |

Fonte: Elaborado pela autora

Se o sistema gerencial de contrato de gestão e premiação fosse estendido a toda a rede estadual de ensino (2581 escolas estaduais) teríamos que, ao invés 37 instituições receberem a

gratificação seriam 826 unidades escolares a serem premiadas. Das 28 melhores escolas que receberam R\$8.000,00 cada uma perfazendo um total de R\$224.000,00, seriam 619 as melhores escolas totalizado um valor R\$ 4.952.000,00. No caso das CREs participantes, que no SAERS/2005 foram 2 que receberam cada uma R\$ 2.000,00 como prêmio de participação, se todas as 30 CREs participassem o valor a ser repassado seria de R\$ 60.000,00.

Desta maneira, o Estado pagou um montante de R\$ 376.000,00 no SAERS/2005, frente a R\$ 5.836.000,00 que seriam pagos se todas as escolas tivessem participado do Subcontrato de gestão em todas as 30 regionais do Estado.

O Relatório Final – 2006 da SEE/RS e da SCP relatava as contribuições da implementação dos Contratos de Gestão. Entre elas, destacava a necessidade de treinamento dos docentes objetivando a otimização dos resultados pedagógicos e gerenciais que iriam refletir na melhoria dos indicadores de cada escola. Salientava a relevância de pesquisas com alunos professores e pais visando a adesão de todos os diferentes segmentos que compõem a escola e sua co-responsabilidade na gestão da escola. Apresentava ainda algumas providências a serem tomadas para a expansão dos Contratos de Gestão, tais como: disponibilização dos dados do sistema educacional antes da consolidação do INEP- até dois anos, para poder medir o ano anterior e o em curso; correção dos mecanismos de premiação que causaram alguns equívocos e expansão destes contratos em mais CREs com devida contratação de um número maior de técnicos (RIO GRANDE DO SUL, 2006a).

Apesar do Relatório - 2006 fazer estas sugestões para a expansão dos Contratos de Gestão, isto não se concretizou. Com o CPERS opondo-se aos Contratos de Gestão, eles não foram renovados. De acordo com Simone Goldschmidt, presidente do CPERS neste período, a implantação dos Contratos de Gestão foi “uma estratégia desesperada de tentar mostrar resultados premiando as escolas e indicando como sucesso um programa de meio ano implementado em outubro/novembro de 2005” (CORREIO DO POVO, 02 de Julho de 2006).

Assim, o governo de Germano Rigotto ancorou-se numa gestão gerencialista adotando o estabelecimento de metas, avaliação e premiação, por meio de Contratos e Subcontratos de Gestão. O objetivo era estabelecer metas de desempenho a serem cumpridas, em determinado prazo, pelos órgãos públicos.

O que se compreende como um tratamento empresarial para o setor da educação do Estado, com vista ao produto e não a um processo de construção do ensino e aprendizagem. Como afirma Dourado (2007, p. 924) “a gestão educacional tem natureza e características

próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados”.

Os Contratos de Gestão seriam firmados entre o Governador do Estado, e os titulares das Secretarias Estaduais e estes poderiam firmar Subcontratos de Gestão com os municípios ou com dirigentes de unidades administrativas. Avaliação externa serviria como um meio de promover a premiação/ gratificação à docência, como uma normativa já iniciada no último ano de governo de Antonio Britto Filho quando da promulgação da Lei 11.126/1998, que instituiu O Programa de Avaliação de Produtividade Docente.

Souza (2003) esclarece que estas iniciativas de avaliação “têm servido para viabilizar uma lógica de gerencialismo da educação” (p. 879) ao divulgar a idéia de produção da qualidade da educação. A avaliação se torna um mecanismo de controle, não considerando a aprendizagem como um processo e sim como um produto da “ação da escola, certificando sua qualidade”. Ressalta ainda, que a avaliação “legitima valorações” que conduzem a competitividade entre as instituições e profissionais da educação via desempenho/financiamento. (p. 875).

Esta lógica gerencialista busca aumentar a eficiência e eficácia das escolas através de indicadores de desempenho ou de resultados, tais como: controles estatísticos, sistemas avaliativos, ranqueamentos. Para o governo é uma forma de regular o sistema educacional a distância inserindo-se “profundamente nas culturas, práticas e subjetividades das instituições do setor público e de seus trabalhadores, sem parecer fazê-lo”. (BALL, 2004, p. 1116).

Interessante destacar que o SAERS/2005 aplicado em escolas de duas Coordenarias Regionais de Educação não faz referência a Lei de Gestão Democrática que institui um Sistema de Avaliação em todas as escolas de rede pública.

A aplicação das provas foi de maneira diferenciada com relação às provas de 1996/1998 onde os alunos responderam a apenas uma prova de uma disciplina, ou seja, quem respondeu Português não fez a prova de Matemática e vice-versa. Em 2005 os alunos responderiam testes com questões de Português e Matemática na mesma prova e ainda a um questionário para identificar aspectos socioeconômicos e culturais. Ressalta-se que, no SAERS/2005, participaram somente os alunos do Ensino Fundamental, excluindo os alunos do Ensino Médio que já haviam participado de avaliações nos anos de 1996/1997/1998.

Com o Contrato de Gestão o Estado previa atingir a posição de melhor rede de ensino público do país. E com o Subcontrato pretendia fazer com que a escola contribuísse com a respectiva CRE com vista a alcançar a posição de melhor CRE do Estado.

A questão é se uma avaliação amostral, que envolveu apenas duas CREs e 115 escolas da rede estadual de ensino, poderia representar a posição de melhor rede de ensino público do Brasil e, no caso da Coordenadoria ser a melhor do Estado?

Para Franco (2004, p. 53): “[...] estados e municípios, quando envolvem-se com a avaliação em larga escala, sentem a necessidade de implantar avaliações que alcancem todas as escolas”. O que não foi o caso do Estado do Rio Grande do Sul neste processo de avaliação.

Com a não expansão dos Contratos e Subcontratos de Gestão, as avaliações nos anos seguintes deste governo não ocorreram. O retorno ao processo se deu na gestão de 2007 a 2010 no governo de Yeda Rorato Crusius.

6 O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO RIO GRANDE DO SUL – SAERS, NO PERÍODO DE 2007 A 2009 (GOVERNO YEDA RORATO CRUSIUS)

Este capítulo trata da implantação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS no período de 2007 a 2009 da então governadora Yeda Rorato Crusius (2007/2010). Descrevendo os documentos normativos, projetos, relatórios e informações que esclarecem sobre o objetivo, finalidade, operacionalização, abrangência e divulgação dos resultados.

Tal como nos outros capítulos, os documentos encontrados foram organizados em um quadro, por data de emissão e localização, nomeando os secretários(as) responsáveis pela pasta da Educação do Estado do período de governo. Neste processo de avaliação foi pertinente arrolar os periódicos emitidos pela empresa responsável pela divulgação dos resultados. Tais instrumentos foram disponibilizado às escolas e, portanto, a autora como gestora de escola teve acesso aos mesmos.

Quadro 16 - Governadores/RS, Secretários (as) de Educação/RS, documentos/ localização

| Governador | Secretário(a) de Educação | Documentos | Localização |
|---------------------------------|----------------------------|--|---|
| Yeda Rorato Crusius (2007/2010) | Mariza Abreu Ervin Deon | - Decreto 45.300/2007 instituindo o SAERS no Ensino Fundamental e Médio; - Projeto Básico SAERS/2007; - Boletins pedagógicos das avaliações/2007; - Plano Plurianual- 2008/2011. - Projeto Básico SAERS/2008; - Boletins pedagógicos das avaliações/2008; - Projeto Básico SAERS/2009; - Guia de Estudos – avaliação 2009; - Boletins pedagógicos das avaliações/2009; | Site* SEE/RS Escola Site** SEE/RS Escola SEE/RS Escola Escola |

Fonte: Elaborado pela autora.

*Rio Grande do Sul, (2007d).

**Rio Grande do Sul (2008-2011).

Junto ao movimento - Compromisso Todos pela Educação - que acontecia em âmbito nacional desde 2006, o Estado do Rio Grande do Sul implementou um programa chamado Agenda 2020 – O Rio Grande Que Queremos.

A Agenda 2020 é um conjunto de projetos com vista ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Divulgada como sendo um movimento, lançado em setembro de 2006,

entre o governo, empresários, partidos políticos, ONGs e instituições de ensino superior. Entre as 10 propostas, categorizadas por Fórum Temático, figurava a Educação, que apresentava como objetivo “construir propostas concretas de interesse do conjunto da sociedade rio-grandense a partir da ideia de transformar o Rio Grande do Sul no melhor Estado para se viver e trabalhar” (ABREU, 2011).

Diante destas discussões, em abril de 2008, realizou-se no Palácio do governo do Estado do Rio Grande do Sul, com a presença do chefe do Executivo e lideranças do movimento, a adesão do governo ao Movimento Todos pela Educação. Por iniciativa da SEE /RS, mas em articulação com as metas do Todos pela Educação, a Agenda 2020, na área da educação, desdobrou-se em dois projetos - Educação Básica de Qualidade e Educação Profissional. O projeto Educação Básica de Qualidade foi organizado em quatro pilares: acesso e permanência, avaliação da aprendizagem, valorização do magistério e recursos para educação (ABREU, 2011).

Neste sentido percebe-se que as políticas educacionais que vinham sendo discutidas tanto em nível nacional quanto local desde 2006 passaram a compor o quadro do governo a partir de 2007.

Eleita a candidata Yeda Rorato Crusius o seu Plano de Governo veio com a proposta de construir “um novo jeito de governar” (RIO GRANDE DO SUL, 2007/2010, p. 2), para isto apresentava-se dividido em três grandes eixos: Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Desenvolvimento Social; Finanças e Gestão Pública. Dentre as metas propostas no Desenvolvimento Social estava a Educação.

O Plano apontava as características e necessidades do Estado do Rio Grande do Sul nas diversas áreas. Quanto à educação, relatava as perdas de posições do Estado nas avaliações realizadas pelo MEC, onde, de 2003 para 2005, o Rio Grande do Sul foi um dos Estados que apresentou os piores resultados em Português e Matemática, nas 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental com queda significativa na sua posição em relação aos demais Estados da federação conforme demonstra o quadro a seguir:

| Disciplinas/ Séries | 2003 | 2005 |
|--------------------------------------|----------|----------|
| Português - 4ª série EF | 3º lugar | 7º lugar |
| Matemática - 4ª série EF | 3º lugar | 5º lugar |
| Português e Matemática – 8ª série EF | 1º lugar | 6º lugar |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2007/2010)

Em 2003, na avaliação realizada pelo MEC, o Estado do Rio Grande do Sul alcançou entre o primeiro e o terceiro lugar e em 2005 situou-se entre o quinto e sétimo lugar nas disciplinas de Português e Matemática no nível fundamental.

Juntando-se a esta situação, o Estado vinha apresentando crescimento nas taxas de repetência e evasão evidenciando a necessidade de melhorar o fluxo escolar para elevar os níveis de aprendizagem dos alunos (RIO GRANDE DO SUL, 2007/2010).

Para o enfrentamento de parte destes problemas o Plano de Governo previa: revisar os currículos escolares com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nas competências e habilidades cognitivas das matrizes de referência do SAEB e do ENEM; valorizar os professores; qualificar os concursos públicos para o magistério, ampliar a oferta de formação continuada aos docentes, em parceria com o MEC e os municípios e equipar as escolas com novas tecnologias. Quanto a avaliação externa a proposta era “Consolidar um sistema gaúcho de avaliação externa do rendimento escolar dos alunos nos ensinos fundamentais e médio, em parceria com o MEC e com os municípios, a exemplo do que já existe em outros estados”

Percebe-se a preocupação eminente do governo frente às características da educação do Estado do Rio Grande do Sul apresentadas nas avaliações de nível nacional e a necessidade de uma avaliação própria para o Estado com articulação do MEC e participação dos municípios.

O governo de Yeda Rorato Crusius iniciou-se sob uma série de conflitos na área educacional. Os enfrentamentos foram no atraso de repasse dos recursos da autonomia financeira para as escolas, na falta de docentes, no remanejamento dos professores que estavam fora de sala de aula, em setores (biblioteca, supervisão, orientação), para a docência e a enturmação no ensino fundamental e médio que gerou a redução de muitas turmas.

Para o processo de enturmação o governo seguiu os pareceres normatizados pelo Conselho Estadual de Educação – CEED:

Parecer CEED/RS nº 398/2005 - recomenda que: de 0 a 2 anos – até 05 crianças por professor; 3 anos – até 15 crianças por professor; 4 até completar 6 anos – até 20 crianças por professor (RIO GRANDE DO SUL, 2005f);

Parecer CEED/RS nº 1.400/2002 - recomenda para o 1º ano do ensino fundamental até 25 alunos; do 2º ao 4º ano até 30 alunos e do 5º ao 9º ano até 35 alunos. Quanto às salas de aula devem obedecer à proporção de 1,20m² por aluno em cada sala (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Parecer CEED/RS nº 0580/2000 – recomenda para o Ensino Médio a ocupação calculada na razão de 1,20m², por aluno, não podendo ter área inferior a 15,00m² e limite máximo de 50 alunos por sala de aula (RIO GRANDE DO SUL, 2000).

Para Mariza Abreu, secretária da educação, estas medidas de “remanejamento de professores de atividades não docentes para a docência e a reorganização das turmas das escolas estaduais”, referiam-se a um novo padrão de gestão educacional com ações previstas para 2007 e 2008 na área de gestão de recursos humanos e financeiros, objetivando a melhoria da qualidade da educação (ABREU, 2011, p. 24-25).

Neste mesmo período, a autora deste estudo exercia, pela primeira vez, o cargo de diretora de uma escola da rede estadual de ensino. Foi um período tumultuado. As insatisfações e dificuldades eram muitas em virtude destas estratégias de atuação do governo, que acreditava que, com estas ações, elevaria a qualidade da educação do Estado.

Em 2007, o governo do Estado, encaminhou para a aprovação na Assembléia Legislativa o Plano Estadual de Educação – PEE/2007. Este seria o quinto plano educacional que vinha sendo elaborado no Estado desde governos anteriores o qual, entretanto, não entrou em vigor por não ter sido aprovado.

O anteprojeto do PEE/2007 estabelecia diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas para os diferentes níveis e modalidades de ensino, para temas considerados relevantes, para a Valorização e Formação dos Professores e para Financiamento e Gestão da Educação. Na Educação Básica, havia uma única referência ao sistema de avaliação mencionada nos objetivos e metas no Ensino Médio, deixando claro que as avaliações deveriam ser utilizadas para a implementação do currículo deste nível de ensino.

Desenvolver, nas escolas de ensino médio, através do currículo, os conhecimentos, as habilidades e as competências dos alunos, como forma de

possibilitar níveis satisfatórios de desempenho definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pelo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e pelos sistemas de avaliação que venham a ser implantados no Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, p. 39).

Na Valorização e Formação dos Professores, o anteprojeto fazia menção, dentre os objetivos, de articular a formação continuada dos docentes com a avaliação externa do rendimento do aluno e a melhoria da qualidade do ensino.

Entre os diagnósticos das políticas de Financiamento e Gestão da Educação o anteprojeto esclarecia que o Estado interrompeu o processo de avaliação externa do rendimento escolar implantado em 1996 e sua retomada estaria prevista para 2004. O que não correu, pois a retomada do Sistema de Avaliação ocorreu somente em 2005 e ainda como já vimos, como um projeto piloto em apenas duas CREs.

Pelo exposto, mesmo o PEE/2007 do Estado do Rio Grande do Sul não ter sido votado pela Assembléia Legislativa vale ressaltar que esboçava a importância de um Sistema de Avaliação Externa. Não explicitava os objetivos e metas específicas para o nível fundamental de ensino quanto a um sistema de avaliação, a não ser na formulação do currículo no ensino médio com vista a desenvolver níveis de competência e habilidade para o processo de avaliação do MEC. Estabelecia articular a formação continuada dos docentes com o desempenho dos alunos.

É pertinente comentar que, tanto o Plano Plurianual de 2004/2007 e o PEE/2007 previam a retomada do processo de avaliação externa das escolas estaduais, implementando uma sistemática periódica de avaliação do desempenho escolar através da aplicação de instrumentos aos alunos.

Com a Lei 12.749 de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA fica consolidado o PPA do Estado do Rio Grande do Sul para o quadriênio 2008-2011¹.

Assim, o PPA/2008-2011 estabelecia a “revisão dos currículos escolares com base nos parâmetros nacionais, nas competências e habilidades cognitivas das matrizes de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e da Prova Brasil”. (p. 72). Esta revisão curricular vinha assentada na preocupação

¹ A elaboração do PPA 2008-2011 afigura-se como uma oportunidade de intensificar o processo de qualificação da gestão já iniciado com o PPA 2004-2007 [...] e refletindo, no Plano, os grandes objetivos do Governo, seus programas e projetos estruturantes, formulados a partir de uma base estratégica forte, que conferirá unidade à ação governamental e permitirá que se avaliem esses instrumentos ao longo da execução (RIO GRANDE DO SUL, 2008/2011).

com a universalização do acesso, redução do índice de reprovação e da evasão escolar. Neste sentido, o Governo Estadual objetivava estabelecer escalas de habilidades e competências cognitivas a serem desenvolvidas em língua portuguesa, matemática e na alfabetização para o nível fundamental e médio (PPA, 2008-2011).

No que se refere ao processo de avaliação no Estado, o PPA 2008-2011 pontuava a “implantação de um sistema de avaliação externa que permita aferir os níveis de aprendizagem na rede de ensino gaúcha comparado a padrões nacionais e internacionais (RIO GRANDE DO SUL, 2008-2011, p. 73). Salientando também que o Sistema de Avaliação seria implantado em 2008/2010 em parceria com a rede municipal e particular de ensino. E que seria oferecida, aos professores, a formação continuada ao trabalho em sala de aula para o efetivo aumento dos níveis de aprendizagem dos alunos.

Neste sentido, o Plano Plurianual reúne as metas contempladas na Agenda 2020 - o Rio Grande que Queremos - e o Plano de Governo 2007/2010.

Identificado ainda com o movimento Compromisso Todos pela Educação e com as metas da Agenda 2020 - o Rio Grande que Queremos, o Estado do Rio Grande do Sul lançou Os Programas Estruturantes.

Os Programas Estruturantes foram sendo construídos a partir de 2007 sob um novo “modelo de gestão por resultados” (ABREU, 2011 p. 61), que veio instituído pelo Decreto 45.273 de 04 de Outubro de 2007 que, entre as diretrizes e competências, normatizava a implementação da “Modernização da Gestão Pública” sob a perspectiva de um gerencialismo intensivo dos Projetos e Programas , tendo como base as Diretrizes Estratégicas e prioridades estabelecidas no PPA 2008/2011 contribuindo para a melhoria dos níveis de eficácia, eficiência e efetividade da ação pública (RIO GRANDE DO SUL, 2007e).

Esta normativa veio em consonância com o projeto de governo previsto pela governadora em exercício, Yeda Rorato Crusius, enquanto candidata ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, quando pontuava um novo jeito de governar, ou seja, um governo com gerenciamento intensivo em busca de resultados.

Esta metodologia de gerencialismo intensivo de projeto foi desenvolvida por uma consultoria externa, o Instituto de Desenvolvimento Gerencial –

INDG², e disponibilizada a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG e ao Departamento de Monitoramento de Projetos – DEPROJ (RIO GRANDE DO SUL, 2011a).

Os Programas Estruturantes eram um conjunto de programas em diferentes áreas de atuação do governo que visavam as prioridades e necessidades da sociedade, estruturados em três importantes eixos: Desenvolvimento Econômico Sustentável; Desenvolvimento Social; Gestão Pública e Finanças.

Quadro 18 - Programas Estruturantes 2007/2010

| Eixos (três) | Desenvolvimento Econômico e Sustentável | Desenvolvimento Social | Gestão Pública e Finanças |
|------------------|---|---|--|
| Programas (doze) | 1.Terra Grande do Sul; 2.Mais Trabalho mais Futuro; 3.Irrigação é a Solução; 4.Duplica RS. | 1.Saúde Perto de Voce; 2.Emancipar; 3.Saneamento em Ação; 4.Cidadão Seguro; 5.Nossas Cidades; 6.Boa Escola Para Todos: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sala de Aula Digital; ➤ Professor nota 10; ➤ Escola Legal; ➤ Centros de Referência na Educação Profissional; ➤ SAERS: -Avaliação do Ensino Fundamental e Médio; -Projeto Alfabetização | 1.Governo de Resultados; 2.Ajuste Fiscal; |

Fonte: Adaptado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2011a).

Os Programas Estruturantes apresentavam-se composto por doze programas distribuídos em três eixos. Estes programas dividiam-se em 48 projetos que por sua vez se estendiam em 123 ações. No eixo Desenvolvimento Social encontra-se o Programa Boa Escola Para Todos. Entre os projetos vinculados a este Programa estava o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS, cujas ações previstas para este projeto eram a avaliação do Ensino Fundamental e o Projeto Alfabetização

² INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial se destina ao desenvolvimento e difusão de métodos e técnicas de gerenciamento, voltados à obtenção de resultados nas organizações privadas e públicas. Os projetos são definidos por meio da identificação das necessidades da organização. É feito um planejamento inicial, que consta da meta e das macroetapas de ação. Ao longo do trabalho, são feitos os acompanhamentos e ajustes necessários para que as metas inicialmente definidas sejam alcançadas, sendo um diferencial orientar, acompanhar e participar efetivamente da implementação. (INDG, 2011).

voltado para alunos com seis anos de idade matriculados no 1º e 2º anos do Ensino fundamental de 9 anos.

O Programa Boa Escola para Todos foi lançado oficialmente em junho de 2008 e divulgado amplamente pela Secretaria de Educação (ABREU, 2011). Esta divulgação veio em consonância com o determinado no Decreto 45.273/2007 quanto a divulgação das informações, dos resultados e das metas dos programas e projetos submetidos ao gerenciamento intesivo (RIO GRANDE DO SUL, 2007e).

Para Abreu (2011) as metas estabelecidas no programa Boa Escola para Todos não referem-se a resultados educacionais, ou seja, metas-fim, como taxas de atendimento educacional, redução de abandono e aumento de aprovação dos alunos, mas sim, como metas – meio. Isto devido as dificuldades do gestor educacional implementar medidas de estímulos e cobrança de resultados às escolas e aos professores. Isto, segundo a mesma autora, devido a dois fatores: por um lado, na avaliação da Secretaria da Educação, desta gestão, ter ocorrido um ‘excesso’ de autonomia da escola estadual e, por outro a escassez de recursos financeiros destinados à escola. “ As escolas precisam prestar contas. Trata-se do conceito de autonomia da escola que precisa ser revisto, de forma articulada ao da responsabilização” (ABREU 2011, p. 62).

Para gerenciar os programas, o Decreto 45.273/2007, que versava sobre gerencialismo intesivo, no Art. 5º determinava:

As responsabilidades diretas pelo gerenciamento intesivo dos programas e projetos serão atribuídas às seguintes funções:

I - Secretário de Estado Responsável;

II - Coordenador Executivo do Programa;

III - Gerente do Projeto (RIO GRANDE DO SUL, 2007e).

Assim, os Programas Estruturantes apresentavam uma hierarquia de gerenciamento intesivo onde o secretário seria o primeiro responsável pelo gerenciamento dos Programas, seguido de um Coordenador do Programa e por fim de um Gerente do Projeto. Neste sentido, as responsáveis pelo programa foram: “a Secretária de Educação Mariza Abreu e a Coordenadora Executiva e Assessora Técnica da Secretaria de Educação Maria da Graça Pinto Bulhões” (AMARAL, 2010, p. 144).

Cada Programa Estruturante possuía um Termo de Compromisso de Resultados – TCR, elaborado pela Secretaria do Planejamento e Gestão, firmado entre a governadora, o Secretário responsável, o Coordenador Executivo e os Gerentes dos Projetos.

O Termo de Compromisso de Resultados (TCR) do Programa Estruturante Boa Escola para Todos – Educação para o Desenvolvimento é formado por cinco projetos estruturantes, cada um com seu objetivo, indicadores e metas, global e anuais, para os anos de 2008, 2009 e 2010. O TCR foi assinado em 14 de março de 2008, pela governadora do Estado, a Secretária da Educação, como responsável pelo programa, os chamados Secretários intervenientes, e integrantes da equipe diretora da Secretaria da Educação responsáveis pelos projetos do programa (ABREU, 2011, p. 62).

Desta forma ficavam definidos os responsáveis por cada etapa dos programas e dos projetos para fins de cumprimento das metas estabelecidas e do controle dos resultados.

Assim, frente a este contexto de gerenciamento intenso com a constituição de equipes de responsabilização do acompanhamento dos programas e dos projetos, que a SEE/RS, passou a orientar o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul – SAERS para a gestão 2007/2010.

6.1 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2007

Em 2007, iniciaram-se estudos que culminaram com uma nova parceria firmada entre a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul - SEE/RS, a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RS e o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul - SINEPE/RS – cujo objetivo era a retomada do processo de avaliação externa das escolas públicas, já implantado nos anos de 1996, 1997, 1998 e 2005. Os trabalhos seriam coordenados pela SEE/RS, por intermédio do DEPLAN.

Em notícia divulgada no site da SEE/RS, em 11 de Julho de 2007, Mariza Abreu, Secretária de Educação do Estado, pontuava que a intenção da Secretaria era complementar as avaliações realizadas pelo INEP (Prova Brasil), articulando ações que viessem a favorecer a análise do desempenho dos alunos. “Não queremos que uma prova se sobreponha à outra. O objetivo é articular as avaliações visando o aproveitamento dos resultados para melhoria da qualidade da educação”. Salientou ainda que entre as razões para a implantação do sistema

estavam: avaliar escolas que não são alcançadas nas avaliações do governo federal, divulgar as provas, após a aplicação, para análise e aproximar o conteúdo com a realidade do Estado. “Precisamos melhorar nossos parâmetros educacionais” (RIO GRANDE DO SUL, 2007f).

Neste contexto, em setembro de 2007, a SEE/RS emitiu o documento - Projeto Básico do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS/2007 – Ensino Fundamental e Ensino Médio (RIO GRANDE DO SUL, 2007c). Este tal como o Projeto Básico/2005, também apresentava os aspectos técnicos, operacionais e metodológicos que orientariam o SAERS/2007, como ainda os produtos e serviços a serem contratados, por uma empresa terceirizada por meio de processo licitatório.

Os objetivos propostos no Projeto/2007, quanto à avaliação, eram diagnosticar as habilidades cognitivas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática nos alunos de 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e 1º ano de ensino médio e contribuir para ampliar a competência do professor na área de avaliação e na busca de alternativas didáticas mais adequadas ao processo de aprendizagem dos alunos (RIO GRANDE DO SUL, 2007c).

Quanto à finalidade do SAERS, o mesmo documento, reiterava o que já vinha explícito no Projeto/2005, ou seja, fornecer subsídios para a correção de políticas educacionais, visando à qualidade do ensino, a autonomia da escola, parcerias com outros segmentos sociais e o desenvolvimento de uma cultura de avaliação.

Estabelecia também que as atividades de cadastro de escolas, turmas e de alunos, elaboração das provas e questionários, empacotamento, distribuição, recolhimento e análise dos instrumentos fossem de responsabilidade da contratada. Como ainda deveriam ser fornecidos, em meio magnético (CD-Rom) e em cópia impressa, à SEE/RS e SMEDs que participassem do processo, a análise dos resultados, os boletins de desempenho e os relatórios da avaliação.

Para a elaboração das provas deveria ser levado em consideração: as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs para o ensino Fundamental e Médio; a Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD; inclusão de itens cedidos pelo INEP/MEC que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com o SAEB; o acompanhamento da seleção de itens durante a elaboração das

provas por comissão de especialistas indicados pela SEE/RS, pela UNDIME/RS e o SINEPE/RS (RIO GRANDE DO SUL, 2007c).

Segundo o Projeto Básico do SAERS/2007 os boletins que seriam enviados às escolas com os resultados dos alunos deveriam conter: o percentual de acertos em cada questão da prova, a habilidade média dos alunos em cada componente curricular, os níveis da escala de desempenho, utilizando-se a escala do SAEB para a 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental e para o 1º ano do Ensino Médio; distribuição dos alunos pelos níveis da escala de desempenho; e o nível de alfabetização dos alunos da 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental. Estes boletins seriam emitidos por escola, incluindo todas as turmas que participaram, por Município e por CREs.

Observa-se que, do Projeto Básico de 2005 para o de Projeto Básico de 2007 houve a inclusão do Ensino Médio, isto porque este nível de ensino passou a participar do processo de avaliação.

Os relatórios que deveriam ser entregues, pela contratada, nesta avaliação eram os mesmos solicitados no Projeto Básico/2005, ou seja, do perfil dos alunos, dos professores, dos diretores ou supervisores, das condições de infra-estrutura das escolas, das variáveis que interferem nos resultados do desempenho dos alunos, e por fim, o relatório geral do SAERS/2005, com gráficos e tabelas relativos aos principais resultados. Este relatório final deveria ainda conter: características gerais da avaliação, apresentação dos dados e participação do processo, análise dos resultados do desempenho em cada disciplina, série, escola e rede de ensino, conclusões finais e recomendações (RIO GRANDE DO SUL, 2007c).

Para a correção e processamentos dos dados das provas, dos questionários de alunos, professores e diretores ou supervisores a responsabilidade seria da contratada segundo normativas estabelecidas no projeto. A base de dados deveria ser organizada de maneira estruturada em arquivos por Município, rede de ensino, escola, série/ano, turno e turma disponibilizando os resultados à SEE/RS. Esta análise estatística dos dados seria de acordo com a Teoria de Resposta ao Item – TRI (RIO GRANDE DO SUL, 2007c).

Quanto aos produtos e serviços que seriam contratados, o Projeto/2007, estabelecia que a contratada tivesse profissionais tecnicamente qualificados e com perfil de acordo com as funções a serem desempenhadas. Esta exigência não estava estabelecida no Projeto do SAERS/2005.

As equipes de aplicação da avaliação, seriam compostas por 30 coordenadores regionais (não remunerados), 1 supervisor regional para cada 40 turmas, perfazendo um total de cerca de 350 supervisores regionais, e 1 aplicador para cada turma (sendo que o supervisor regional e o aplicador seriam remunerados). Caberia a contratada o treinamento destas equipes de avaliação e o pagamento das despesas que aconteceria em Porto Alegre com duração de até 2 dias. A contratada seria responsável pela aplicação dos instrumentos de avaliação de acordo com um cronograma fixado pela SEE/RS, e a esta caberia a responsabilidade pelos materiais e procedimentos de divulgação da avaliação a comunidade escolar.

O SAERS/2007, para os Municípios, tratava-se agora de “verificar se as políticas adotadas reverteram em melhoria dos níveis de aprendizagem dos alunos”. Já para a SEE/RS, além de acompanhar os resultados obtidos na avaliação de 2005, implementaria o processo avaliativo do desempenho dos alunos de forma a “possibilitar a reorientação das políticas públicas de educação nos quatro anos subseqüentes correspondentes a execução do Plano Plurianual elaborado em 2007” (RIO GRANDE DO SUL, 2007c, p.3).

A empresa contratada para a elaboração do SAERS/2007 foi o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A partir do Projeto Básico de Avaliação/2007, a então governadora do Estado do Rio Grande do Sul, Yeda Rorato Crusius, através do Decreto nº 45.300 de 30 de Outubro de 2007, publicado no DOE nº 207, de 31 de outubro de 2007 institui o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS sob a coordenação e execução da Secretaria de Educação do Estado por intermédio do Departamento de Planejamento.

Segundo este documento, o SAERS seria aplicado em todas as escolas estaduais urbanas e rurais, com periodicidade não superior a 2 anos, podendo escolas municipais e particulares aderirem ao processo. Participariam das provas os alunos de 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio. As provas avaliariam habilidades e competências cognitivas em Língua Portuguesa e Matemática. Além dos testes, alunos, professores, diretores ou supervisores e aplicadores também deveriam preencher um questionário, com a finalidade de avaliar o rendimento escolar e as condições internas e externas à escola que interferem no desempenho escolar.

Normatizava ainda que, os resultados, deveriam ser analisados com base na Teoria de Resposta ao Item, apresentadas na escala de proficiência do SAEB e divulgados por turma,

escola, CREs e conjunto da rede estadual. Como ainda serem considerados para a implementação na formação continuada de professores com base nas dificuldades dos alunos diagnosticadas pela avaliação, na divulgação das práticas desenvolvidas pelas escolas com os melhores resultados e na identificação das escolas que apresentassem resultados não satisfatórios na aprendizagem de seus alunos para apoio do poder público (RIO GRANDE DO SUL, 2007d).

Assim, o Decreto 45.300/ 2007 além de complementar a Lei Estadual 10.576/1995 da Gestão Democrática do Ensino, que determinava a elaboração e execução de um Sistema de Avaliação em todas as escolas da rede pública estadual, institucionalizava o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS, normatizando a periodicidade de aplicação da avaliação, as séries, turmas e disciplinas avaliadas, divulgação e uso dos resultados.

Para a montagem dos testes, a partir da avaliação de 2007, foi utilizado o modelo chamado Blocos Incompletos Balanceados – BIB, onde os itens são organizados em blocos que compõe diferentes cadernos de maneira a contemplar as habilidades básicas para cada nível de escolaridade avaliado. Para a 2ª série / 3º ano foram utilizados 49 itens de Língua Portuguesa e 49 itens de Matemática. Para a 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental foram 70 itens em cada disciplina e para o 1º ano do Ensino Médio foram elaborados 91 itens também em cada disciplina. Através do BIB, foram elaborados modelos diferentes de cadernos de provas, com o objetivo de fornecer uma escala de habilidade única e comparável com a escala gerada em 2005. Foram definidos cerca de 20% de itens comuns entre a avaliação de 2005 e a de 2007 com o fim de garantir a comparabilidade dos resultados. Além de contar com itens do banco de questões do INEP (Prova Brasil): para a 2ª série, questões da 2ª série; para os testes da 5ª série questões da 4ª série e para o 1º ano do Ensino Fundamental questões da 8ª série do Ensino Fundamental (BOLETIM PEDAGÓGICO, 2007a, b, c).

Desta forma, as provas da 2ª série/ 3º ano, 5ª série /6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio eram objetivas com questões de múltipla escolha. Cada caderno de prova era numerado. Os de numeração par iniciavam com os blocos de Português e os cadernos ímpares com os blocos de Matemática. Os cadernos tiveram a seguinte estruturação:

Quadro 19 - Estruturação das provas de Português e Matemática do SAERS/ 2007 em cada série e nível de ensino

| | 2ª série/ 3º ano Ensino Fundamental | 5ª série/ 6º ano Ensino Fundamental | 1º ano Ensino Médio | Questionário |
|--|--|---|-----------------------------|--|
| Língua Portuguesa | 2 blocos com 14 questões; | 2 blocos com 20 questões | 2 blocos com 26 questões | Alunos 2ª série/ 3º ano do EF questões sobre a idade, sexo e frequência à pré-escola. |
| Matemática | 2 blocos com 14 questões | 2 blocos com 20 questões | 2 blocos com 26 questões | |
| Total de questões respondidas pelos alunos | 28 questões mais um ditado composto por um diálogo de 3 frases. | 40 questões | 52 questões | Alunos 5ª série/ 6º ano do EF e do 1º ano EM questões sobre contexto socioeconômico e cultural e sua trajetória de escolarização. Professores e diretores ou supervisores questões de formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Aplicadores questões sobre a infra-estrutura das escolas |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2007c).

Para a 2ª série / 3º ano cada caderno era composto por 2 blocos de Língua Portuguesa (14 questões) seguidos de 2 blocos de Matemática (14 questões). Cada aluno responderia a um total de 28 questões com mais um ditado composto por um diálogo de 3 frases a fim de verificar o nível de alfabetização do aluno. Responderiam, ainda, na capa do caderno de teste questões sobre a idade, sexo e frequência à pré-escola. Para os alunos de 5ª série/6º ano a prova era composta 2 blocos de Língua Portuguesa (20 questões) e 2 de Matemática (20 questões) totalizando 40 itens a serem respondidos. Para os alunos do 1º ano do Ensino Médio o caderno era composto por 2 blocos de Língua Portuguesa (26 questões) e 2 de Matemática (26 questões) devendo cada aluno responder a 52 itens. Tanto os alunos da 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental, quanto os do 1º ano do Ensino Médio responderam questões sobre o contexto socioeconômico e cultural e sua trajetória de escolarização. Professores e diretores ou supervisores também responderam a um questionário que envolvia sua formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão,

clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Os aplicadores também responderam a questões sobre a infra-estrutura das escolas que participaram do SAERS/2007.

Conforme notícia divulgada no Jornal Correio do Povo, o SAERS/2007, ocorreu em quatro dias consecutivos. As primeiras escolas a participarem, no dia 26 de novembro de 2007, foram as escolas rurais. A partir de então participaram as escolas urbanas, assim distribuídas: dia 27 novembro turmas de 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental; dia 28 de novembro as turmas de 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e no dia 29 de novembro foi a vez do 1º ano do Ensino Médio (CORREIO DO POVO, 27 de Novembro de 2007).

Participaram do SAERS/2007 todos os alunos da rede estadual de ensino e alunos da rede municipal e particular que aderiram ao sistema. As séries avaliadas foram a 2ª série/ 3º ano e 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio nas disciplinas de Português e Matemática. Perfazendo um total de 3.296 escolas e 325.483 alunos, conforme a tabela seguir:

Tabela 3 - Abrangência do SAERS/2007, número de escolas, alunos, séries e disciplinas

| Número de Escolas | | Número de alunos | Séries | Disciplinas |
|-------------------|-------|------------------|------------------------|-------------------------|
| Estaduais | 2.715 | 288.734 | 2ª série/ 3º ano do EF | Português Matemática |
| Municipais | 562 | 33.337 | 5ª série/ 6º ano do EF | |
| Privadas | 18 | 3.116 | 1ª série do EM | |
| Federal | 01 | 298 | | |
| Total | 3.296 | 325.485 | | |

Fonte: Adaptada pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2011b).

No total de 3.296 escolas e 325.485 alunos, participaram da aplicação 2.715 escolas da rede estadual de ensino, com um total de 288.734 alunos, 562 escolas municipais com 33.337 alunos, 18 escolas da rede particular com 3.116 alunos e uma federal com 298 alunos.

Após as avaliações e de acordo com a normativa do Projeto Básico de Avaliação/2007, o CAEd deveria enviar para a SEE/RS e estas para as escolas os Boletins Pedagógicos/2007, contendo os resultados, por turma, escola e conjunto das escolas públicas estaduais avaliadas no Estado.

Desta forma, este material apresentou-se composto por cinco Boletins Pedagógicos de Avaliação da Educação – SAERS (2007a,b,c): um para a 2ª série/3º ano e dois para a 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental (um em Língua Portuguesa e outro em Matemática) e dois para o 1º ano do Ensino Médio (um em Língua Portuguesa e outro Matemática). Foram formatados para dar a impressão de ser uma viagem pelos caminhos da avaliação em larga

escala. Cada capítulo era denominado de estação e a travessia deveria ocorrer em encontros de discussões com os professores, equipe diretiva e a equipe pedagógica da escola. Nas Estações de estudos estavam:

1. As Matrizes de Referência para Avaliação da 2ª série/ 3º ano e 5ª série/ 6º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática: A Matriz de Referência para a Avaliação elenca um conjunto de habilidades e competências que devem ser alcançados em cada fase da aprendizagem dos alunos. Esta Matriz surge da Matriz Curricular de Ensino e contempla apenas as habilidades consideradas importantes para a elaboração dos testes. É formada por um conjunto de descritores que abordam uma habilidade e clarificam dois pontos básicos do que se quer avaliar: “o conteúdo programático e o nível de operação mental necessário para a aprendizagem”. Reflete a ideia de que a aprendizagem é um processo, ou seja, que “uma competência se consolida pelo processo de desenvolvimento de habilidades, que vão desde os níveis mais básicos até os níveis mais complexos” (BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO, 2007a, p. 16-17).
2. A composição dos testes de proficiência: Os testes são elaborados seguindo o modelo denominado Blocos Incompletos Balanceados – BIB, onde os itens são organizados em blocos com diferentes graus de dificuldades em diferentes cadernos contemplando todas as habilidades fundamentais para cada série avaliada. Cada item avalia apenas uma habilidade estando assim, relacionado a um único descritor e é constituído por três partes: pelo enunciado, pelo comando para a resposta e pelas alternativas de respostas. Desta maneira é possível comparar as respostas e verificar se houve avanço no desempenho dos alunos e da escola.
3. A metodologia de análise dos testes: Os resultados dos testes serão analisados utilizando a Teoria da Resposta ao Item (TRI), que possibilita a comparação do desempenho dos alunos avaliados e estimativa das proficiências do Estado, Região e Escola Esta teoria utiliza modelos matemáticos que relacionam a habilidade e a probabilidade do aluno acertar o item, levando em consideração três parâmetros: o grau de dificuldade do item; o poder de discriminação, que diz respeito à capacidade do item de distinguir alunos de diferentes níveis de habilidades; a probabilidade de acerto ao acaso (chute).

4. O diagnóstico com análise dos resultados em cada série avaliada de cada escola: O diagnóstico de cada escola é obtido pelo resultado do desempenho dos alunos na avaliação. Para isto foi criado um esquema que posiciona a escola considerando as habilidades e competências avaliadas. É a chamada Escala de Proficiência.

Na escala de proficiência vem descrito, em cada nível, as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver. Para cada uma das disciplinas a escala é única. Para a disciplina de Língua Portuguesa a escala varia de 0 a 500 pontos e para a disciplina de Matemática é de 0 a 1000 pontos. Esta pontuação é chamada de níveis de desempenho. Estes níveis são definidos de acordo com as habilidades demonstradas pelos alunos ao responderem os itens dos testes.

Tabela 4- Escala de Proficiência e Níveis de desempenho por série e disciplina

| Séries | Disciplinas | Níveis de Desempenho | | | |
|-------------------------------------|-------------|----------------------|-----------|-----------|--------------|
| | | Abaixo do Básico | Básico | Adequado | Avançado |
| 2ª Série/ 3º ano Ensino Fundamental | Português | Até 120 | 120 a 170 | 170 a 225 | Acima de 225 |
| | Matemática | Até 725 | 725 a 800 | 800 a 850 | Acima de 850 |
| 5ª Série/ 6º ano Ensino Fundamental | Português | Até 165 | 165 a 220 | 220 a 290 | Acima de 290 |
| | Matemática | Até 190 | 190 a 245 | 245 a 295 | Acima de 295 |
| 1º ano do Ensino Médio | Português | Até 210 | 210 a 285 | 285 a 335 | Acima de 335 |
| | Matemática | Até 240 | 240 a 315 | 315 a 365 | Acima de 365 |

Fonte: Adaptada pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2011b).

Os níveis estão divididos em quatro padrões: Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado. Demonstrando o desempenho dos alunos do nível mais baixo para o mais alto. Conforme a pontuação atingida pelos alunos em cada série e por disciplina o resultado indicará em que nível de desempenho os alunos se encontram.

Abaixo do Básico - Os alunos aqui representados apresentam um conhecimento rudimentar e superficial, abaixo dos valores esperados;

Básico - Os alunos neste padrão apresentam um conhecimento parcial e restrito, demonstrando que desenvolveram parcialmente as competências esperadas considerando idade/série.

Adequado - Os alunos que aqui se encontram demonstram um sólido conhecimento e desenvolveram as habilidades esperadas dentro do seu nível de escolaridade.

Avançado – Estes alunos ultrapassam o aprendizado esperado dominando suas competências, conseguindo resolver questões mais complexas.

Para que as escolas tivessem conhecimento dos níveis de desempenho em que se encontravam seus alunos, os Boletins Pedagógicos de Avaliação (2007a,b,c) apresentavam quadros que demonstravam as habilidades agrupadas em cada uma das competências com seus referidos descritores da Matriz de Referência. Desta maneira os níveis de desempenho representavam os resultados da avaliação e facilitavam seu uso e entendimento pela equipe diretiva, coordenação pedagógica, professores, pais e alunos.

Os resultados da avaliação foram divulgados no jornal Correio do Povo com título “Avaliação de estudantes de 2ª e 5ª série/EF e do 1º ano/EM e revelaram um desempenho preocupante no RS” (CORREIO DO POVO, 25 de Abril de 2008). Na tabela abaixo é feita uma relação entre os resultados atingidos pelos alunos no SAERS/2007 e a pontuação do nível Básico.

Tabela 5 - Média dos resultados do SAERS/2007 e os Níveis de Proficiência

| Séries | Disciplinas | Pontuação atingida | Níveis de Pontuação |
|-------------------------------|-------------|--------------------|---------------------|
| | | | Básico |
| 2ª /3º ano Ensino Fundamental | Português | 152,3 | 120 a 170 |
| | Matemática | 762,4 | 725 a 800 |
| 5ª/6º ano Ensino Fundamental | Português | 202,4 | 165 a 220 |
| | Matemática | 211,1 | 190 a 245 |
| 1º ano Ensino Médio | Português | 249,8 | 210 a 285 |
| | Matemática | 263,2 | 240 a 315 |

Fonte: Adaptado pela autora, baseada no Jornal Correio do Povo (25 de Abril de 2008).

Percebe-se que todas as séries ficaram com rendimento médio próximo à pontuação mínima do nível Básico. Para a Secretária de Educação do Estado, Mariza Abreu, estes resultados já eram esperados e servirão para orientar políticas públicas educacionais. Os resultados positivos serão incentivados, os negativos terão apoio da SEE/RS e os professores poderão aperfeiçoar a ação de sala de aula. (CORREIO DO POVO, 29 de Maio de 2008).

Assim, entre o SAERS/2005 e o SAERS/ 2007 significativas alterações ocorreram:

Quadro 20 - Alterações do SAERS/2005 para o SAERS/2007

| ALTERAÇÕES | SAERS/2005 | SAERS/2007 |
|--|---|---|
| | | Contratos e Subcontratos de Gestão |
| Empresa contratada | Cesgranrio | CAEd |
| Abrangência | Escolas de duas CREs | Todas as escolas estaduais e municipais e privadas que aderiram ao processo. |
| | Ensino Fundamental | Ensino Fundamental e Médio |
| Teste da 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental | Quatro questões subjetivas | Ditado de 3 frases |
| Questionário | Todos os alunos responderam questões de contexto sócio - econômico - cultural e a trajetória de escolarização | Alunos 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental responderam questões, na capa do caderno, sobre a idade, sexo e frequência à pré-escola e os da 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano Ensino Médio responderam sobre contexto socioeconômico e cultural e sua trajetória de escolarização. Professores, diretores ou supervisores e os aplicadores também responderam a um questionário. |
| Material entregue pela contratada | Relatório Final | Boletins Pedagógicos e Relatórios Finais |

Fonte: Elaborado pela autora

O SAERS/2005 foi normatizado por um Contrato de Gestão entre o governo e a SEE/RS e Subcontratos de Gestão entre a SEE/RS e as escolas participantes do processo. Estes Contratos e Subcontratos de Gestão estabeleciam metas a serem atingidas com premiação das escolas que apresentassem melhor desempenho. A partir do SAERS/2007, sob um gerenciamento intensivo, a avaliação veio inserida no Programa Estruturante Boa escola para Todos.

Ambas as avaliações tiveram um Projeto Básico que serviria de orientação para a contratação de uma empresa terceirizada. Em 2005 foi a Fundação Cesgranrio e em 2007 foi o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação CAEd da Universidade Federal de Juiz de Fora.

No SAERS/2005, participaram somente os alunos do Ensino Fundamental de duas CREs, enquanto que em 2007 incluíram-se todas as escolas da rede estadual de ensino e os alunos do 1º ano do Ensino Médio, com participação das redes municipais e privadas que quisessem aderir ao processo.

Os alunos da 2ª série do Ensino Fundamental, na avaliação de 2005, responderam quatro questões subjetivas e no SAERS/2007, a mesma série precisou fazer um ditado de três frases, sendo que ambas as avaliações tinha o mesmo objetivo, nesta tarefa, de verificar o nível de alfabetização destes alunos.

No SAERS/2005 todos os alunos responderam questões de contexto sócio econômico e cultural e a trajetória de escolarização, enquanto que em 2007 os alunos 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental responderam questões, na capa do caderno, sobre a idade, sexo e frequência à pré-escola e os da 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano Ensino Médio questões sobre contexto socioeconômico e cultural e sua trajetória de escolarização. Entretanto nas duas avaliações professores e diretores ou supervisores responderam a um questionário que envolvia sua formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Os aplicadores também responderam a questões sobre a infra-estrutura das escolas em ambas as avaliações.

Quanto a elaboração das provas no SAERS/2007, foi utilizado as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e quanto o acompanhamento, da seleção de itens, por uma equipe de especialistas indicados pela SEE/RS, UNDIME e pelo SINEPE.

Para a preparação da próxima edição do SAERS, a SEE/RS promoveu 15 encontros com os diretores das escolas estaduais para análise dos resultados do SAERS/2007. De acordo com a Secretária, Mariza Abreu, os diretores serão estimulados a utilizar os resultados como diagnóstico para qualificar suas ações pedagógicas (CORREIO DO POVO, 30 de Maio de 2008).

6.2 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2008

Para o SAERS/2008 a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul manteve a parceria com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação –

UNDIME/RS e com o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – SINEPE/RS. Participaram do processo todas as escolas estaduais urbanas e rurais, e as escolas municipais e particulares que aderirem ao processo, turmas de 2ª série/ 3º ano e 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e no 1º ano do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Além das provas aplicadas aos alunos, deveria ser respondido um questionário pelos alunos, professores, diretores e aplicadores dos testes.

A 6ª edição do SAERS/2008 seguiu o mesmo desenho metodológico do SAERS/2007. Também foi elaborado um Projeto Básico de Avaliação para o SAERS/2008, que citava o Decreto 45.300/2007 como justificava à institucionalização do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar – SAERS.

Este projeto, tal como os anteriores, apresentava o mesmo objetivo do sistema de avaliação, ou seja, diagnosticar o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento e níveis de escolaridade e a mesma finalidade de subsidiar a implantação, a reformulação e o monitoramento de políticas educacionais visando à qualidade do ensino, a autonomia da escola, parcerias com outros segmentos sociais e o desenvolvimento de uma cultura de avaliação (RIO GRANDE DO SUL, 2008a).

O Projeto Básico/2008 apresentava as mesmas normativas quanto aos serviços e produtos que seriam contratados por uma empresa. Tais como: profissionais tecnicamente qualificados; cadastro de escolas, turmas e alunos; elaboração das provas e questionários; condições de empacotamento, distribuição e recolhimento dos instrumentos; composição e treinamento das equipes de aplicação da avaliação. A base de dados também deveria ser organizada de maneira estruturada em arquivos por Município, rede de ensino, escola, série/ano, turno e turma e pelo fornecimento de boletins de desempenho e relatórios de avaliação.

Os boletins de desempenho da avaliação de 2008 seguiram as mesmas diretrizes do Projeto Básico/2007, devendo conter: o percentual de acertos em cada questão da prova, a habilidade média dos alunos em cada componente curricular, os níveis da escala de desempenho, utilizando-se a escala do SAEB para a 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental e para o 1º ano do Ensino Médio; distribuição dos alunos pelos níveis da escala de desempenho; e o nível de alfabetização dos alunos da 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental. Seriam emitidos por escola, incluindo todas as turmas que participaram, por Município e por CREs e enviados à SEE/RS. No que tange aos relatórios que deveriam entregues pela contratada as exigências também seguiram as mesmas prescritas no Projeto de 2007, ou seja, do perfil dos

alunos, dos professores, dos diretores ou supervisores, das condições de infra-estrutura das escolas, das variáveis que interferem nos resultados do desempenho dos alunos, contendo gráficos e tabelas relativas aos principais resultados. Esclareceria as características gerais da avaliação, apresentação dos dados e participação do processo, análise dos resultados do desempenho em cada disciplina, série, escola e rede de ensino, conclusões finais e recomendações (RIO GRANDE DO SUL, 2008a).

A grande diferença que veio explícita no Projeto Básico/2008 foi na estrutura e organização dos Boletins Pedagógicos de Avaliação que deveriam ser enviados às escolas. A contratada deveria organizá-los da seguinte forma:

- Elementos pré-textuais: capa, folha de rosto, expediente de governo, unidades avaliadoras, carta da Secretária de Educação e o Sumário.
- Elementos textuais: Conteúdo propriamente dito. Divididos em introdução e três capítulos:
 - Introdução – Esclarecimento, informações, os principais conceitos utilizados e os motivos geradores de uma avaliação em larga escala, o histórico da avaliação no Rio Grande do Sul e o esboço da formatação dos capítulos dos boletins pedagógicos.
 - Capítulo 1 – Apresentação da Matriz de Referência do SAERS, a elaboração e exemplos de Itens, os testes de proficiência e a metodologia de análise, informação sobre a Teoria da Resposta ao Item - TRI.
 - Capítulo 2 – Apresentação, estudos e discussões acerca dos resultados de cada escola, análise comparativa dos resultados da escola com os da Coordenadoria Regional de Educação, do Estado e do Brasil, esclarecimento e estudo de proficiência.
 - Capítulo 3 – Análise dos itens que constituíram o teste e sugestões de atividades para o desenvolvimento das habilidades avaliadas.
- Elementos pós-textuais: Sugestões de leituras e anexo com todos os itens utilizados nos testes de proficiência.

O SAERS/2008, para os municípios, tratava-se agora de verificar se as políticas adotadas reverteram em melhoria dos níveis de aprendizagem dos alunos. E para as SEE/RS, além de acompanhar os resultados obtidos, tratava-se de implementar o processo avaliativo

do primeiro ano de gestão de maneira a possibilitar a reorientação das políticas públicas educacionais nos quatro anos subsequentes correspondente a execução do Plano Plurianual elaborado em 2007 (RIO GRANDE DO SUL, 2008a).

Quanto a estrutura das provas, o Projeto Básico/2008, apresentava o mesmo número de questões por série e disciplina, ou seja, a 2ª série responderia 28 questões, 14 de Português e 14 de Matemática e mais um pequeno ditado de 3 frases. Para os alunos da 5ª série/6º ano seriam 40 questões, sendo 20 de Português e 20 de Matemática. E para o 1º ano do Ensino Médio eram 26 questões também em cada disciplina perfazendo um total de 52 questões (RIO GRANDE DO SUL, 2008a).

Para a elaboração das provas deveria ser considerado os: DCNs e PCNs para o Ensino Fundamental e Médio; as Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS nos PNLDs em 2006, 2007 e 2008; textos selecionados a partir dos tipos de gêneros especificados nas Matrizes de Referência do SAEB/2008; inclusão de itens que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano e do 1º ano do ensino médio com o SAEB; classificação dos itens quanto ao grau de dificuldade- fácil – médio - difícil; utilização de diferentes recursos gráficos (RIO GRANDE DO SUL, 2008a).

Tal como na edição de 2007, os alunos 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental responderiam questões, na capa do caderno, sobre a idade, sexo e frequência à pré-escola e os da 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano Ensino Médio questões sobre contexto socioeconômico e cultural e sua trajetória de escolarização. Professores e diretores ou supervisores preencheriam a um questionário que envolveria sua formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Os aplicadores também responderiam a questões sobre a infra-estrutura das escolas (RIO GRANDE DO SUL, 2008a).

Assim, antes de ocorrer o SAERS/2008, aconteceram no Estado uma série de reuniões com técnicos da SEE/RS, Coordenadores Regionais das 30 CREs, diretores e vice-diretores de escolas. Somente em Maio de 2008, foram 22 notícias divulgadas no site da SEE/RS sobre os encontros que estavam acontecendo. Os temas discutidos referiam-se aos Boletins Pedagógicos da Avaliação do SAERS/2007 que estavam chegando às escolas, a análise dos dados e o uso dos resultados para auxiliar no diagnóstico das dificuldades de ensino e aprendizagem dos alunos e na qualificação das ações pedagógicas. (RIO GRANDE DO SUL, 2008b).

Já no mês de Novembro de 2008, foram mais 17 notícias divulgando, novamente encontros com as 30 CREs, diretores e vice-diretores das escolas para preparação do SAERS/2008. Nestes encontros a Secretária de Educação, Mariza Abreu salientou que, para saber onde queremos chegar, precisamos saber onde estamos. Precisamos saber qual é a situação atual de aprendizado dos nossos alunos para planejarmos ações para que possam melhorar sua aprendizagem. (RIO GRANDE DO SUL, 2008b).

O SAERS/2008 ocorreu nos dias 02 a 05 de dezembro de 2008, segundo cronograma divulgado pelo jornal Correio do Povo:

SAERS será aplicado em novas datas

Cronograma do SAERS 2008:

Dia 2/12: Para o 1º ano do Ensino Médio (em escolas urbanas).

Dia 3/12: Para a 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental (escolas urbanas).

Dia 4/12: Para a 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental (escolas urbanas).

Dia 5/12: Turmas das escolas rurais (CORREIO DO POVO, 25 de Novembro de 2008).

Participaram do SAERS/2008 o total de 2.724 escolas e 246.886 alunos. As disciplinas e séries avaliadas foram as mesmas do SAERS/ 2007.

Tabela 6 - Abrangência do SAERS/2008, número de escolas, alunos, séries e disciplinas:

| Número de Escolas | | Número de alunos | Séries | Disciplinas |
|-------------------|--------------|------------------|--|-------------------------|
| Estaduais | 2.689 | 243.584 | 2ª série/ 3º ano do EF 5ª série/ 6º ano do EF 1ª série do EM | Português Matemática |
| Municipais | 19 | 610 | | |
| Privadas | 15 | 2.422 | | |
| Federal | 01 | 270 | | |
| Total | 2.724 | 246.886 | | |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2011b).

Foram 2.689 escolas da rede pública estadual, urbanas e rurais, independente do número de alunos, que participaram do SAERS/2008 com 243.584 alunos. Além de 19 escolas municipais com 610 alunos, 15 escolas particulares com 2.422 e uma escola federal com 270 alunos.

Convém fazer uma tabela demonstrativa da quantidade de escolas e de alunos que participaram do SAERS/2007 para o SAERS/2008 com o propósito de verificar como foi a adesão neste processo.

Tabela 7 - Participação das escolas e dos alunos do SAERS/ 2007 para o SAERS/2008

| | | 2007 | 2008 | Redução | % |
|----------------|---------|---------|---------|---------|--------|
| Rede Estadual | Escolas | 2.715 | 2.689 | 26 | -9,6% |
| | Alunos | 288.734 | 243.584 | 45.150 | -15,6% |
| Rede Municipal | Escolas | 562 | 19 | 543 | -96,7% |
| | Alunos | 33.337 | 610 | 32.727 | -98,2% |
| Rede Privada | Escolas | 18 | 15 | 03 | -17% |
| | Alunos | 3.116 | 2.422 | 694 | -22,3% |
| Federal | Escolas | 01 | 01 | | |
| | Alunos | 298 | 270 | 28 | -9,4% |
| Total | Escolas | 3.296 | 2.724 | 572 | -17,4% |
| | Alunos | 325.485 | 246.886 | 78.599 | -24,1% |

Fonte: Elaborado pela autora.

Desta forma, percebe-se que ocorreu um decréscimo tanto no número de escolas quanto de alunos participantes da avaliação de 2007 para a avaliação de 2008. As escolas da rede estadual tiveram uma baixa de 26 instituições (-9,6%) e de 45.150 (-15,6%) alunos. As escolas da rede municipal a adesão reduziu de 562 instituições para 19 escolas (-96,7%) e de 33.337 estudantes para 610 (-98,2%) alunos. As escolas da rede privada tiveram uma redução de 03 (-17%) e de 694 alunos (-22,3%). A escola federal permaneceu a mesma, entretanto o número de alunos participantes reduziu em 28 estudantes (-9,4%). O total de escolas participantes no SAERS/2009 apresentou uma baixa de 572 unidades (-17,4%) e de 78.599 alunos (-24,1%).

Após o processo de avaliação foram enviados às escolas os Boletins Pedagógicos de Avaliação da Educação (2008a,b,c) contendo os resultados do SAERS/2008. Tal como no SAERS/2007 vieram representando uma viagem de estudos, cuja travessia deveria ser realizada pela equipe diretiva, os professores e a comunidade escolar com o propósito de esclarecer as características gerais da avaliação, a análise dos resultados do desempenho dos alunos, como ainda discutir as sugestões fornecidas para a melhoria do rendimento dos alunos.

Cada etapa de estudos foi denominada de Estação. Nas Estações de estudos estavam: As Matrizes de Referência para Avaliação da 2ª série/ 3º ano e 5ª série/ 6º ano nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; A composição dos testes de proficiência; A metodologia de análise dos testes; O diagnóstico com análise dos resultados em cada série avaliada de cada escola. Desta maneira, os Boletins Pedagógicos da Avaliação de 2007 e 2008 se complementaram nas explicitações sobre o SAERS.

Um dos Boletins Pedagógicos de Avaliação de 2008 trazia explícito o seguinte objetivo:

Promover a discussão dos resultados, possibilitando a todos conhecer o desempenho da escola, identificando as habilidades fundamentais que foram, e as que ainda não foram, adequadamente desenvolvidas pelos alunos. Esse é um passo importante para o reconhecimento de boas práticas pedagógicas e para a construção de novas ações capazes de elevar os níveis de aprendizagem dos alunos (BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2008 a, p. 8).

Entende-se que os Boletins Pedagógicos eram enviados às escolas com a expectativa de fomentar debates sobre os resultados da avaliação propiciando o conhecimento do desempenho do rendimento dos alunos. Como também, verificar as metodologias aplicadas na aprendizagem dos estudantes, visando divulgar as boas práticas e construir novas ações educativas.

Neste mesmo período, a SEE/RS, comunicou às escolas e a comunidade escolar que, no momento da matrícula, seria realizado um levantamento quanto ao perfil socioeconômico dos estudantes em questionário enviado para os pais responderem.

Os resultados do SAERS/2008 foram divulgados no mês de abril de 2009 e apresentaram melhoras frente a avaliação de 2007 conforme o comparativo abaixo

Tabela 8 - Resultados do SAERS 2007/2008

| Série | Português | | | Matemática | | |
|---|-----------|-------|-------|------------|-------|-------|
| | 2007 | 2008 | % | 2007 | 2008 | % |
| 2 ^a /3 ^o ano Ensino Fundamental | 152,3 | 156,4 | +2,7% | 762,4 | 767,4 | +0,7% |
| 5 ^a /6 ^o ano Ensino Fundamental | 202,4 | 200,4 | -1% | 211,1 | 214,0 | +1,4% |
| 1 ^o ano Ensino Médio | 249,8 | 251 | +0,5% | 263,2 | 268,9 | +2,2% |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Correio do Povo (25 de Abril, 2008 e 28 de Abril de 2009).

Percebe-se que os resultados apresentaram uma pequena elevação nos níveis de habilidades e competências, com exceção da 5^a série/6^o ano do Ensino Fundamental na disciplina de Português.

A Secretária de Educação, Mariza Abreu, comentou que esta elevação do desempenho nas avaliações de 2007 para 2008, deu-se devido às discussões e estudos dos resultados do

SAERS/2007 realizados nas escolas e que estas buscaram alternativas de mudança nas suas práticas pedagógicas (CORREIO DO POVO, 28 de Abril de 2009).

Já o CPERs criticou a forma de avaliação (SAERS) escolhida pela SEE/RS. Argumentando que vários elementos devem ser considerados, e que não pode ser estabelecido um parecer a partir de uma única prova. Como também devem ser respeitadas as diversidades regionais do Estado do RS. Salientando que a melhoria da Educação resulta de investimentos nas instituições, qualidade de material pedagógico, condições de trabalho para os docentes e alunos e valorização do profissional (CORREIO DO POVO, 23 de Julho de 2009).

Com vista à próxima edição do SAERS, novamente a SEE/RS deu início a uma jornada de reuniões que foram divulgadas no site da Secretaria de Educação do Estado. A jornada teve início com as 30 CREs. O objetivo dos encontros era orientá-los nos trabalhos que, posteriormente, deveriam desenvolver com os diretores das escolas pertencentes a sua respectiva regional. A proposta focava em orientações sobre a análise e utilização dos resultados do SAERS/2008, formas de engajamento da comunidade escolar em discussões sobre a avaliação e articulação dos resultados com as propostas pedagógicas das escolas.

6.3 Sistema de Avaliação do Estado do Rio Grande do Sul em 2009

A 7ª edição do SAERS/2009 manteve a mesma parceria com UNDIME/RS e com o SINEPE/RS e, novamente, a SEE/RS emitiu um Projeto Básico de Avaliação/2009 visando orientar o processo de avaliação do Estado. A aplicação ocorreu em todas as escolas estaduais urbanas e rurais e, nas escolas municipais e particulares que aderiram ao sistema, nas mesmas turmas e disciplinas das edições anteriores.

O Projeto Básico/2009 apresentava como justificativa da realização de um Sistema de Avaliação no Estado do Rio Grande do Sul a normativa da Lei 10.576/95 da Gestão Democrática do Ensino Público que determinava a execução de um Sistema de Avaliação em todas as escolas públicas estaduais sob coordenação da Secretaria de Educação do Estado, com o objetivo de analisar o desempenho do sistema educacional gerando informações que auxiliassem no processo de ensino e aprendizagem.

Uma alteração presente no Projeto Básico/2009, quanto a atividades e serviços a serem contratados, dizia respeito a um documento elaborado pela empresa contratada contendo o plano logístico da avaliação com os seguintes tópicos:

- a. Definição quanto aos métodos, processos e técnicas de trabalho de cada fase de execução dos serviços;
- b. Definição dos procedimentos para impressão, segurança, sigilo, empacotamento, distribuição e recolhimento dos instrumentos de avaliação;
- c. Definição de procedimentos a alunos portadores de necessidades especiais;
- d. Definição de procedimentos e instrumentos para registro das respostas dos alunos nas questões objetivas, ditado para o 3º ano do Ensino Fundamental e questionário;
- e. Definição dos procedimentos para entrega e processamento dos dados, expedição de relatórios;
- f. Definição de proposta de metodologia para elaboração dos itens, da construção das provas e do tema para o ditado;
- g. Definição de proposta de metodologia para o processamento e análise dos dados, dos cruzamentos dos dados de desempenho com as características dos alunos (cor, raça, sexo, escolaridade) e dados de gestão escolar e pedagógica, equipamentos, ambiente físico, segurança e nível socioeconômico dos alunos.

No mais, o Projeto Básico/2009, estabelecia as mesmas normativas para a contratação de produtos e serviços do estabelecido em 2008.

Os Boletins que deveriam ser enviados as escolas manteve a mesma estrutura e organização de 2008, ou seja: Elementos pré-textuais; Elementos textuais (Introdução e três capítulos); Elementos pós-textuais. Entretanto, os conteúdos dos capítulos sofreram alterações. Conforme o quadro que segue:

Quadro 21 - Diferenças solicitadas pela SEE/RS na elaboração dos Boletins Pedagógicos entre o SAERS/ 2008 e o SAERS/ 2009

| | 2008 | 2009 |
|------------|--|---|
| Capítulo 1 | Apresentação de conceitos: Apresentação da Matriz de Referência do SAERS, a elaboração e exemplos de Itens, os testes de proficiência e a metodologia de análise, informação sobre a Teoria da Resposta ao Item - TRI | Contextualização dos resultados da escola: Apresentação da proficiência média conforme o gênero, raça, cor, atraso escolar, perfil socioeconômico, análise do desempenho geral das provas, análise do nível de alfabetização dos alunos da 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental, estudo de proficiência, perfil da gestão escolar, pedagógica e das variáveis que interferem no desempenho dos alunos. |
| Capítulo 2 | Análise dos resultados da escola: Apresentação, estudos e discussões acerca dos resultados de cada escola, análise comparativa dos resultados da escola com os da CREs, do Estado e do Brasil, esclarecimento e estudo de proficiência. | Análise pedagógica dos itens: Análise de itens a partir dos padrões propostos para o SAERS- abaixo do básico, básico, adequado e avançado. Sugestões para o desenvolvimento das habilidades avaliadas. |
| Capítulo 3 | Análise pedagógica dos itens: Análise dos itens que constituíram o teste e sugestões de atividades para o desenvolvimento das habilidades avaliadas. | Relatos de experiências em avaliação: Relato de até 5 experiências destacadas e indicadas pela SEE/RS. |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2008a) e Rio Grande do Sul (2009a).

Percebe-se que a preocupação da SEE/RS não era mais referente a conceituação dos elementos que compõem a avaliação e sim da contextualização dos resultados com a realidade da comunidade escolar de cada instituição, demonstrando desta maneira, a possibilidade de implicação do contexto sócio econômico e cultural como fator de influência nos resultados de uma avaliação. Outra informação apresentada no Boletim Pedagógico/2009 referia-se a divulgação de experiências selecionadas pela SEE/RS, indicando o partilhamento das boas práticas das escolas que, possivelmente tivessem apresentado bons resultados no processo de avaliação anterior, para servir de estímulo, as demais instituições, e a mudanças ou reconstrução de novas práticas metodológicas de ensino e aprendizagem.

Outra novidade, no Projeto Básico /2009, foi sobre a divulgação e apropriação dos resultados, onde a contratada deveria apresentar um projeto com a programação das formas de divulgação e apropriação dos resultados do SAERS/2009. Isto para garantir que os professores das escolas estaduais tivessem uma maior e melhor compreensão da avaliação

externa da aprendizagem e a possibilidade de utilizar os resultados na melhoria da qualidade do ensino.

Para poder apoiar as escolas a SEE/RS realizou uma pesquisa³ sobre o perfil socioeconômico das comunidades atendidas pelas escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul. A justificativa para tal levantamento estava explícito no Projeto Básico/2009: “é preciso distribuir os recursos de maneira a compensar as situações desiguais em que vivem as diferentes comunidades (RIO GRANDE DO SUL, 2009a, p. 3).

A estrutura das provas da avaliação do SAERS/2009 também apresentou alterações em termos de números de questões para a 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental. Nas edições anteriores era composta por 2 blocos de Leitura (20 questões) e 2 de Matemática, (20 questões) totalizando 40 questões a serem respondidas pelos alunos e, nesta edição formava-se por 2 blocos de Leitura (com 22 questões) e 2 de Matemática (com 22 questões), totalizando 44 questões a serem respondidas pelos alunos. Da mesma forma como nas edições anteriores professores e diretores ou supervisores preencheriam a um questionário que envolveria sua formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Os aplicadores também responderiam a questões sobre a infraestrutura das escolas.

Para as provas de 2009 foi considerado os: DCNs e PCNs para o ensino fundamental e médio; Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS nos PNLDs 2006, 2007, 2008 e 2009; textos selecionados a partir dos tipos de gêneros especificados nas Matrizes de Referência do SAEB/2009; inclusão de itens que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano e do 1º ano do ensino médio com o SAEB; classificação dos itens quanto ao grau de dificuldade- fácil – médio - difícil; utilização de diferentes recursos gráficos; Referencial Curricular do Estado do RS e os descritores de cada série/ano avaliados pelo SAERS, especificados nas Matrizes de Referência para a Avaliação em Língua Portuguesa e

³ Esta pesquisa foi enviada para as escolas, como um questionário fechado, e estas enviaram para as famílias, envolvendo questões de escolaridade, ocupação, trabalho e renda familiar aproximada. Após respondidas as questões o levantamento foi enviado a Secretaria de Educação que justificava que tal estudo possibilitaria a atender a cada escola segundo suas necessidades. Esta atividade ocorreu no final do ano de 2008 e início de 2009, durante o período de rematrículas e matrículas nas escolas. Cabe as direções das escolas coordenarem os trabalhos. (Fonte: a autora da pesquisa que estava no cargo de Diretora).

Matemática. Esta normativa veio determinada desde 30 de outubro de 2007, no Decreto 45.300/2007, que instituía o SAERS e acompanhou todos os Projetos Básicos de Avaliação deste período.

Em notícia divulgada no site da SEE/RS, em 02 de Julho de 2009, a Secretária de Educação, Mariza Abreu, esclareceu que o grande desafio dos gestores é estabelecer um Sistema de Avaliação que sirva para nortear as políticas públicas visando a qualificação do ensino e que, sejam aproveitados pelas escolas e compreendidos pela sociedade. “De um ano para outro surgiram diferentes formas de exposição dos resultados, demonstrando que estamos evoluindo na concepção de avaliações externas de desempenho”. Entretanto as escolas devem cruzar os resultados da avaliação com os índices de aprovação e evasão. Os diretores e supervisores das escolas estaduais precisam verificar se os níveis de aprendizagem são compatíveis com o percentual de aprovação a cada ano (RIO GRANDE DO SUL, 2009d). Esta preocupação enfatizada pela Secretária de Educação denota a preocupação com as reprovações irregulares no sistema de ensino, pois se os resultados apresentarem-se satisfatórios nas avaliações como explicar a ocorrência de um alto índice de abandono e reprovação?

Antes da ocorrência das provas do SAERS /2009, a SEE/RS orientou as escolas na análise e utilização dos resultados referentes ao SAERS/2008 presentes nos Boletins Pedagógicos de Avaliação /2008. Foram 10 dias de encontros nas diferentes regiões do Estado, onde participaram os Coordenadores Regionais, os gestores e supervisores escolares. Nestes encontros ocorreu a exposição dos dados da avaliação, discussões sobre formas de engajamento da comunidade nos trabalhos e articulação dos resultados com as propostas pedagógicas. Para Coordenadora da comissão que supervisionou a elaboração do SAERS, a própria escola deve fazer um estudo dos resultados de 2008 em comparação com 2007. As escolas devem entender que as competências e as habilidades precisam ser trabalhadas de modo a formar o cidadão nesta era do conhecimento (CORREIO DO POVO, 10 de Julho de 2009).

Após os encontros de capacitação dos gestores e supervisores, a SEE/RS realizou um estudo das escolas com experiências exitosas, bem como as com resultados preocupantes (CORREIO DO POVO, 23 Julho de 2009). Isto se fez necessário frente o preconizado pelo Decreto 45.300/2007, que instituía o SAERS, quando esclarecia que os resultados serviriam para divulgar as práticas desenvolvidas pelas escolas com os melhores resultados e na

identificação das escolas que apresentassem resultados não satisfatórios na aprendizagem de seus alunos para apoio do poder público.

Posterior aos encontros da SEE/RS com os gestores ocorreu nas escolas, a jornada pedagógica⁴. Momento onde a equipe diretiva, coordenação pedagógica e professores, por sugestão da CRE, deveriam trabalhar os conteúdos dos Boletins Pedagógicos da Avaliação de 2008.

Em 04 de agosto de 2009 a SEE/RS divulgou que, em parceria com o CAEd, aconteceria o curso *Divulgação e Apropriação dos Resultados – Incorporação dos resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS) ao cotidiano escolar*. A formação seria oferecida a 9 mil professores com aulas à distância e encontros coletivos presenciais que seriam planejados pela Coordenação Geral do curso. O curso apresentava a proposta de analisar os resultados do SAERS; identificar as necessidades de aprendizagem avaliadas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; estabelecer orientações pedagógicas para o enfrentamento dos problemas identificados; possibilitar formas de trabalho com os resultados e contribuir para a melhoria da gestão escolar.

Para este evento foi sugerido a participação do diretor e de dois professores de cada instituição onde eles seriam os multiplicadores/articuladores entre os demais professores e coordenadores pedagógicos de sua respectiva escola. A inscrição foi pelo site do CAEd (www.formação.caedufjf.net/cfg01rs). Cada integrante recebeu um kit com o material para estudo. Entre os livros enviados estava o “Guia de estudos. Avaliação continuada: Apropriação e Utilização dos Resultados” que apresentava dados riquíssimos com relação a indicadores sociais e educacionais nacionais e do Estado do Rio Grande do Sul; Avaliação na educação, tanto comentários sobre a avaliação realizada em sala de sala quanto às avaliações em larga escala; o SAERS – histórico, edições, documentos normativos, discussões sobre análise e apropriação dos resultados e sugestões de práticas pedagógicas para serem incorporadas nas escolas⁵.

Neste contexto, em Novembro de 2009 ocorreu a 7ª edição do SAERS. A empresa contratada, através de processo licitatório, para a realização do Sistema de Avaliação de 2009 foi o CAEd da Universidade de Juiz de Fora.

⁴ As jornadas pedagógicas são encontros normatizados no Diário Oficial, antes do início de cada ano letivo e que devem constar no calendário da escola. Normalmente ocorrem na primeira semana antes do início das aulas e durante uma semana das férias discentes. A escola tem autonomia para organizar as discussões que considerar necessárias, entretanto em ofícios enviados a direção da escola é sugerido alguns temas, como o Projeto Pedagógico da escola, Ensino Religioso, Preconceito Racial e o SAERS. (Fonte: Autora da pesquisa).

⁵ A autora também participou deste curso como gestora de escola.

O cronograma de aplicação das provas foi divulgado no jornal Correio do Povo:

SAERS: avaliação escolar inicia hoje

Calendário das provas:

Hoje (23/11): a avaliação escolar de 2009 terá início com estudantes das escolas estaduais situadas no meio rural.

Amanhã (24/11): será a vez das turmas do 1º ano do Ensino Médio.

Quarta - feira (25/11): serão avaliados os estudantes da 5ª série/ 6º ao do Ensino Fundamental.

Quinta - feira (26/11): turmas da 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental encerram a avaliação no RS (CORREIO DO POVO, 23 de Novembro de 2009).

O SAERS/2009 abrangeu todas as escolas da rede estadual de ensino, escolas municipais e 18 particulares. Entretanto não foi localizado o número exato de escolas municipais e de participantes em cada rede de ensino. Apenas uma estimativa de participação dos alunos da rede estadual de ensino que vem esboçada na tabela abaixo baseada na matrícula real de 2008.

Tabela 9 - Estimativa de participação no SAERS/2009

| Número de Escolas | | Número de alunos estaduais | Séries | Disciplinas |
|-------------------|----|----------------------------|------------------------|-------------------------|
| Estaduais | | 323.969 | 2ª série/ 3º ano do EF | Português Matemática |
| Privadas | 18 | | 5ª série/ 6º ano do EF | |
| Federal | 01 | | 1ª série do EM | |

Fonte: Adaptado pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2009a).

Portanto a expectativa de participação dos alunos da rede estadual de ensino era de 323.969. O comparativo pode ser feito no total de alunos que em 2008 foi de 246.886 e em 2009 foram 323.969 representando um acréscimo de 31%.

Após as avaliações foi enviado às escolas os Boletins Pedagógicos de Avaliação/2009. Estes vieram diferentes dos produzidos em 2007 e 2008. Estavam divididos em quatro volumes que integravam a Coleção SAERS/2009:

1. Boletim do Programa de Avaliação Vol. I - Apresentava o histórico da avaliação no Estado do Rio Grande do Sul, as Matrizes de Referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com os devidos descritores e itens, a composição dos testes e a metodologia de análise.
2. Boletim de Resultados Gerais Vol. II - Informações da participação na avaliação e os resultados de proficiência para todas as séries/anos e disciplinas avaliadas por

Estado, CRE, Município e Escolas. Este documento não foi disponibilizado para as escolas.

3. Boletim de Resultados da Escola Vol.III - Informando a cada escola os resultados de proficiência e sua interpretação qualitativa, como também os Padrões de Desempenho e a Análise Pedagógica dos itens do teste.
4. Boletim Contextual Vol. IV - Informando os fatores intra e extraescolares que interferem nos resultados, o Índice de Eficácia da Escola⁶, o nível socioeconômico dos estudantes, e os resultados contextuais de cada unidade escolar. Apresentando ainda as informações coletadas nos questionários contextuais respondidos pelos alunos e as possíveis relações com os resultados alcançados nos testes de proficiência de 2009.

O volume IV, referente ao contexto, foi um diferencial frente às edições anteriores do SAERS. Faz-se pertinente comentá-lo em função da divulgação que foi feita no jornal Correio do Povo, já apresentada anteriormente, e a ressalva pontuada no Projeto Básico do SAERS/2009 quando esclarecia a realização de uma pesquisa com a comunidade escolar para levantar informações sobre a situação socioeconômica das famílias.

Neste periódico dois fatores vieram ressaltados: o nível socioeconômico dos alunos e a defasagem entre a idade/série. Estes fatores relacionados ao desempenho dos alunos são importantes para duas dimensões no âmbito escolar: a gestão e a pedagógica. Para a gestão oferece uma reflexão com vista a apontar soluções para a escola que deseja melhorar. Para a dimensão pedagógica são dados que permitem entendimento acerca das medidas de desempenho alcançadas pelos alunos nos testes de proficiência (BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2009c).

Neste contexto, a questão elencada neste periódico era:

“Se os fatores externos, como o nível socioeconômico das famílias de nossos estudantes, são determinantes para o desempenho escolar, o que resta à escola?” (BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2009c, p.12).

⁶ IE= Índice de Eficácia da Escola: fator que permite compreender o resultado do desempenho escolar considerando a proficiência geral média/índice socioeconômico médio.

Para responder a esta pergunta o documento citava um resumo das pesquisas⁷ sobre as características da escola eficaz. Dentre as principais estão:

1. Liderança Eficaz – liderança objetiva e forte por parte do diretor, mas com abordagem participativa onde toda a equipe diretiva e os professores estejam envolvidos na tomada de decisões. Outra característica de um gestor eficaz seria a liderança pedagógica que compreende: a demarcação e conhecimento por todos dos objetivos; a coordenação do currículo e acompanhamento do ensino e progresso dos alunos; promoção de ambiente adequado para professores e alunos e promoção de um ambiente laboral de apoio de todos os segmentos escolares.
2. O professor e a eficácia no ensino – a construção de ambientes eficazes à aprendizagem nas salas de aula. Professor questionador, focado, supervisor das tarefas, aberto a questionamentos dos alunos.
3. Altas Expectativas quanto ao rendimento e ao comportamento – alta expectativa dos professores quanto aos alunos, alta expectativas do diretor com relação a sua equipe.

Além dessas principais características, a mesma pesquisa apresentava outros fatores de eficácia:

1. Associados aos alunos – grande número de alunos em posição de autoridade e de responsabilidade, participação dos alunos em clubes e sociedades, esclarecimento quanto aos direitos dos alunos;
2. Associados à direção da escola – relevância na imposição de regras no que tange a vestimentas, comportamento e à moral, bom ambiente de trabalho com manutenção e decoração, enfoque na aprendizagem, cultura escolar positiva.
3. Associados à sala de aula – pressão nos estudos, uso do dever de casa, objetivos claros e bem definidos e de alta expectativa; gerenciamento adequado dos períodos de aula.
4. Associados aos Professores – modelo de comportamento estabelecido pelos professores, liderança e envolvimento dos professores, treinamento efetivo.

⁷ Resumo da discussão apresentada nos artigos do livro “Pesquisa em Eficácia Escolar: Origens e Trajetórias”, o artigo “As características chave das escolas eficazes” (SAMMONS. Pam). (BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2009c, p.12).

Portanto, percebe-se a multiplicidade de fatores envolvidos no desempenho do rendimento escolar dos alunos.

O documento apresentava também um gráfico conhecido como Diagrama de Dispersão que associava o nível socioeconômico médio dos alunos e sua proficiência média acadêmica.

1. Quadrante 1: Escolas com maior proficiência média e menor índice socioeconômico;
2. Quadrante 2: Escolas com maior proficiência e maior índice socioeconômico;
3. Quadrante 3: Escolas com menor proficiência e menor índice socioeconômico;
4. Quadrante 4: Escolas com menor proficiência e maior índice socioeconômico.

Assim, a partir das características apresentadas referentes à eficácia da escola, aos fatores associados a esta eficácia e os gráficos de dispersão que associam o nível socioeconômico médio dos alunos e sua proficiência média acadêmica, cada escola tinha como diagnosticar o perfil em que se situava.

Esta leitura favorece o trabalho administrativo e pedagógico, pois fornece subsídios para gestores, professores e comunidade escolar fazerem mais pelos seus alunos, tentando reduzir as desigualdades extraescolares, melhorando a gestão administrativa e a prática pedagógica dos docentes com vista a melhorar o desempenho do rendimento dos estudantes.

Os resultados do SAERS/2009 foram divulgados no site da SEE/RS. O desempenho dos alunos apresentou um progressivo aumento nos resultados entre os anos de 2007 a 2009. Conforme a tabela que segue:

Tabela 10 - Resultados do SAERS 2007/ 2008/ 2009

| Série | Português | | | | | Matemática | | | | |
|--|-----------|-------|------|-------|------|------------|-------|------|-------|-------|
| | 2007 | 2008 | % | 2009 | % | 2007 | 2008 | % | 2009 | % |
| 2 ^a /3 ^o ano Ensino Fund. | 152,3 | 156,4 | +2,7 | 161,1 | +3 | 762,4 | 767,4 | +0,7 | 768,5 | +0,15 |
| 5 ^a /6 ^o ano Ensino Fund. | 202,4 | 200,4 | - 1 | 207,5 | +3,5 | 211,1 | 214,0 | +1,4 | 218,7 | + 2,2 |
| 1 ^o ano Ensino Médio | 249,8 | 251 | +0,5 | 252,7 | +0,7 | 263,2 | 260,8 | +2,2 | 263,1 | + 0,9 |

Fonte: Adaptada pela autora baseado em Rio Grande do Sul (2011b).

Podemos observar que, em todas as edições, exceto entre 2007 e 2008 na 5^a série / 6^o ano, as turmas avaliadas apresentaram um aumento nos resultados do SAERS. Entretanto, as médias indicam que o desempenho dos alunos manteve-se no nível Básico de desempenho. (Ver tabela, p. 107).

Interessante destacar que somente este Projeto Básico - SAERS/2009 apresentava como justificativa da realização de um Sistema de Avaliação no Estado a Lei 10.576/1995, da Gestão Democrática do Ensino Público, que regulamentava a execução de um Sistema de Avaliação em todas as escolas públicas estaduais, com o objetivo de analisar o desempenho do sistema educacional gerando informações que auxiliassem no processo de ensino e aprendizagem.

Uma modificação significativa que ocorreu nesta edição do SAERS/2009 foi em relação aos alunos da 5^a série/6^o ano que tiveram que responder mais questões em ambas as provas.

Percebe-se que, esta avaliação apresentou uma expectativa muito grande com relação ao desempenho dos alunos da rede pública estadual. Foram muitos trabalhos de capacitação promovidos pela SEE/RS tanto para os 30 Coordenadores Regionais como destes para os diretores de escola. Estes, por sua vez, tinham a função de articulador/multiplicador dos conhecimentos aos professores, pais e alunos. Os momentos para estas discussões vinham previstos no Diário Oficial da União, como a jornada pedagógica das escolas. Junto a esta normativa, as CREs enviaram, às escolas, sugestões de trabalhos a serem realizados com os

docentes, tais como: revisão dos planos de estudos, reorganização do Projeto Pedagógico, elaboração do calendário escolar e análise dos resultados do SAERS embasados nos Boletins Pedagógicos de Avaliação enviados às escolas.

Segundo estudos apresentados por Bonamino, Bessa e Franco (2004, p. 77), Estados como Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Bahia e Paraná já apresentam práticas coletivas de discussão e estudos dos resultados nas escolas, o que propicia “[...] implantar uma consciência da utilidade dos resultados das avaliações na orientação da prática pedagógica”.

Quadro 22 - Atividades realizadas nos Estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná para apropriação e utilização dos resultados das avaliações

| Estado | Práticas |
|--------------|---|
| Minas Gerais | Realização de oficina pedagógica para apropriação e utilização dos resultados pelos professores e coordenadores pedagógicos. Momentos coletivos de elaboração de ações pedagógicas para que escolas e professores se utilizem dos resultados na superação dos problemas diagnosticados. |
| Ceará | Realização de projetos e ações na tentativa de superar as dificuldades encontradas por meio de discussões com agentes pedagógicos. |
| Pernambuco | Realização de oficinas pedagógica para a apropriação e utilização dos resultados por professores e coordenadores pedagógicos com vista a elaboração de ações pedagógicas. |
| Bahia | Discussões das matrizes curriculares objetivando planejamento pedagógico. |
| Paraná | Promoção de eventos para a capacitação de professores e divulgação de material em linguagem acessível. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que os Estados promoviam reuniões de estudos, com diretores, supervisores e professores para a apropriação dos resultados da avaliação com discussões voltadas na busca de alternativas para melhorar o desempenho dos alunos e qualificar as práticas exercidas pelos docentes. Desta mesma forma, o Estado do Rio Grande do Sul também organizou espaços de debates e estimulou trabalhos assentados nos resultados do processo de avaliação.

Pode-se afirmar que nesta avaliação, os olhares focaram-se principalmente no contexto sócio-econômico-cultural da comunidade em que a escola estava inserida. Este diagnóstico partiu do questionário enviado às escolas e, destas para os pais dos alunos responderem. A análise deste levantamento compôs o quarto volume do periódico fornecido pelo CAEd para as escolas em 2009.

Assim, o governo de Yeda Rorato Crusius (2007/2010) lançou os Programas Estruturantes. Um destes programas era o Programa Boa Escola Para Todos. Entre os projetos vinculados a este Programa estava o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS.

O SAERS foi institucionalizado através do Decreto nº 45.300 de 30 de Outubro de 2007, publicado no DOE nº 207, de 31 de outubro de 2007, sob a coordenação e execução da Secretaria de Educação do Estado por intermédio do Departamento de Planejamento.

Desta maneira, este Decreto, além de complementar a Lei Estadual 10.576/1995 da Gestão Democrática do Ensino, que determinava a elaboração e execução de um Sistema de Avaliação em todas as escolas da rede pública estadual, normatizava a periodicidade de aplicação da avaliação, as séries, turmas e disciplinas avaliadas, a divulgação e uso dos resultados.

A empresa contratada que venceu todos os processos de licitação, em cada edição entre 2007 e 2009, foi o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Neste período, participaram das avaliações alunos de todas as escolas da rede estadual de ensino e municipais e particulares que aderiram ao sistema. Estudantes da 2ª série/ 3º ano e 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Além das provas os alunos da 2ª série/ 3º ano do Ensino Fundamental responderam questões sobre a idade, sexo e frequência à pré-escola. Os alunos da 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano Ensino Médio a questões sobre contexto socioeconômico e cultural e sua trajetória de escolarização. Professores e diretores ou supervisores responderam a questões de formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Os aplicadores também preencheram um questionário sobre a infra-estrutura das escolas.

Entre 2007 e 2009 foi criada uma escala de proficiência. Para cada uma das disciplinas a escala é única. Para a disciplina de Língua Portuguesa a escala varia de 0 a 500 pontos e para a disciplina de Matemática é de 0 a 1000 pontos. Esta pontuação é chamada de níveis de desempenho. Estes níveis são definidos de acordo com as habilidades demonstradas pelos alunos ao responderem os itens dos testes. Foram divididos em quatro padrões: Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado. Demonstrando o desempenho dos alunos do nível mais baixo para o mais alto. Conforme a pontuação atingida pelos alunos em cada série e por disciplina o resultado indicará em que nível de desempenho eles se encontram.

Entre o SAERS/2007 e o SAERS/2009 a média, das turmas avaliadas, apresentaram aumento nos resultados da escala dos níveis de proficiência. Entretanto, o desempenho dos alunos manteve-se no nível Básico de desempenho.

Os Boletins Pedagógicos de Avaliação que foram enviados às escolas, apresentaram modificações em cada edição do SAERS entre 2007 e 2008. Já o de 2009 além de conceituarem os elementos pertinentes a uma avaliação, apresentava uma explanação referente as condições sócio- econômico -cultural da comunidade escolar que interferem no desempenho dos alunos.

Muitas informações sobre o SAERS veicularam no jornal Correio do Povo e no site de notícias da Secretaria de Educação do Estado neste período. Fontanive (2005, p. 167) sugere que para que ocorram mudanças é fundamental “socializar as informações obtidas” de maneira clara e com uma linguagem acessível, afim de que todos compreendam os resultados do desempenho dos alunos. E que, desta forma, possam discutir alternativas pedagógicas que viabilizem a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nas escolas da rede pública do Estado do Rio Grande do Sul.

7 ELEMENTOS CONCLUSIVOS

O caminho percorrido por este estudo teve como ponto de partida a análise das normativas e as bases teóricas que embasavam as avaliações em larga escala como política pública de avaliação no Brasil. Partindo destas premissas, salienta-se como referência a trajetória do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e sua configuração em cada edição, devido sua influência nas primeiras experiências dos Sistemas de Avaliações dos Estados brasileiros.

Diante deste cenário, como o SAEB não permitia uma visão focalizada de cada escola a SEE/RS promoveu a primeira edição de avaliações externas no Estado em 1996, seguida em 1997 e 1998 com a denominação de Sistema de Avaliação das escolas da Rede Pública Estadual.

Após uma pausa de seis anos, em 2005, foi executado o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS.

A avaliação de 2005 foi aplicada como um Projeto Piloto de Avaliação para o Ensino Fundamental em apenas duas das 30 Coordenadorias Regionais de Educação – CREs do Estado, vinculado a um Contrato de Gestão entre o Governo e a SEE/RS.

Mas foi a partir de 2007 que, todas as escolas públicas estaduais e as instituições municipais e particulares que aderiram ao processo participaram do SAERS envolvendo alunos de nível fundamental e médio.

Nota-se que no Estado do Rio Grande do Sul a cada mudança de governo, novas concepções reforçam as práticas políticas dando um novo enfoque as políticas de avaliação educacionais.

As avaliações no Rio Grande do Sul tiveram sustentação a partir da Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, alterada pela Lei n. 11.695, de 10 de dezembro de 2001 e atualizada pela Lei n. 12.028, de 18 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Entretanto, o conteúdo pertinente a avaliação externa, regulamentado pelos artigos 78, 79 e 80 que implicavam na elaboração e execução de um Sistema de Avaliação no Estado do Rio Grande do Sul, mantiveram-se na íntegra sem alteração.

Quanto aos objetivos e finalidade de um Sistema de Avaliação pode-se afirmar que tiveram ênfases diferentes nas primeiras edições. Enquanto que, entre 1996/1998 esboçava servir para analisar o desempenho do Sistema Educacional como um todo – Escolas, Regiões, Estado e gerar informações que subsidiem o processo de ensino - aprendizagem e a gestão democrática das escolas, a partir da edição de 2005 e nas subseqüentes, direcionava para o diagnóstico das habilidades cognitivas na área de Leitura/Escrita e Matemática e para corrigir políticas públicas educacionais que viessem a promover a melhoria da qualidade da educação e o desenvolvimento de uma cultura de avaliação. Franco (2004) enfatiza que a avaliação externa não deve ser considerada como um simples processo de levantamento de dados, mas ser considerada como um fator que contribua para a elaboração de políticas educacionais como ainda para verificar os efeitos destas políticas educacionais adotadas.

A operacionalização do Sistema de Avaliação na primeira edição em 1996 foi exclusivamente realizada pela SEE/RS por intermédio do Departamento de Planejamento - DEPLAN e da Divisão de Pesquisa - DPAI. Somente este primeiro processo foi aplicado em duas fases. A primeira referente a aplicação dos teste aos alunos e a segunda correspondendo a aplicação de um questionário para o diretor da escola e outro para o professor representante do Conselho Escolar com questões pertinentes a gestão escolar.

Para apoio à elaboração dos relatórios destas duas fases foi contrata a Fundação de Desenvolvimento dos Recursos Humanos – FDRH. Já nas edições de 1997 e 1998 o contrato foi com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS para a digitação, impressão dos testes e questionários, correção das redações e elaboração dos relatórios. Entretanto, a elaboração e execução do processo de avaliação mantiveram-se sob a responsabilidade do DEPLAN e DPAI.

A partir do SAERS /2005 a SEE/RS elaborou um Projeto Básico de Avaliação que apresentava os aspectos técnicos, operacionais e metodológicos que orientariam as atividades a serem desenvolvidas por uma empresa contratada. A empresa responsável pelo SAERS/2005 foi a CESGRARIO e para as edições do SAERS 2007 a 2009 foi o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Em 2005, sob uma acirrada gestão gerencialista com fixação de metas e indicadores para a área da educação foram firmados Contratos e Subcontratos de Gestão. Neste contexto entende-se que avaliação externa seria um meio de promover a premiação/ gratificação aos docentes conforme o desempenho apresentado nos resultados do Sistema de Avaliação. O

SAERS/2005 aconteceu como um Projeto Piloto em duas Coordenadorias Regionais de Educação.

A partir do SAERS/2007, sob uma proposta de um novo jeito de governar - gerenciamento intensivo, foram formadas equipes com a responsabilidade de coordenação e acompanhamento dos diversos Programas e Projetos que seriam colocados em prática. Foram os chamados Programas Estruturantes. Apresentavam-se composto por doze programas, entre eles encontrava-se o Programa Boa Escola Para Todos. Entre os projetos vinculados a este Programa estava o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - SAERS.

Assim, o SAERS 2007/2008/2009 passou a ser acompanhado por uma equipe de coordenadores, sob um gerencialismo intensivo. A esta equipe foi delegada a responsabilização de acompanhamento permanente ao Sistema de Avaliação, considerando a execução, a divulgação a toda a comunidade escolar e a promoção de oficinas de capacitação para gestores e professores da rede pública estadual de ensino com informações sobre os resultados de cada edição.

Quanto a abrangência, no Sistema de Avaliação de 1996 participaram do processo somente as escolas da rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Já nas edições seguintes, houve o convite para adesão das escolas da rede municipal e particulares.

Acompanhando o SAEB, como já comentado anteriormente, no Sistema de Avaliação entre 1996 e 1998 as disciplinas e séries sofreram alterações. Na edição de 1996 foi avaliado Português e Matemática, em 1997 além dessas foi introduzida a Redação na edição de 1998 foram incorporadas ainda as disciplinas de Ciências no Ensino Fundamental e Física, Química e Biologia no Ensino Médio. Quanto às séries, em 1996 participaram os alunos de 2^a, 5^a e 7^a série do Ensino Fundamental e 2^a série do Ensino Médio e nas edições seguintes foram os alunos da 4^a, 8^a Série do Ensino Fundamental e 3^a Série do Ensino Médio.

No SAERS de 2005, participaram somente os alunos da 2^a e 5^a série do Ensino Fundamental e as disciplinas avaliadas foram Língua Portuguesa e Matemática. Já no SAERS de 2007 a 2009 as disciplinas mantiveram-se as mesmas, entretanto as séries avaliadas mudaram. Passou-se a avaliar a 2^a série/3^o ano e 5^a série/6^o ano do Ensino Fundamental e 1^o ano do Ensino Médio. A justificativa para tal mudança era que, o SAERS iria complementar a Prova Brasil realizada pelo MEC, que é aplicada a cada dois anos, nas 4^a séries/5^o ano e 7^a série/ 8^o ano do Ensino Fundamental e 3^o ano do Ensino Médio.

No que tange a estrutura e elaboração das provas da primeira edição em 1996 eram compostas por 30 questões objetivas com 5 alternativas de respostas cada uma, exceto a prova da 2ª série que apresentava 20 questões com 3 possibilidades de alternativas. Além dos testes dos alunos os diretores e um professor representante do Conselho Escolar deveriam preencher um questionário sobre a gestão da escola

Para a segunda edição as provas de Português e Matemática eram compostas por 30 questões objetivas com 5 alternativas de respostas cada uma, exceto as da 4ª série do Ensino Fundamental, que apresentava 25 questões com 4 possibilidades de alternativas. Todos os cadernos de Português continham uma proposta de Redação. Os alunos finalistas dos dois níveis de ensino que responderam a questões sobre a situação sócio - econômico – cultural.

Em 1998 as provas apresentaram a mesma estruturação da avaliação anterior, entretanto os alunos de 8ª série e os 3º ano do Ensino Médio responderam a um questionário sobre questões de aprendizagem das disciplinas de Português de Matemática.

Nestas avaliações, cada aluno responderia a apenas uma prova, ou seja, quem respondia Português não responderia a prova de Matemática e vice-versa.

A partir das avaliações de 2005, as provas eram formadas por blocos de Português e de Matemática na mesma prova. Todos os alunos responderiam a um questionário com o objetivo de coletar informações sobre o contexto socioeconômico e cultural e a trajetória de escolarização. Professores e diretores ou supervisores também responderiam a um questionário que envolvia sua formação profissional, práticas pedagógicas, nível socioeconômico e cultural, estilos e formas de gestão, clima acadêmico e disciplinar da escola, recursos pedagógicos e humanos. Os aplicadores também deveriam responder a questões sobre a infra-estrutura das escolas que participaram.

Já para o SAERS2007 e 2008 as provas foram estruturadas tal como as provas do SAERS/2005. A diferença foi a aplicação para os alunos do 1º ano do Ensino Médio. Para o SAERS/ 2009 a modificação mais significativa foi o aumento de 4 questões nas provas da 5ª série/ 6º ano do Ensino Fundamental 2 em Português e 2 em Matemática. O preenchimento de questionário manteve-se o mesmo das edições anteriores.

Nas primeiras edições 1996/1997 os resultados foram mandados para as Delegacias de Ensino e as escolas por meio de um Documento preliminar dos resultados da avaliação que, além dos resultados apresentava discussões de possíveis melhorias para as próximas edições. Após o lançamento dos resultados do Sistema de Avaliação de 1996 e de 1997,

respectivamente, a SEE/RS promoveu encontros de capacitação para os professores. Já na última edição do governo de Antonio Brito Filho, em 1998 não foram encontrados registros dos resultados do processo de avaliação e segundo a entrevistada ninguém teve acesso a eles.

Os resultados do SAERS/2005 foram entregues a SEE/RS por meio de um relatório da Fundação CESGRANRIO. Os resultados divulgados refletiam somente a condição de premiação das escolas que apresentaram melhor desempenho nesta avaliação.

No final das edições do SAERS 2007/2008/2009, o CAEd disponibilizou, à SEE/RS, CREs e às escolas, os Boletins Pedagógicos da Avaliação com informações pertinentes a cada avaliação. Além dos resultados serem divulgados por meio destes periódicos a SEE/RS promovia uma série de reuniões. Primeiro com os Coordenadores Regionais e, posteriormente, destes com os diretores, supervisores e professores, onde era apresentado e debatido o panorama da realidade do rendimento dos alunos no Estado e em cada unidade escolar.

A chegada dos periódicos à escola implicava em estudos com a equipe diretiva, docentes e comunidade escolar sobre as metodologias de ensino, as práticas pedagógicas, os conteúdos curriculares, a situação socioeconômica e cultural dos alunos e o desempenho no rendimento escolar dos estudantes.

O SAERS, junto com os resultados das avaliações nacionais e internacionais, ratificou a necessidade de um currículo de referência e de formação de professores, assentado no desenvolvimento das habilidades e competências. Tais ações foram desenvolvidas no Projeto Lições do Rio Grande¹, nas 30 Coordenadorias Regionais de Educação, em 2010, envolvendo professores das diferentes áreas de atuação. A partir do projeto Lições do Rio Grande foi colocado à disposição dos professores e gestores subsídios que contribuíssem para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Entretanto, faz-se importante comentar que, tal como as avaliações realizadas no último ano de governo de Antonio Brito Filho- 1998, os resultados da avaliação de 2010 não foram divulgados, às escolas até o momento da defesa deste trabalho.

¹ O Projeto Lições do Rio Grande vem com o propósito de apresentar às escolas uma proposta de referencial curricular como um norte para os seus planos de estudos e propostas pedagógicas. Ao professor, oportunizar estratégias de intervenção pedagógica que favoreçam a construção de aprendizagens considerando o desenvolvimento das competências de leitura, produção de texto e resolução de problemas, aferidas pelo SAERS (RIO GRANDE DO SUL, 2011c).

Com o intuito de deixar uma interrogação para o futuro, ainda relato informações divulgadas no Jornal Zero Hora de 21 de março de 2011, referente às avaliações externas no Estado. A notícia indica que uma nova avaliação será lançada no Estado do Rio Grande do Sul em substituição ao SAERS.

O novo modelo não irá avaliar apenas o desempenho dos alunos, pretende avaliar também o desempenho da Secretaria de Educação do Estado por meio de questionários aos pais, alunos e professores com questões para mensurar a capacidade da SEE/RS de oferecer boas condições de ensino e atender demandas.

A mesma notícia apresenta um quadro comparativo entre o processo de avaliação ocorrido entre 2007/2010 e o previsto para a gestão 2011-2014.

Quadro 23 - Comparação entre o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar – SAERS no período de 2007/2010 e a proposta de avaliação para 2011/2014

| | O antigo | O previsto |
|---------------|---|--|
| Séries | Todos os alunos do 3º e 6º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio | Apenas algumas turmas serão selecionadas para participar – as que alcançarem as melhores notas no IDEB e as que apresentarem os piores resultados e algumas intermediárias. Não estão definidas as séries participantes. |
| Disciplinas | Português e Matemática | Português, Matemática, e novas disciplinas devem ser incorporadas, como Geografia, História e até Artes. |
| Questionários | Alunos, professores e diretores para identificar condições internas e externas à escola que interferem no desempenho escolar dos alunos | Serão mais abrangentes. Incluindo o desempenho da SEE/RS. Inclusive toda a comunidade escolar deverá reponde-los. Serão aplicados em toda a rede estadual. |

Fonte: Adaptado pela autora baseado jornal Zero Hora (21 de março de 2011).

Pelo exposto a próxima avaliação será amostral, com apenas algumas turmas a participar. Há a possibilidade de mais disciplinas fazerem parte do processo de avaliação. Não só os alunos, professores, diretores e aplicadores responderam a questionário como foi entre 2007 e 2010. Esta avaliação prevê que toda a comunidade escolar irá preencher os questionários.

Para o atual Secretário da Educação do Estado, Jose Clóvis de Azevedo; “Queremos entender o que está acontecendo. Para isso, vamos fazer uma análise mais qualitativa, e menos

quantitativa”. Já para o ex- Secretário da pasta da Educação Ervino Deon; “A educação perde muito sem a avaliação geral, já que fazer a prova apenas para uma amostra dos alunos não é a mesma coisa” (ZERO HORA, 21 de Março de 2011).

Desta forma, este trabalho revelou a possibilidade de novas investigações. Uma delas seria de analisar sobre a o SAERS na perspectiva de divulgação e apropriação dos resultados pelas escolas, uma vez que esta pesquisa descreveu a institucionalização do Sistema de Avaliação no Rio Grande do Sul no período de 1996 a 2009. E outra possibilidade seria descrever e analisar a nova proposta de avaliação prevista pelo atual governo.

Por fim, acredita-se que este estudo traga contribuições que sirvam de subsídio a futuras pesquisas que envolvam o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do SUL – SAERS.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mariza. **Boa escola para todos: gestão da educação e debate sobre valorização dos professores no Rio Grande do Sul. 2007 a 2010.** Porto Alegre, RS: AGE, 2011.
- AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- AGENDA 2020. O Rio Grande que queremos. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Caderno de Propostas da Agenda 2020.** Disponível em: < <http://www.agenda2020.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2010.
- AMARAL, Josiane Carolina Soares Ramos do. **A trajetória da gestão democrática da educação na Rede Estadual de Ensino do Rio grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- _____. Josiane Carolina Soares Ramos do. **A política de gestão da educação básica na rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (2007-2010): o fortalecimento da gestão gerencial.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- BALL, Stephen J. Performatividade, Privatização e o pós – estado do bem estar. **Cadernos de Pesquisa**, v.25, n.89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.
- BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2007 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan./dez. 2007). Anual. 2ª série/ 3º ano do ensino fundamental, 2007a. Disponível: <http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/educacao/boletim_1.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.
- BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2007 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan./dez. 2007). Anual. Língua Portuguesa, 5ª série/ 6º ano do ensino fundamental, 2007b. Disponível: <http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/educacao/boletim_3.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.
- BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2007 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan./dez. 2007). Anual. Matemática, 5ª série/ 6º ano do ensino fundamental, 2007c. Disponível: <http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/educacao/boletim_2.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.
- BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2008 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan./dez. 2008). Anual. 2ª série/ 3º ano do ensino fundamental, 2008a.
- BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2008 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan./dez. 2008). Anual. Língua Portuguesa, 5ª série/ 6º ano do ensino fundamental, 2008b.
- BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2008 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan./dez. 2008). Matemática, 5ª série/ 6º ano do ensino fundamental, 2008c.

BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2009 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan./dez. 2009). Anual. Boletim do Programa de Avaliação, 2009a.

BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2009 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.3 (jan./dez. 2009). Juiz de Fora, 2009 – Anual. Boletim de Resultados da Escola, 2009b.

BOLETIM PEDAGÓGICO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: SAERS 2009 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.4 (jan./dez. 2009). Juiz de Fora, 2009c – Anual. Boletim Contextual, 2009c.

BONAMINO, Alicia Catalano de. **Tempos de avaliação educacional:** o SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL. Presidência da República Constituição da República Federativa do Brasil. **Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 20 de Maio 2010.

_____. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 20 de Maio 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para todos:** Brasília, 1993/2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2009.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 maio 2010.

_____. Senado Federal. **Plano Nacional de Educação - PNE.** Brasília. Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em: 25 de maio 2009a.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** Brasília. Abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12696%253plano-de-desenvolvimento&Itemid=811>. Acesso em: 20 jun. 2009b.

_____. Ministério da Educação. INEP. **O que é o Saeb.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/oquee.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2009e.

_____. Ministério da Educação. INEP. Saeb, publicações. Disponíveis em: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/publicacoes.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009c.

_____. Ministério da Educação. INEP. Resultados da Prova Brasil. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/salas/download/prova_brasil/Resultados/Saeb_resultados95_05_UF.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009d.

_____. Ministério da Educação. INEP. Assessoria de Imprensa. **O que é o PISA**. Brasília, 04 dez. 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=15467&version=1.0&p_auth=16XrG82k>. Acesso em: 25 maio 2010.

_____. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**. Construindo um Sistema Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação, 2008.

_____. Ministério da Educação. INEP. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – **ENCCEJA**. Disponível em: <<http://encceja.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2009f.

_____. Ministério de Educação. INEP. Exame Nacional do Ensino Médio – **ENEM**. Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2009g.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. **R.bras. de Dir. Público – RBDP**, Belo Horizonte, ano 6, n.23, p.145-186, out/dez, 2008.

CAMINI, Lucia. **O Processo de construção da política educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002**: relações, limites, contradições e avanços. 2005, 261f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 246-258, 2005.

CASTRO, Claudio de Moura Castro. Avaliar não é para amadores. In: SOUZA, Alberto de Mello e (Org). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2005.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – **CAEd**. Disponível em: <<http://www.caed.ufjf.br/site/?id=5>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS – **CORAG**. Disponível em: <<http://www.corag.rs.gov.br/news/indexnoticia.php>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, V. 28, n. 100, p.021-946, 2007.

DRABACH, Neila Pedrotti. **A modernização da gestão da Escola Pública Estadual do Rio Grande do Sul**: a democracia na “porta giratória”. 2010, 168p. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. 5ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – **FAMURS**. Disponível em < <http://www.famurs.com.br/>>. Acessado em 20 de Junho de 2011.

FONTANIVE, Nilma Santos. Avaliação em larga escala e padrões curriculares: as escalas de proficiência em matemática e leitura no Brasil. IN: BONEMY, Helena (Org). **Avaliação e determinação de padrões na educação latino – americana**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONTANIVE, Nilma. O uso pedagógico dos testes. IN: SOUZA, Alberto de Mello e. (Org). **Dimensões da Avaliação educacional**. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2005. p. 139-173.

FONTANIVE, Nilma. KLEIN, Rubem. **Avaliação em Larga escala: uma proposta inovadora**. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/proav/avalesc.html>. Acesso em: 07 set. 2009.

FRANCO, Creso. **Avaliação em larga escala da Educação Básica: da relevância aos desafios**. Texto de subsídio ao III Seminário de Avaliação/LOED/UNICAMP. Campinas, mar. 2003.

FRANCO, Creso; BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia. (Org.). **Avaliação de Educação Básica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC; Rio: São Paulo: Loyola, 2004.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100. out. 2007.

FREITAS, Dirce Neei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

FUNDAÇÃO CESGRANRIO. Sistema de Avaliação do rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS 2005. **Relatório Geral Técnico Pedagógico**. 2006.

FUNDAÇÃO CESGRANRIO. Disponível em: <<http://www.cesgranrio.org.br/avaliacoes/principal.aspx>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – FAURGS. Disponível em: <<http://www.faurgs.ufrgs.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS – FDRH. Disponível em: <<http://www.fdrh.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

GISI, Maria de Lourdes. Políticas públicas, educação e cidadania In: ZAINKO, MariaAmélia Sabbag. GISI, Maria de Lourdes (Org.). **Políticas e gestão da educação superior**. Curitiba: Champagnat; Florianópolis: Unsular, 2003.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos**. Portugal: Porto Editora, 1994. (Coleção Ciências da Educação, n. 15).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL – INDG. Disponível em: <http://www.indg.com.br/sobreindg/quemsomos.asp> Acesso em: 20 abr. 2011.

LIMA, Alessio Costa. **O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) como expressão da política pública de avaliação educacional do Estado**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2007.

LOPES, Valéria Virginia. **Cartografia da Avaliação Educacional no Brasil**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de S. Ciência (Org.), **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEGRINE, Airton. Instrumento de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: TRIVINOS, A. N. Silva (Org.) **Pesquisa qualitativa na educação física**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Sulina, 1999.

OLIVEIRA, Dalila A. FERREIRA, Elisa B. Políticas Sociais e democratização da educação: novas fronteiras entre público e privado. In: AZEVEDO, Mario Luiz neves de (Org.). **Políticas públicas e educação: debates contemporâneos**. Maringá: Eduem, 2008. p. 23-45.

OLIVEIRA, Dalila A. Política educacional e regulação no contexto latino-americano: Argentina, Brasil e Chile. **Linhas Críticas**, v. 15, nº 28. p. 45-62, jan./jun. 2009.

ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. O saeb e a matriz curricular de referência em matemática. **23ª Reunião Anual da Anped.**, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1916T.PDF>> Acesso em: 01 jun. 2009.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PESTANA, Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n, 191, p. 65-73. Jan./abr. 1998.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Governo – 1995/1998**. Movimento Rio Grande Unido e Forte. Diretrizes de Governo. Um conjunto de ideias do candidato Antonio Britto para o Rio Grande do Sul, de 28 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/upload/abrito3.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

_____. Assembléia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995**. Atualizada até a Lei n. 12.028, de 18 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lein10576&idNorma=365&tipo=pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Projeto de Avaliação**. Porto Alegre, Abril de 1996a.

_____. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto nº 36.893, de 02 de setembro de 1996b**. Institui o Sistema de Avaliação Externa nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública de que tratam os artigos 78 a 80 da Lei 10.576/1995 da Gestão Democrática do Ensino Público. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=10067&hTexto=&Hid_IDNorma=10067>. Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. **Relatório das principais atividades de**

implantação do projeto de avaliação das escolas da Rede Pública Estadual. Porto Alegre, abril de 1996c.

_____. _____. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. **Manual de orientações:** avaliação das escolas da Rede Pública Estadual. Porto Alegre, 1996d.

_____. _____. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. **Elaboração de provas de avaliação das escolas da Rede Pública Estadual – 1º e 2º graus.** Porto Alegre, 1996e.

_____. _____. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional **Avaliação das Escolas de Rede Pública Estadual:** documento preliminar. Porto Alegre, 1996f.

_____. _____. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. **Gestão Escolar: 2ª Fase da Avaliação Externa das Escolas da Rede Pública Estadual,** 1995/1998, Porto Alegre, 1996g.

_____. _____. **Governo Divulga Primeira Avaliação das Escolas Públicas e Anuncia Programa de Qualificação.** Porto Alegre: Assessoria de Imprensa do Gabinete do Governador, 12 mar. 1997a.

_____. _____. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. **Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual - 1996.** Síntese do levantamento de Opinião das Delegacias de Educação referentes às Atividades Desenvolvidas pela Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional – DEPLAN/SE, Porto Alegre, mar. 1997b.

_____. _____. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. **Projeto de Avaliação das Escolas da Rede Pública/97.** Porto Alegre, 1997c.

_____. Secretarias Municipais de Educação. **Avaliação das Escolas da Rede Pública- RS. Orientações Gerais.** Porto Alegre, 1997d.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. Departamento de Planejamento - Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. **Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual e Municipal/1997** documento preliminar. Porto Alegre, 1998a.

_____. _____. **Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual e Municipal.** Orientações Gerais. Porto Alegre, 1998b.

_____. Assembléia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei nº 11.126, de 09 de fevereiro de 1998c.** Implanta o Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual, dispõe sobre mecanismos de parceria e colaboração, institui o Programa de Avaliação da Produtividade Docente, dispõe sobre vencimento e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei nº 11126&idNorma=533&tipo=pdf](http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%252011126&idNorma=533&tipo=pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2010.

_____. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto nº 40.360, de 17 de Outubro de 2000.** Altera a redação das alíneas “a” e “c” do inciso IV do artigo 5º do Decreto n. 35.918 de 12 de abril de 1995. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100017.asp?txtNumDocs=10>> . Acesso em: 2 jun. 2011.

_____. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto nº 42.411, de 29 de Agosto de 2003**. Aprova Estatuto Padrão para os Círculos de Pais e Mestres de escolas estaduais e dá outras providências. Disponível em < <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100017.asp?txtNumDocs=10>> . Acesso em: 2 jun.2011.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEED/RS n. 0580/2000**. Comissão de Ensino Médio e Educação Superior. Disponível em: < http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1212072159pare_580.doc>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEED/RS n. 1.400/2002**. Comissão de Ensino Fundamental. Estabelece normas para a oferta do Ensino Fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www.ceed.rs.gov.br/arquivos/1207253745pare_1400.doc>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Plano de Governo 2003/2006**. Diretrizes para o Governo - Germano Rigotto. Disponível em <<http://www.seplag.rs.gov.br/upload/rigotto1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2011

_____.Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul 2004-2007**. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/PPADocumentoFinal%281%29.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. Assembléia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei nº 12.237, de 13 de janeiro de 2005a**. Publicada no DOE, nº 09, de 14 de janeiro de 2005. Disciplina a política de incremento da produtividade e da qualidade dos serviços públicos e da racionalização do uso dos recursos humanos e materiais do Estado, o contrato de gestão, a avaliação do desempenho institucional, a autonomia gerencial, orçamentária, financeira e de recursos humanos e a aplicação dos recursos orçamentários decorrentes da racionalização das despesas correntes no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/12.237.pdf>. Acessado em: 15 abr. 2011.

_____.Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Contrato de Gestão – 2005/2006**. Contrato de gestão entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria Estadual de Educação – SE, Porto Alegre, 2005b.

_____. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Decreto nº 44.045, de outubro de 2005c**. Dispõe sobre o Contrato de Gestão, o Subcontrato de Gestão e a premiação por produtividade no âmbito do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 12.237, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=49001&hTexto=&Hid_IDNorma=49001>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____.Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do RS. **Projeto Básico: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS/2005 – Ensino Fundamental**. Porto Alegre, 01 set. 2005d.

_____. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Subcontrato de Gestão**. Subcontrato de Gestão entre a Secretaria Estadual da Educação e a Escola Estadual de Ensino Fundamental, 2005/2006. Porto Alegre, 28 set. 2005e.

_____. Conselho Estadual de Educação. Comissão Especial de Educação Infantil. **Parecer CEED/RS nº 398/2005f**. Estabelece condições para a oferta da educação infantil no Sistema

Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/arquivos/parecer_398_05.pdf>. Acessado em: 15 jan. 2011.

_____. Secretaria da Coordenação e Planejamento – Departamento de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Setor Público. **Relatório Final – 2006a**. Contrato de Gestão com a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul: premiação das escolas da 25ª e 32ª CRE(s). Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/Resumo_Premiacao_Contratos_Educacao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Notícias**. 2006b Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em: 2009 a 2011.

_____. **Plano de Governo 2007/2010**. Governo Yeda Rorato Crusius. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/planoGovernoYeda_2007_2010.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2011.

_____. **Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – PEE/ 2007a**. Disponível: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/pee/pee_texto.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

_____. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Lei nº 12.749, de 20 de julho de 2007b**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/PPA_2008_2011_Lei_12749_2007.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Projeto básico: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS/2007 – Ensino Fundamental e Médio**. Porto Alegre, set. 2007c.

_____. Assembléia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Decreto nº 45.300, de 30 de outubro de 2007**. Publicado no DOE nº 2007, de 31 de outubro de 2007d. Institui o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=51098&hTexto=&Hid_IDNorma=51098>. Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. Assembléia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Decreto nº 45 273, de 04 de outubro de 2007e**. Publicado no DOE n. 190 de 05 de outubro de 2007. Estabelece as diretrizes e competências para implementação dos Programas “Fazendo Mais com Menos” e “Modernização da Gestão Pública”, cria o Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais, institui Grupo de Trabalho para elaborar Política Estadual de Desenvolvimento de Pessoal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=51029&hTexto=&Hid_IDNorma=51029>. Acesso em: abr. 2011. 2007

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Notícias**. 2007f Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em: 2009 a 2011.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Projeto Básico: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS/2008 – Ensino Fundamental e Médio**. Porto Alegre, 2008a.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Notícias**. 2008b Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em: 2009 a 2011.

_____. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul, 2008-2011**. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/upload/PPA_2008_2011_Lei_13091_CONSOLIDADA.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Projeto Básico: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS/2009 – Ensino Fundamental e Médio**. Porto Alegre, 2009a.

_____. _____. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS. Disponível em <http://www.saers.caeduff.net/saers> - Acesso em: 20 jul. 2009b.

_____. _____. **Avaliação continuada: apropriação e utilização dos resultados**. Juiz de Fora: UFJS/CAEd, 2009c.

_____. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. **Notícias**. 2009d Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp>>. Acesso em: 2009 a 2011.

_____. _____. **Institucional: estatísticas da educação: estabelecimentos de ensino por município: RS 2010**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_estabs_2010.pdf>. Acesso em: 25 maio 2010.

_____. Secretaria do Planejamento e Gestão. Departamento de Monitoramento de Projetos. **Programas Estruturantes**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/081010_SEGES_Arq_programas.pdf>. Acesso: abr. 2011a.

_____. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS. Dados estatísticos. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/saers_resultados_2009_geral_010710.ppt> Acesso em: 20 maio 2011b.

_____. Referenciais Curriculares, **Lições do Rio Grande –Objetivos**. http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/refer_curric.jsp?ACAO=acao1>. Acesso em: 20 jun. 2011c.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. As avaliações de nova geração. In: SOUZA, Alberto de Mello (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 15-34.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. In: SOUZA, Alberto de Mello (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 174-204.

SOUZA, Alberto de Mello (Org.). A relevância dos indicadores educacionais para a educação básica: informações e decisões. In: **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 90-109.

SOUZA, Sandra Z. L. de. OLIVIERA, Romualdo P. de. Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n.84, p.873-895, set. 2003.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política e planejamento educacional**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

WERLE, Flávia Obino C. Sistemas e instituições: repensando a teoria na prática. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18., **Anais ...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. v. 1, p. 265-290,

_____. MANTAY, Carla; ANDRADE, Alenis C. de. Direção de escola básica em perspectiva municipal. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n.2, maio/ago., 2009. p. 139-149.

APÊNDICE A - ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENADORA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL RESPONSÁVEL PELOS TRABALHOS DO SAERS

1. Nível de Formação:

Graduação _____ Ano de Conclusão _____

Especialização _____ Ano de Conclusão _____

1. Tempo de experiência na função atuante _____ anos.
2. Como surgiu a idéia de elaborar um Sistema de Avaliação para o Estado do Rio Grande do Sul?
3. Qual o objetivo e a finalidade de elaborar um Sistema de Avaliação para o Estado do Rio Grande do Sul?
4. Como foi a operacionalização das primeiras edições do Sistema de Avaliação?
5. Alguns documentos destacavam a formação de uma equipe específica para a elaboração das provas. Como foi feita a seleção desta equipe?
6. Quem participou desta primeira avaliação? (Escolas, séries, disciplinas)
7. Após a primeira avaliação foi realizada algum tipo de capacitação para professores?
8. Quem participou da segunda edição em 1997? (Escolas, séries, disciplinas)
9. E da edição de 1998?
10. Como foi feita a divulgação dos resultados nestas três edições?
11. Você tinha conhecimento das práticas que as escolas executavam a partir dos resultados do Sistema de Avaliação, que objetivam a melhoria do desempenho dos alunos?

ANEXO A - SISTEMAS DE AVALIAÇÃO NOS ESTADOS BRASILEIROS

O quadro abaixo apresenta dados referentes ao ano de implantação, exercício e, em alguns casos, de extinção do sistema de avaliações. Bem como o enfoque que a avaliação visa nos Sistemas de Avaliações Externas nos vinte e seis Estados brasileiros e Distrito Federal:

| Estado | Início de Implantação | Sistema | Programa/Projeto | Enfoque |
|----------------|--|---|--|--|
| Acre | 2 exercícios 1999 e 2003 | | | Desempenho dos alunos |
| Alagoas | 2001 2005 | SAVEAL - Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas | | Desempenho dos alunos |
| Amapá | Sem informação | | | |
| Amazonas | Única aplicação em 2003 | | | Desempenho dos alunos |
| Bahia | 1999 2001 Extinto em 2005 | Projeto de Avaliação Externa Avaliação do desempenho e Avaliação da Aprendizagem | Programa Educar para Vencer | Desempenho do aluno Desempenho do aluno e Avaliação de Aprendizagem |
| Ceará | 1992 1996 2000 Ocorre nos anos pares | Programa Permanente de Avaliação das Escolas do CE SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação do Ensino do Ceará SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará | Todos pela Educação de Qualidade para Todos. | Desempenho escolar Desempenho dos alunos |
| Espírito Santo | 2000 2004 Periodicidade 3 anos não ocorrendo em 2007 | PAEBES - Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo | | Classes de Alfabetização Desempenho dos alunos |
| Goiás | 2000 Interrompido em 2005 | SAEGO - Sistema de Avaliação da Educação Básica do Estado de Goiás. | | Aprendizagem dos alunos |
| Maranhão | 2000 Desativado em 2001 | AEP - Avaliação Estadual da Escola Pública | | Aprendizagem dos alunos |
| Mato Grosso | Sem informações | | | |

| | | | | |
|---------------------|---|--|--|---|
| Mato Grosso do Sul | 2003 | SAEMS – Sistema de Avaliação da Educação Básica do Mato Grosso do Sul | Projeto Travessia, Arte e Letramento. Projeto das Oficinas Pedagógicas. Projeto de Capacitação Continuada | Desempenho dos alunos. |
| Minas Gerais | 1992 1999 2000 | Programa de Avaliação da Escola Pública da MG SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública | Pró - Qualidade PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica Projeto Veredas | Desempenho dos alunos Desempenho escolar |
| Pará | Não existe. | | | |
| Paraíba | Sem informações | | | |
| Paraná | 1995 a 2002 2003 | AVA – Avaliação do Rendimento Escolar o Ensino Fundamental e Médio | PQE – Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná. Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Paraná Programa de Auto – Avaliação Institucional | Desempenho dos alunos. Sistema Educacional |
| Pernambuco | 2000 | SAEPE – Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco | Autonomia da gestão escolar. | Desempenho escolar |
| Piauí | Sem informações | | | |
| Rio de Janeiro | 2000 | Sistema Permanente de Avaliação das escolas da Rede Pública Estadual de Educação | Programa Estadual de Reestruturação da Educação Básica - Programa Nova Escola | Desempenho dos alunos |
| Rio Grande do Norte | Não há informações | | | |
| Rio Grande do Sul | 1996/1998 2005 2007 Aplicações anuais | SAERS - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul | O Rio grande que queremos: Agenda 2020 | Desempenho dos alunos |
| Rondônia | 2000 | Projeto Avaliação Institucional e Qualidade do Ensino (monitoramento) SADE | Programa de Avaliação e Estatística Subprojeto do Saeb no estado | Avaliação da escola Desempenho dos alunos |
| Roraima | Não há informações | | | |
| Santa Catarina | Não há informações | | | |

| | | | | |
|------------------|------------------------------|--|---|--|
| São Paulo | 1992 1996 | Programa de Avaliação Educacional da Rede Estadual SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo | Projeto Escola padrão Autonomia das Delegacias de Ensino e da Universidade escolar | Desempenho dos alunos Desempenho dos alunos |
| Sergipe | 2004 Extinto em 2006. | SAPED – Sistema de Avaliação Periódica do Desempenho | EXAEB-SE: Exame de Avaliação da Educação Básica do Estado de Sergipe. GRAVAD: Gratificação Variável de Desempenho. | Desempenho dos alunos Desempenho do professor |
| Tocantins | 2001 | SAETO – Sistema de Avaliação do Estado do Tocantins | | Desempenho dos alunos |
| Distrito Federal | 1998 | Avaliação do rendimento escolar | Integrado ao processo nacional de avaliação | Rendimento escolar |

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Freitas (2007) e Lopes (2007).

ANEXO B – NOTÍCIAS VEICULADAS NO JORNAL CORREIO DO POVO (1997/2009)

Notícias coletadas no jornal Correio do Povo no período de 1997/2009 referentes ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado do Rio Grande do Sul. Organizadas por ano, mês, data das notícias, título das notícias, resumo da notícia.

| Ano | Mês | Data/ Título das notícias | Resumo |
|------|----------|--|---|
| 1997 | Novembro | 25/11/1997- Alunos fazem o provão da SEC nesta semana. | Ressalva que é a 2ª edição do programa de Avaliação Externa das Escolas da Rede Pública no RS, promovido pela Secretaria Estadual de Educação. Abrangência - 320 alunos da rede estadual e municipal de 279 municípios. Disciplinas – Matemática, Português e Redação. Participação dos alunos da 4ª e 8ª série do 1º grau e 3º ano do 2º grau. O desempenho dos alunos, nos exames, servirá para mudanças para o próximo ano letivo. As diferenças do ano de 1996 para este estão na Redação e na adesão 279 redes municipais. A Secretária Estadual de Educação, Iara Sílvia Lucas Wortmann, explica que serão identificadas as carências dos alunos nas disciplinas e, a partir daí estabelecidas metas para o melhoramento. |
| | | 27/11/1997-Julinho faz protesto no Provão. Parte dos alunos entregou os testes em branco. SEC aponta tranquilidade. | A Diretora do Departamento de Coordenação das Regionais, Tânia Heinrich, considerou positiva a participação dos alunos. “Eles estão conscientes da importância deste tipo de avaliação, que já acontece em vários estados brasileiros. Não se trata de um vestibular, onde apenas são corrigidas as provas, mas de um diagnóstico do setor”. Os alunos responderam a um questionário sócio-econômico-cultural. |
| | | 27/11/1997- Para “desrespeito” CPERS, | O CPERS/Sindicato é contrário a avaliação. Argumentam que uma avaliação não pode ser feita com apenas uma prova, envolvendo apenas duas disciplinas; que não leva em consideração o conjunto de fatores que interferem para o desenvolvimento do desempenho da escola; desrespeita as diferenças regionais. Nesta época o Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre, José Clóvis de Azevedo, concorda com o posicionamento do CPERS justificando que uma avaliação deve ser processual e permanente. Em protesto, os alunos |

| Ano | Mês | Data/ Título das notícias | Resumo |
|------------|------------|--|---|
| 1998 | Novembro | 08/11/1998-SEC finaliza os projetos educativos. Secretária Iara Sílvia Lucas Wortmann avalia desempenho e trabalho voltado ao ensino gaúcho nestes últimos anos. 26/11/1998-Alunos da rede pública mostram o que sabem | do 3º ano do 2º grau entregaram o teste em branco. Envolvendo 227 municípios. Segundo Iara Sílvia Lucas Wortmann, visa “a um diagnóstico da aprendizagem dos alunos, servindo também como uma testagem do ensino”. As séries avaliadas serão 4ª e 8ª série do ensino fundamental (1º grau) e o 3º ano do ensino médio (2º grau). Ressalta terceira a Avaliação Externa das Escolas da Rede Pública, prevista na Lei de Gestão Democrática. Participaram mais de 316 mil alunos. Dos 467 municípios do Estado, 246 aderiram ao processo, totalizando 6.016 escolas. As séries são a 4ª e 8ª série do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. As disciplinas foram Língua Portuguesa (inclusive Redação), Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia. Foi aplicado um questionário sobre os aspectos pedagógicos da Língua Portuguesa e da Matemática. |
| 2005 | Setembro | 29/09/2005-SEC vai aplicar programa de produtividade. | A notícia divulgada no jornal referia-se a aplicação do programa de produtividade pela Secretaria Estadual de Educação. A rede de ensino teria o desempenho avaliado segundo o levantamento dos seguintes indicadores: evasão, repetência, relação entre professores, alunos, pais. O então governador Germano Rigotto, declarou que “A proposta é aplicar os mesmos contratos de gestão que já deram certo nas estatais, para obter níveis melhores de produtividade na Educação”. Participaram do Contrato de Gestão 117 escolas das CREs de Soledade e São Luiz Gonzaga. As escolas com melhores resultados receberão prêmios entre R\$ 2 mil a R\$ 20 mil. De acordo com José Fortunati, Secretário Estadual de Educação da época, “Não é nossa intenção punir ninguém por resultados mais baixos, mas incentivar experiências exitosas”. A partir do Contrato de Gestão, os docentes da 2ª e 5ª série das disciplinas de Português e Matemática das escolas que aderiram ao Contrato seriam capacitados. “Cada escola desenvolverá ações voltadas à comunidade que atende, buscando melhoria gerencial, redução de evasão, repetência e o crescimento de alunos”, diz Fortunati. |
| | Novembro | 25/11/2005- CPERS aponta | A notícia relata uma forte pressão do CPERS contra o Contrato de Gestão |

| | | | | |
|------------|------------|--|---|---|
| | | indicativo de greve. | | nas coordenadorias de Soledade e São Luiz Gonzaga. Inclusive esboçando a intenção de greve dos professores, pois eles temem que o Contrato de Gestão seja estendido para todo o Estado. A crítica do CPERS ao Contrato de Gestão relaciona-se com o fato de tratar a administração pública como se fosse privada e que o contrato aplicado de forma piloto nas duas Coordenadorias não é a solução para qualificar a educação do Estado. |
| | | 26/11/2005-Magistério paralisação e marcha. | faz | |
| | Dezembro | 11/12/2005- CPERS critica sistema empresarial nas escolas. | | A notícia explica que o Contrato de Gestão foi firmado entre o Secretário de Estado da Educação e o Secretário da Coordenação e Planejamento e 117 escolas estaduais das regiões de Soledade e de São Luiz Gonzaga. Segundo o CPERS o contrato aplicado de forma piloto nas duas regiões não é a solução para qualificar a educação do Estado. Através dos Contratos de Gestão os dirigentes terão responsabilidades gerenciais, ampliação e qualidade de serviços e produtos assumidos publicamente. |
| | | 11/12/2005-Fortunati defende o Contrato de Gestão. | | O Secretário de Educação, José Fortunati, explica que adesão ao Contrato de Gestão é voluntário e que o sistema de avaliação vai comparar o desempenho da escola no 2º semestre /2005 e 1º semestre/2006. “Para as escolas que não conseguirem melhorar seu desempenho, ofereceremos apoio das 34 universidades parceiras e do MEC, através do curso de Gestão Escolar.” |
| Ano | Mês | Data/ Título das notícias | Resumo | |
| 2006 | Janeiro | 31/01/2006-CPERS e Rigotto agendam encontro. | CPERS e Governado do Estado agendam encontro. Uma das pautas da discussão é o Contrato de Gestão. | |
| | Fevereiro | 06/02/2006-CPERS critica propostas promovidas no ensino. 16/02/2006- CPERS decide fortalecer mobilização. | Conforme o CPERS com o Contrato de Gestão o governo sinaliza o que entende por Educação, otimizando recursos humanos e financeiros, praticando economia e não investimento. O governo não amplia os Contratos de Gestão. | |
| | Abril | 16/04/2006-Comissão avalia projetos de contrato de gestão. | A Comissão de Educação da Assembléia vai realizar reuniões de avaliação dos contratos de Gestão nas duas CREs. O CPERS mantém a posição contrária ao Contrato, justificando que eles acabam por gerar competição | |

| | | | |
|----------|--|--|--|
| | | | entre escolas, na qual apenas as mais ricas têm condições de alcançar a premiação. A esta crítica a Coordenação e Planejamento, Carmem Figueiró, afirmou que não há ranqueamento entre as escolas, uma vez que as premiadas são as que apresentam os melhores desempenhos na comparação com os resultados do exercício anterior. |
| Junho | 28/06/2006-SEC dá prêmios do Contrato de Gestão. | | A Secretaria Estadual de Educação fez o repasse as 23 escolas da 25ª CRE que tiveram o melhor desempenho nos indicadores administrativos num total de R\$ 232 mil. A ação integra o Contrato de Gestão, implantado em 2005, por meio da SEE/RS e a Secretaria de Coordenação e Planejamento, em 117 escolas da 25ª e 32ª CREs. O projeto envolveu a 2ª e 5ª série do ensino fundamental. Os indicadores são: evasão, repetência, relação entre professores/alunos e desempenho escolar. Conforme a Secretaria da época, Nelsi Muller, na 25ª CRE de Soledade somente 2 das 56 escolas avaliadas não se auto superaram. |
| Julho | 02/07/2006-RS piora desempenho no Ensino. | | O desempenho dos alunos na Prova Brasil, realizada em novembro de 2005, em todo o país, preocupou a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A Prova Brasil apontou que as escolas públicas do Estado tiveram as médias reduzidas o que, segundo a Secretaria de Estado da Educação, Nelsi Muller, provocou, nas escolas, reflexão e avaliação dos seus projetos pedagógicos. Adiantou que, para reverter este quadro, uma das estratégias seria a ampliação dos Contratos de Gestão, aplicado em 2005 em duas coordenarias. |
| | 02/07/2006-CPERS culpa a atual política educacional. | | A SEE/RS entregou R\$ 376 mil em prêmios para 37 escolas que melhoraram seus indicadores, tendo como parâmetros: evasão, repetência, relação professor/alunos e desempenho escolar. |
| Novembro | 18/11/2006-Evento debate sistema de avaliação. | | O CPERS culpa a atual política educacional na queda dos índices do desempenho dos alunos. Um dos motivos foi a implantação do Contrato de Gestão com 117 premiando 37 dentre as 3.002, e indicando como sucesso um programa piloto de meio ano. |
| | | | Uma das pautas de debates do recente projeto “Educativa - educação como tema” está a implantação de um sistema de avaliação do Ensino no Estado |

| | | | |
|------------|------------|--|---|
| | | Projeto propõe parâmetros que envolvam conhecimento e habilidades dos alunos, conforme cada série. | como instrumento de Gestão Educacional. Segundo a coordenadora do projeto, Sonia Balzano o sistema prevê a avaliação do conhecimento e habilidades dos alunos em cada série e constatar se os professores estão preparados para atender as necessidades dos alunos. Comenta que Rio de Janeiro o programa Nova Escola avalia coletivamente a produção dos professores, através dos alunos, da interação da escola com a comunidade e da utilização dos recursos financeiros e humanos. |
| Ano | Mês | Data/ Título das notícias | Resumo |
| 2007 | Janeiro | 10/01/2007-CPERS apresenta as reivindicações a SEC. | CPERS mantém posição contrária a premiação por desempenho nas escolas do Estado, afirmando que a qualificação de professores e funcionários acontecerá quando tiverem salários dignos e cursos de aperfeiçoamento. |
| | Junho | 21/06/2007-CREs debatem PPA e SAERS. | A Secretaria Estadual de Educação, Mariza Abreu, e a atual governadora, Yeda Crusius, encontraram-se com 30 CREs. Entre os assuntos debatidos estão: o Plano Plurianual de Educação, o Compromisso Agenda 2020 e o SAERS. |
| | Setembro | 27/09/2007-Ensino Avaliação | Mariza Abreu anunciou que a SEE/RS implementará o SAERS . A Universidade Federal de Juiz de Fora de Minas Gerais será responsável pela elaboração e aplicação das provas e divulgação dos resultados. |
| | Outubro | 02/10/2007-SEC fará avaliação estadual | Maria Abreu informa que o SAERS verificará a competência dos alunos de 2ª e 5ª série/ 3º e 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de toas às escolas da rede pública do Estado. A avaliação abrangerá 13 mil turmas. A elaboração, execução e análise dos resultados estarão a cargo do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora de Minas Gerais – CAEd/UFJF. Argumentou que o objetivo do SAERS é avaliar escolas não alcançadas pelos exames do governo federal e divulgar os resultados das provas e algumas questões, para que sirva de ferramenta e análise para ações e mudanças no processo ensino – aprendizagem. Serão utilizadas, nos testes, questões objetivas de múltiplas escolhas para verificar competências e habilidades em interpretação de texto e resolução de problemas. Os alunos |

| | | | |
|-------------------------------|---|--|---|
| | | | <p>da 2ª série/3º ano do EF terão ainda um ditado de um texto. Serão considerados fatores externos que interferem na aprendizagem dos alunos, como o nível de escolaridade das famílias e a estrutura da escola. Os resultados orientarão o trabalho da Secretaria Estadual de Educação para apoiar as escolas com vista a melhoria da qualidade do ensino.</p> <p>O SAERS é uma parceria da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/RS e o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado - SINEPE/RS. O presidente do SINEPE/RS comentou que, pela primeira vez, as escolas da rede particular de ensino foram convidadas a participar de um projeto de avaliação.</p> |
| <p>Novembro</p> | <p>26/11/2007-SEC começa a aplicar exames.</p> <p>27/11/2007- CPERS crítica avaliação e ‘desmonte’ da escola.</p> <p>27/11/2007-SEC quer diagnóstico escolar.</p> | <p>O SAERS foi aplicado em cerca de 400 mil alunos de 2ª e 5ª série do EF e 1º ano do EM, que responderam a questões de Língua Portuguesa, Matemática e a um questionário sobre a realidade da escola. Além das 2.856 escolas estaduais, escolas de 58 municípios e 16 particulares participaram do processo. Os testes foram organizados pelo CAEd/UFJF junto com técnicos da SEE/RS.</p> <p>O CPERS questiona a realização do SAERS como uma avaliação para alunos de 2ª e 5ª séries do EF e 1º ano do EM e a contratação da UFJF/ MG para a aplicação das provas. Comenta que o governo vem falando de premiação monetária por desempenho de escolas e de estudantes, o que representa um equívoco porque traz para a educação as leis de mercado. Os professores apresentam preocupação com os resultados do SAERS.</p> <p>O SAERS é uma iniciativa da SEE/RS. O objetivo é obter um diagnóstico, esclarece Mariza Abreu, a partir dos resultados, com a intenção de facilitar o planejamento de ações pedagógicas dos gestores e professores. As boas práticas serão compartilhadas e as escolas com pior desempenho receberão atenção da SEE/RS.</p> | <p>Resumo</p> <p>Resultados do SAERS/2007 revelam desempenho preocupante no RS. Aplicado nas turmas de 2ª e 5ª séries do EF e 1º ano do EM. Os estudantes</p> |
| <p>Ano</p> <p>2008</p> | <p>Mês</p> <p>Abril</p> | <p>Data/ Título das notícias</p> <p>25/04/2008- Avaliação</p> | |

| | | <p>25/04/2008- SAERS: notas baixas em Matemática.</p> | <p>do 1º ano do EM ficaram abaixo da média em ambas as disciplinas. A média maior está presente nas instituições privadas.</p> <p>Mesmo considerando os resultados como esperados a SEE/RS ficou em alerta, sobretudo com relação a atuação dos professores. Segundo a SEE/RS os dados servirão para orientar as ações para a melhoria do ensino. Segundo a secretaria de educação, Mariza Abreu, o apoio do governo estará vinculado à definição de metas pelas escolas e as variações de desempenho esboçam a crise na educação, como também demonstram as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões do Rio Grande do Sul. Os resultados do SAERS serão divulgados as escolas participantes com explicações sobre metodologia e a posição no nível geral. Quadro de resultados 2007:</p> <table border="1" data-bbox="598 698 751 1137"> <thead> <tr> <th>Série</th> <th>Português</th> <th>Matemática</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2ª</td> <td>152,3</td> <td>762,4</td> </tr> <tr> <td>5ª</td> <td>202,4</td> <td>211,1</td> </tr> <tr> <td>1º</td> <td>249,8</td> <td>263,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os resultados do SAERS/2007 mostraram rendimento, na 2ª e 5ª série, abaixo da média em Matemática e em Português próximo à pontuação mínima do nível básico desejado. E os alunos do 1º ano do ensino médio ficam abaixo da média em ambas as disciplinas.</p> | Série | Português | Matemática | 2ª | 152,3 | 762,4 | 5ª | 202,4 | 211,1 | 1º | 249,8 | 263,2 |
|-------------|---|--|---|-------|-----------|------------|----|-------|-------|----|-------|-------|----|-------|-------|
| Série | Português | Matemática | | | | | | | | | | | | | |
| 2ª | 152,3 | 762,4 | | | | | | | | | | | | | |
| 5ª | 202,4 | 211,1 | | | | | | | | | | | | | |
| 1º | 249,8 | 263,2 | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Maio</p> | <p>29/05/2008- Estado usa avaliação das escolas.</p> <p>29/05/2008- SEC debate com os diretores os resultados do SAERS.</p> | <p>A secretaria estadual de educação, Maria Abreu, esclarece que as médias do SAERS refletem a realidade socioeconômica das diversas regiões do Estado. Os dados da avaliação servirão para orientar políticas públicas educacionais. Os resultados positivos serão incentivados, os negativos terão apoio da SEE/RS e os professores poderão aperfeiçoar a ação de sala de aula.</p> <p>A SEE/RS promove encontros com os diretores das escolas estaduais para análise dos resultados do SAERS/2007. De acordo com a secretaria, Mariza Abreu “No final d rodada, os dados serão divulgados à sociedade gaúcha”. Os diretores são estimulados a utilizar os resultados como diagnóstico para qualificar as ações pedagógicas. Participaram 280 mil alunos e 2,8 mil escolas estaduais, 58 redes municipais e 16 escolas privadas.</p> | | | | | | | | | | | | | |
| | <p>30/05/2008-Escolas devem melhorar</p> | <p>Estão previstas 15 reuniões com diretores de escola. Os diretores recebem</p> | | | | | | | | | | | | | |

| | | | |
|-------|--|--|--|
| | | o desempenho. | um kit com os boletins da avaliação com vista a auxiliar o diagnóstico e na utilização para qualificar as ações pedagógicas. “É preciso mudar a forma de dar aula” salienta Mariza Abreu. Os resultados serão divulgados publicamente, assim que todos os diretores receberem o material. |
| Junho | 05/06/2008- Instituído o Boa Escola para Todos. 09/06/2008- Site da SEC divulga dados do SAERS. | Lançado o programa Boa Escola para Todos com investimentos previstos para dois anos. Este programa está articulado ao Movimento Compromisso Todos pela Educação e com a Agenda 2020. Serão cinco projetos voltados a melhorias da qualidade da Educação Básica, redução da repetência e evasão escolar, aumento da aprendizagem e à expansão da educação profissional. Entre os projetos encontra-se o SAERS que já avaliou em 2007 o desempenho dos alunos da 2ª e 5ª série do EF e 1º ano do EM. Também compõem o sistema o projeto piloto de avaliação da Alfabetização de crianças com 6 e 7 anos de idade. O objetivo do SAERS é aproveitar os resultados para corrigir os problemas e definir mudanças necessárias, além de servir de subsídio para a formação continuada dos docentes. Segundo Yeda Rorato Crusius, “Se a educação no Rio Grande do Sul caiu posições, o diagnóstico mostrou o porquê e iremos disputar novamente o primeiro lugar”. Está disponível no site da Secretaria Estadual de Educação do RS o resultado do desempenho de 2,8 mil escolas da rede estadual, de 58 da rede municipal e 16 particulares que participaram do SAERS/2007. Os dados já foram apresentados as 30 CREs e levados para as escolas para serem analisados com a comunidade escolar. Segundo a secretaria, Mariza Abreu, não houve ranqueamento das escolas. “A idéia é identificar boas práticas para que sirvam de referência”. A 5ª CRE festeja o resultado do SAERS. A única escola do município de Morro Redondo destacou-se no SAERS. Segundo a SEE/RS as boas práticas pedagógicas serão usadas nas demais instituições da região e do Estado. De acordo com a diretora da escola, os resultados do SAERS é o reflexo de uma relação de interação com a comunidade e uma proposta pedagógica contínua. | Lançado o programa Boa Escola para Todos com investimentos previstos para dois anos. Este programa está articulado ao Movimento Compromisso Todos pela Educação e com a Agenda 2020. Serão cinco projetos voltados a melhorias da qualidade da Educação Básica, redução da repetência e evasão escolar, aumento da aprendizagem e à expansão da educação profissional. Entre os projetos encontra-se o SAERS que já avaliou em 2007 o desempenho dos alunos da 2ª e 5ª série do EF e 1º ano do EM. Também compõem o sistema o projeto piloto de avaliação da Alfabetização de crianças com 6 e 7 anos de idade. O objetivo do SAERS é aproveitar os resultados para corrigir os problemas e definir mudanças necessárias, além de servir de subsídio para a formação continuada dos docentes. Segundo Yeda Rorato Crusius, “Se a educação no Rio Grande do Sul caiu posições, o diagnóstico mostrou o porquê e iremos disputar novamente o primeiro lugar”. Está disponível no site da Secretaria Estadual de Educação do RS o resultado do desempenho de 2,8 mil escolas da rede estadual, de 58 da rede municipal e 16 particulares que participaram do SAERS/2007. Os dados já foram apresentados as 30 CREs e levados para as escolas para serem analisados com a comunidade escolar. Segundo a secretaria, Mariza Abreu, não houve ranqueamento das escolas. “A idéia é identificar boas práticas para que sirvam de referência”. A 5ª CRE festeja o resultado do SAERS. A única escola do município de Morro Redondo destacou-se no SAERS. Segundo a SEE/RS as boas práticas pedagógicas serão usadas nas demais instituições da região e do Estado. De acordo com a diretora da escola, os resultados do SAERS é o reflexo de uma relação de interação com a comunidade e uma proposta pedagógica contínua. |

| | | | |
|------------|------------|---|--|
| | Outubro | 11/10/2008 | <p>Ocorreu o pregão licitatório para definir a empresa responsável pela aplicação do SAERS/2008. O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais – CAEd/UFJF, vai conduzir novamente o processo metodológico de avaliação do desempenho dos alunos das escolas estadual e da rede municipal e particular que aderirem ao sistema. O SAERS faz parte das ações do Programa Estruturante Boa Escola Para Todos, da Secretaria Estadual de Educação – RS. Visa aprimorar os níveis de aprendizagem das escolas, a partir da análise dos dados do desempenho dos alunos, com intenção de instrumentalizar os professores para o trabalho em sala de aula.</p> |
| Novembro | | 25/11/2008- SAERS será aplicado em novas datas. | <p>A SEE/RS altera as datas para a aplicação do SAERS devido a greve dos professores em algumas escolas. Visa abranger 2,7 mil escolas da rede estadual, além de instituições municipais e particulares que aderirem ao processo. Aplicação das provas:</p> <p>1º dia) 1º ano do ensino médio;</p> <p>2º dia) alunos da 5ª série/ 6º ano do ensino fundamental;</p> <p>3º dia) alunos da 2ª série/ 3ºano do ensino fundamental;</p> <p>4º dia) escolas situadas na zona rural;</p> |
| Dezembro | | 06/12/2008- SAERS terá os resultados em março. | <p>Cerca de 300 mil alunos de 2ª e 5ª série do EF e 1º ano do EM de escolas estaduais, municipais e particulares participaram do SAERS/2008. As disciplinas avaliadas foram Português e Matemática e a escala de conhecimento é a mesma usada nas avaliações do MEC. Os alunos ainda responderam a questionários para identificar fatores externos e internos que interferem na aprendizagem. No momento da matrícula será realizado um levantamento quanto o perfil socioeconômico dos estudantes. Os resultados sairão em março de 2009. Os dados serão comparados com os resultados de 2007. A intenção é utilizar as informações dos boletins pedagógicos para verificar fatores que interferem na aprendizagem dos estudantes, visando estabelecer novas práticas educativas. As escolas que apresentarem baixos resultados terão apoio da SEE/RS e os professores serão capacitados.</p> |
| Ano | Mês | Data/ Título das notícias | Resumo |

| | | | |
|-------|----------------------------------|---|---|
| 2009 | Abril | 28/04/2009- Sec mostra rendimento dos alunos. | Segundo a Secretaria Estadual de Educação o desempenho dos alunos no SAERS/2008 foi melhor do que o anterior. Os mais de 260 mil alunos avaliados de 2ª e 5ª série do EF e do 1º ano do EM apresentaram uma pequena elevação nos níveis de habilidades e competências. A secretária, Mariza Abreu acredita que a elevação do desempenho em deus-se devido as discussões, nas escolas, dos resultados do SAERS/2007 que buscaram alternativas de mudança nas ações pedagógicas. |
| Junho | 18/06/2009- | SAERS tem apresentação para escolas, | O Projeto Base do SAERS/2009 será apresentado aos representantes das escolas municipais, particulares e federais. O SAERS avalia alunos de 2ª série/ 3º ano e 5ª série/ 6ºano do EF e 1º ano do EM nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. |
| Julho | 10/07/2009- SEC expõe SAERS 2008 | gestores. | A Secretaria Estadual de Educação está orientando as escolas na análise e utilização dos resultados do SAERS. Conduzidos pelas CREs os gestores e supervisores das escolas participaram de reuniões de formação. A intenção é prepará-los para receberem os boletins com o desempenho dos alunos no SAERS/2008. De acordo com a coordenadora da comissão que supervisionou a elaboração do sistema, Sandra Negri, a proposta é capacitar os professores e diretores a utilizarem os resultados. “Primeiramente, a própria escola deve fazer uma avaliação dos índices de 2008, ante 2007. O principal objetivo não é que apenas alguns alunos tenham média mais alta, mas que mais estudantes consigam essas boas notas.” Para elevar o índice de aprendizagem dos estudantes, “é preciso que as instituições de Ensino entendam que as competências e as habilidades sejam trabalhadas de modo a formar o cidadão nesta era do conhecimento” frisa a coordenadora. Participam do SAERS alunos da 2ª de 2ª e 5ª série do EF e 1º ano do EM. As disciplinas avaliadas é Língua Portuguesa e Matemática. Em 2008 participaram cerca de 260 mil alunos de escolas públicas e particulares. CPERS critica a forma de avaliação - SAERS- escolhida pela Secretaria Estadual de Educação. Argumentando que vários elementos devem ser considerados, e que não pode ser estabelecido um parecer a partir de uma |
| | 23/07/2009- | CPERS critica a forma de avaliar. | |

| | | | |
|----------------|--|--|---|
| | | <p>23/07/2009- Avaliação revela problemas no Ensino público gaúcho.</p> | <p>única prova. Como também devem ser respeitadas as diversidades regionais do Estado do RS. Salientando que a melhoria da Educação resulta de investimentos nas instituições, qualidade de material pedagógico, condições de trabalho para os docentes e alunos e valorização do profissional.</p> <p>A coordenadora do SAERS, Sandra Negrini, frente aos resultados do SAERS/2008 esclarece que “Conseguimos melhor avaliação do desempenho em 2008, em relação a 2007, na distribuição dos alunos pela classificação da aprendizagem: abaixo do básico, básico, adequado e avançado”. Entretanto admite a necessidade de reforçar os trabalhos com vista a melhoria do desempenho dos alunos dentro das metas do Compromisso Todos pela Educação, que estabelece a melhoria da aprendizagem no país até 2022. A Secretaria Estadual de Educação promoveu capacitação dos Coordenadores Regionais para debater sobre os resultados do SAERS. A partir de agora fará um estudo, das escolas, com experiências exitosas, bem como as com resultados preocupantes. A coordenadora afirma ainda que “É preciso que a instituição de Ensino tenha uma atuação local para uma visão global. E também estar atento a questões como o material pedagógico utilizado e a escolarização da mãe do aluno”.</p> |
| <p>Agosto</p> | | <p>21/08/2009 – Ensino, ciência e cultura</p> | <p>O SAERS foi tema no Fórum de Educação da Agenda 2020. Com discussão de adesão da rede privada ao sistema, pois somente 18 das 1,9 mil instituições participaram</p> |
| <p>Outubro</p> | | <p>05/10/2009 – Escolas podem aderir ao SAERS</p> <p>13/10/2009– Agenda do Ensino.</p> <p>15/10/2009- SEC pede as CREs diálogo com escolas</p> | <p>A Secretaria Estadual de Educação anunciou que recebe a adesão de municípios e escolas particulares interessadas em participar do SAERS/2009. O SAERS abrangerá 2.6 mil escolas estaduais, além das municipais e particulares que aderirem. A prova será aplicada pelo Centro de Políticas Públicas da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – CAEd/UFJF que já conduziu as 2 edições anteriores. Este sistema estadual de avaliação faz parte das ações do Programa Estruturante Boa Escola para Todos. Através do SAERS a SEE/RS busca acompanhar a evolução do desempenho dos alunos, com vista a orientar políticas públicas educacionais. O resultado está dividido por níveis, que classificam a aprendizagem como:</p> |

| | | | |
|-----------------|--|--|---|
| | | | <p>abaixo do básico, básico, adequado e avançado. É aplicado na 2ª e 5ª série/3º e 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. Entre 2007 e 2008 participaram mais de 500 mil alunos.</p> <p>Prefeituras e instituições de ensino privado devem informar o total de escolas e alunos que participaram do SAERS/2009.</p> <p>O Secretário Estadual de Educação, Ervino Deon, em primeira reunião com as 30 Coordenadorias Regionais de Educação reiterou, dentre outros assuntos a aplicação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS.</p> |
| <p>Novembro</p> | | <p>23/11/2009 – SAERS- avaliação escolar inicia hoje.</p> | <p>Participam do SAERS/2009 2.6 mil escolas estaduais, além de 82 redes municipais e 18 instituições privadas. O governo prevê a participação de 325 mil alunos. A prova será aplicada pelo Centro de Políticas Públicas da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – CAEd/UFJF. Faz parte das ações do Programa Estruturante Boa Escola para Todos. Por meio do SAERS o governo busca acompanhar a evolução escolar dos alunos, visando orientar as políticas públicas educacionais. O resultado está dividido por níveis, que classificam a aprendizagem como: abaixo do básico, básico, adequado e avançado. Em 2008, conforme a SEE/RS mais de 70% dos alunos ficaram entre os níveis básico e adequado, cerca de 20% obtiveram resultados abaixo do básico e 10% atingiram o nível avançado.</p> <p>Participaram do SAERS/2009 325 mil alunos de 2.6 mil escolas estaduais, 82 municípios e 18 particulares, além do Colégio militar de Porto Alegre. Cerca de 12,5 mil turmas responderam a questionários que ajudarão a mapear a educação do Estado. Os resultados serão usados para conhecer melhor as demandas do sistema educacional gaúcho.</p> |
| | | <p>26/11/2009 – SAERS- aplicação das provas termina hoje</p> | |

**ANEXO C – DOCUMENTOS DE POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:
MAPEAMENTO ORGANIZADO POR CATEGORIA DA PESQUISA (1996-2009)**

| | | |
|---|---|--|
| Objetivo Do Sistema de Avaliação | 1996 Manual | Analisar o desempenho do Sistema Educacional como um todo – Escolas, Regiões, Estado. Gerar informações que subsidiem: o processo ensino – aprendizagem e a gestão democrática das escolas. |
| | 1996 Relatório das 2 fases | Idem Manual. |
| | 1996 Documento Preliminar | Idem Manual. |
| | 1998 documento preliminar dos resultados de 96/97. | O documento sinaliza os objetivos da avaliação de 1997, como: Detectar as áreas de maior dificuldade em relação aos conteúdos contidos nos testes; estabelecer os níveis de desempenho dos alunos conforme o grau de dificuldade das questões; detectar os aspectos dos processos mentais que fazem parte do ensino e aprendizagem; verificar, através da redação, o domínio da língua; verificar o desempenho dos alunos nas três e níveis de complexidade cognitiva avaliadas: conhecimento-compreensão e aplicação.; caracterizar os aspectos sócio-econômicos-culturais dos alunos de finalização de nível; subsidiar com informações que orientem a tomada de decisões para melhoria da Educação no Estado a SE, as DEs, as Secretarias Municipais e as escolas. |
| | 2005 Projeto SAERS/2005. | Diagnosticar as habilidades cognitivas na área de Leitura/Escreita e Matemática. |
| | 2006 Relatório Téc. Pedag. | Diagnosticar as habilidades cognitivas na área de Leitura/Escreita e Matemática. |
| | 2007 Projeto Básico | Diagnosticar as habilidades cognitivas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática nos alunos de 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e 1º ano de ensino médio. |

| | | |
|---|-------------------------------|--|
| | SAERS/ 2007 | Contribuir para ampliar a competência do professor na área de avaliação e na busca de alternativas didáticas mais adequadas ao processo de aprendizagem dos alunos. |
| 2007 | Boletim Pedagógico | Diagnosticar as habilidades cognitivas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática nos alunos de 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e 1º ano de ensino médio. |
| 2008 | Projeto Básico do SAERS/2008. | Avaliar, de forma objetiva e sistemática, a qualidade da educação básica oferecida nas escolas do Rio Grande de Sul, para formular, com base nos resultados, políticas públicas, estratégias e ações, para estabelecer padrões de qualidade para a educação básica dos gaúchos. E diagnosticar as habilidades cognitivas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática nos alunos de 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e 1º ano de ensino médio. |
| 26/2008 | Boletim Pedagógico | Avaliar, de forma objetiva e sistemática, a qualidade da educação básica oferecida nas escolas do RS, visando a formulação de políticas públicas, estratégias e ações, com vista a estabelecer padrões de qualidade a educação dos gaúchos. |
| 2009 | Projeto Básico SAERS/ 2009 | Avaliar, de forma objetiva e sistemática, a qualidade da educação básica oferecida nas escolas do Rio Grande de Sul, para formular, com base nos resultados, políticas públicas, estratégias e ações, para estabelecer padrões de qualidade para a educação do Estado. E diagnosticar as habilidades cognitivas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, adquiridas pelos alunos de 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e 1º ano de ensino médio. |
| 2009 | Guia de estudos | Idem Manual de 1996. E ainda diagnosticar as habilidades cognitivas na área de Leitura e Matemática. |
| 2009 | Boletim Pedagógico | Utilizar os resultados como subsídio para intervenções destinadas a garantir o direito do estudante a uma educação de qualidade. Diagnosticar o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento e níveis de escolaridade, bem como subsidiar a implantação, a reformulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no Estado. Avaliar, de modo permanente e contínuo, o sistema de ensino do RS. |
| Finalidade Do Sistema de Avaliação | 1996 Decreto 36.893/96 | Levantar indicadores para correção de prováveis desvios. Analisar o desempenho do Sistema Estadual de Ensino e gerar informações que subsidiem decisões sobre o processo de ensino e aprendizagem e sobre a alocação de recursos técnico-financeiros. Informar a comunidade escolar os resultados aferidos a fim de subsidiar a reavaliação e o aperfeiçoamento do Plano Integrado e da Proposta Pedagógica da escola. |

| | |
|---|---|
| 2005 Proj. Básico SAERS/2005 | Fornecer subsídios para a correção de políticas educacionais, visando, além da qualidade do ensino, a autonomia da escola, o estabelecimento de parcerias com diferentes segmentos e o desenvolvimento de uma cultura de avaliação que envolva toda a comunidade escolar. |
| 2007 Decreto n. 45.300/2007 | O SAERS tem a finalidade de aplicação de provas aos alunos do ensino fundamental e médio, bem como o preenchimento de questionários por alunos, professores, diretores e aplicadores das provas, visando avaliar o rendimento escolar e as condições internas e externas à escola que interferem no desempenho escolar. |
| 2007 Projeto Básico SAERS/ 2007 | Idem o Projeto Básico 2005. |
| 2007 Boletim Pedag/ 2007 | O explícito no Projeto Básico de 2005 e 2007. |
| 2008 Projeto Básico do SAERS/2008. | Finalidade do SAERS 2008 “fornecer subsídios para a correção de políticas educacionais, visando, além da qualidade do ensino, a autonomia da escola, o estabelecimento de parcerias com diferentes segmentos sociais em prol de uma melhor atuação da escola e desenvolvimento de uma cultura de avaliação que envolva toda a comunidade escolar”. |
| 2008 Boletim Pedagógico | Fornecer subsídios para a implementação na formação continuada de professores com base nas dificuldades dos alunos; divulgação das práticas desenvolvidas pelas escolas com os melhores resultados; identificação das escolas com resultados insuficientes para receber apoio do poder público. Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para a redução de desigualdades educacionais, visando desenvolver uma cultura de avaliação que envolva toda a comunidade escolar. |
| 2009 Projeto Básico SAERS 2009 | Finalidade do SAERS/2009 “fornecer subsídios para a correção de políticas educacionais, visando, além da qualidade do ensino, a autonomia da escola, o estabelecimento de parcerias com diferentes segmentos sociais em prol de uma melhor atuação da escola e desenvolvimento de uma cultura de avaliação que envolva toda a comunidade escolar”. |
| 2009 Guia de estudos | Participam escolas da rede pública estadual e da rede municipal e particular que quiserem aderir ao processo. Idem Projeto básico 2005, 2007 e o Boletim Pedagógico 2007. |
| 2009 Boletim Pedagógico | Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para a redução das desigualdades educacionais, fornecendo dados e informações para uma leitura da realidade. Promoção da qualidade e da equidade da educação. |

| Abrangência Do Sistema de Avaliação | 1996 – Roteiro | Prevê a abrangência da avaliação: escolas. DEs, matrículas por série. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|-------|------------------|------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------|---------------|--------|----------------------------|---------|----|------|--------|----|------|-------|----|------|--------|--|--|--|----|------|--------|--|--|--|-------|-------|--------|-------|------|
| | 1996 – Manual | <p>Municípios – 427. DEs – 30. Escolas – 3.355. Aproximadamente 479.898 pessoas envolvidas. Alunos envolvidos 454.543 (374.837 do E.F. e 79.706 do E.M.).</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">1º grau</th> <th colspan="2">2º grau</th> <th rowspan="2">alunos</th> </tr> <tr> <th>série</th> <th>turma s</th> <th>alunos</th> <th>série</th> <th>turma s</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2ª</td> <td>5150</td> <td>102725</td> <td>2ª</td> <td>2384</td> <td>79706</td> </tr> <tr> <td>5ª</td> <td>5624</td> <td>149954</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>7ª</td> <td>4384</td> <td>122158</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>total</td> <td>15158</td> <td>374837</td> <td>total</td> <td>2384</td> <td>79706</td> </tr> </tbody> </table> <p>Quadro conforme Manual p.8. Diretores- 3355 e Professores – 22.000.</p> | | 1º grau | | 2º grau | | alunos | série | turma s | alunos | série | turma s | 2ª | 5150 | 102725 | 2ª | 2384 | 79706 | 5ª | 5624 | 149954 | | | | 7ª | 4384 | 122158 | | | | total | 15158 | 374837 | total | 2384 |
| 1º grau | | 2º grau | | alunos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| série | turma s | alunos | série | | turma s | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2ª | 5150 | 102725 | 2ª | 2384 | 79706 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5ª | 5624 | 149954 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7ª | 4384 | 122158 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| total | 15158 | 374837 | total | 2384 | 79706 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1996 Relatório fases. 2 | Idem Manual. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1996 Doc Preliminar | Idem Manual. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1997- Anál. e anúncio Prog. de Qualif. de Docentes. | Alunos envolvidos 454 mil. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1998- Doc. preliminar dos resultados de 96/97. | <p>1996: Escolas – 3.355 e Alunos 454.543. O previsto no Manual de Orientações. Em 1997- Participação dos alunos da rede municipal de ensino de 278 municípios além de todos os alunos das séries avaliadas de todas as escolas da rede estadual em um total de 7.174 escolas. Número de alunos avaliados: Rede Estadual</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ens. Fundamental</th> <th>Ens. Médio</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4ª série 84.935</td> <td>3ª série 30.564</td> </tr> <tr> <td>8ª série 72.658</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total 157.593</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total Geral 188.157 alunos</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | Ens. Fundamental | Ens. Médio | 4ª série 84.935 | 3ª série 30.564 | 8ª série 72.658 | | Total 157.593 | | Total Geral 188.157 alunos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ens. Fundamental | Ens. Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4ª série 84.935 | 3ª série 30.564 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8ª série 72.658 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total 157.593 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total Geral 188.157 alunos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | <p>Rede Municipal</p> <table border="1" data-bbox="225 824 376 1641"> <tr> <td>Ens. Fundamental</td> <td>Ens. Médio</td> </tr> <tr> <td>4ª série 30.090</td> <td>3ª série 150</td> </tr> <tr> <td>8ª série 8.025</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total 38.115</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total Geral 38.265 alunos</td> <td></td> </tr> </table> <p>Rede Estadual e Municipal</p> <table border="1" data-bbox="453 824 604 1641"> <tr> <td>Ens. Fundamental</td> <td>Ens. Médio</td> </tr> <tr> <td>4ª série 115.025</td> <td>3ª série 30.714</td> </tr> <tr> <td>8ª série 80.683</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total 195.708</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total Geral 226.422 alunos</td> <td></td> </tr> </table> <p>Relatório da FAURGS- Avaliação Externa-1997</p> | Ens. Fundamental | Ens. Médio | 4ª série 30.090 | 3ª série 150 | 8ª série 8.025 | | Total 38.115 | | Total Geral 38.265 alunos | | Ens. Fundamental | Ens. Médio | 4ª série 115.025 | 3ª série 30.714 | 8ª série 80.683 | | Total 195.708 | | Total Geral 226.422 alunos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|------------------------------------|---|------------------|------------|-----------------|--------------|----------------|--|--------------|-------------|---------------------------|------------|------------------|------------|------------------|-----------------|-----------------|-----|---------------|-----|----------------------------|-----|-----|------|-------|-----|------|------|-----|-----|------|------|--------|------|-------|-------|------|-------|-------|-------|
| Ens. Fundamental | Ens. Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4ª série 30.090 | 3ª série 150 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8ª série 8.025 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total 38.115 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total Geral 38.265 alunos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ens. Fundamental | Ens. Médio | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4ª série 115.025 | 3ª série 30.714 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8ª série 80.683 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total 195.708 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total Geral 226.422 alunos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2005 | Projeto Básico SAERS/ 2005. | <p>Alunos das escolas estaduais de 2 Coordenadorias Regionais de Educação, 25ª e 32ª com sede respectivamente em Soledade e São Luiz Gonzaga, bem como alunos de escolas municipais de 77 Municípios que aderiram ao processo.</p> <p>Envolvendo: 332 turmas em 120 escolas rurais e urbanas com 5.397 alunos, em 29 Municípios da rede Estadual e 2.264 turmas em escolas municipais rurais e urbanas com 49.942 alunos em 77 Municípios.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2006 | Relatório Final Contrato de Gestão | <p>Quando a abrangência do Subcontrato de Gestão, das 117 escolas firmados participaram 115 devido a disponibilização de resultados em duas. Perfazendo um total de 19.707 alunos (11.432 da 25ª CRE e 8.275 da 32ª CRE). Destas foram premiadas 23 escolas da 25ª CRE e 14 escolas da 32ª CRE.</p> <p>Quando a abrangência apresenta o seguinte quadro</p> <table border="1" data-bbox="1018 622 1267 1641"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Rede</th> <th colspan="3">2ª série</th> <th colspan="3">5ª série</th> <th rowspan="2">Total geral</th> </tr> <tr> <th>Esta dual</th> <th>Muni cipal</th> <th>Total</th> <th>Esta dual</th> <th>Muni cipal</th> <th>total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Escola</td> <td>116</td> <td>740</td> <td>856</td> <td>107</td> <td>503</td> <td>610</td> <td>1466</td> </tr> <tr> <td>Turma</td> <td>145</td> <td>1296</td> <td>1441</td> <td>153</td> <td>952</td> <td>1105</td> <td>2546</td> </tr> <tr> <td>Alunos</td> <td>1865</td> <td>20812</td> <td>23677</td> <td>2666</td> <td>21082</td> <td>23748</td> <td>47415</td> </tr> </tbody> </table> <p>Quadro conforme o documento p.7.</p> | Rede | 2ª série | | | 5ª série | | | Total geral | Esta dual | Muni cipal | Total | Esta dual | Muni cipal | total | Escola | 116 | 740 | 856 | 107 | 503 | 610 | 1466 | Turma | 145 | 1296 | 1441 | 153 | 952 | 1105 | 2546 | Alunos | 1865 | 20812 | 23677 | 2666 | 21082 | 23748 | 47415 |
| Rede | 2ª série | | | 5ª série | | | Total geral | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Esta dual | Muni cipal | Total | Esta dual | Muni cipal | total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escola | 116 | 740 | 856 | 107 | 503 | 610 | 1466 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Turma | 145 | 1296 | 1441 | 153 | 952 | 1105 | 2546 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alunos | 1865 | 20812 | 23677 | 2666 | 21082 | 23748 | 47415 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2007 | | <p>Este Projeto apresenta uma estimativa de 13.884 turmas com 373.073 alunos da rede estadual que participariam</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Projeto Básico SAERS/ 2007 | do SAERS/2007 segundo fonte do Censo Escolar 2006 do INEP/MEC. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|--|--------|-------------------|--------|-----------------------|--------|-------|---------------------|-----|----|-----------------------|---------|-------|---------------------|-----|----|--------------|---------|-------|-------|---------|--------|
| 2007 Boletim Pedag./ 2007 | Apresenta a abrangência de 2005: 4.531 alunos das 223 escolas estaduais das 2 CREs (25ª e 32ª); 41.894 alunos das 1.243 escola municipais de 77 municípios que aderiram ao processo. Participaram da avaliação em 2007, 370 mil alunos, de 13.800 turmas de 2.856 escolas do Estado. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2008- 2011 Plano Plurianual | Avaliando 536.674 alunos da rede estadual nas 2ª e 5ª séries do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2008 Projeto Básico do SAERS/2008. | <p>Este Projeto apresenta uma estimativa de 12.179 turmas com 338.777 alunos da rede estadual que participariam do SAERS/2008, segundo o Movimento da Matrícula Real/SE/PROCERGS.</p> <p>Estimativa:</p> <table border="1" data-bbox="561 824 833 1641"> <thead> <tr> <th></th> <th>Matricula inicial</th> <th>Turmas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2ª série EF de 8 anos</td> <td>70.692</td> <td>2.961</td> </tr> <tr> <td>3º ano EF de 9 anos</td> <td>596</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>5ª série EF de 8 anos</td> <td>106.746</td> <td>3.976</td> </tr> <tr> <td>6º ano EF de 9 anos</td> <td>491</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>1º ano do EM</td> <td>170.252</td> <td>5.184</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>348.777</td> <td>12.179</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Movimento da Matrícula Real – abril/2008.</p> | | Matricula inicial | Turmas | 2ª série EF de 8 anos | 70.692 | 2.961 | 3º ano EF de 9 anos | 596 | 36 | 5ª série EF de 8 anos | 106.746 | 3.976 | 6º ano EF de 9 anos | 491 | 22 | 1º ano do EM | 170.252 | 5.184 | Total | 348.777 | 12.179 |
| | Matricula inicial | Turmas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2ª série EF de 8 anos | 70.692 | 2.961 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3º ano EF de 9 anos | 596 | 36 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5ª série EF de 8 anos | 106.746 | 3.976 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6º ano EF de 9 anos | 491 | 22 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1º ano do EM | 170.252 | 5.184 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 348.777 | 12.179 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2008 Boletim Pedagógico/ 2008 | <p>Apresenta a mesma abrangência para o ano 2005 explicita no Boletim de 2007.</p> <p>Para 2007- escolas municipais de 56 municípios, de 18 escolas da rede particular e uma federal, num total de 288.734 alunos avaliados.</p> <p>Para 2008 participaram do SAERS escolas da rede pública estadual, urbanas e rurais, independente do número de alunos, além de escolas municipais e particulares que aderirem ao processo.</p> <p>No ano de 2008 foram avaliados 243.584 alunos das 2.690 escolas estaduais e alunos das escolas municipais de 5 municípios, além de 15 escolas privadas uma federal, totalizando 2.706 escolas e 243.584 alunos.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2009 Projeto Básico SAERS/ 2009 | <p>Este Projeto apresenta uma estimativa de 12.060 turmas e 323.969 alunos da rede estadual que participariam do SAERS/2009, segundo o Movimento da Matrícula Real/SE/PROCERG.</p> <p>Estimativa:</p> <table border="1" data-bbox="1241 824 1355 1641"> <thead> <tr> <th></th> <th>Matricula</th> <th>Turmas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2ª série EF de 8 anos</td> <td>70.092</td> <td>2.895</td> </tr> <tr> <td>3º ano EF de 9 anos</td> <td>606</td> <td>31</td> </tr> </tbody> </table> | | Matricula | Turmas | 2ª série EF de 8 anos | 70.092 | 2.895 | 3º ano EF de 9 anos | 606 | 31 | | | | | | | | | | | | |
| | Matricula | Turmas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2ª série EF de 8 anos | 70.092 | 2.895 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3º ano EF de 9 anos | 606 | 31 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | |
|-----------------------------|--|---|-----------------------|---------|--------|
| | | | 5ª série EF de 8 anos | 103.881 | 3.965 |
| | | | 6º ano EF de 9 anos | 495 | 24 |
| | | | 1º ano do EM | 148.925 | 5.145 |
| | | | Total | 323.969 | 12.060 |
| | | Fonte: Movimento da Matrícula Real – Dezembro/2008. | | | |
| | 2009 | Apresenta a abrangência das avaliações nos seguintes anos: 1997- 3.297 escolas estaduais e ainda outras de 278 municípios; 1998- 3.297 escolas estaduais e 2.719 escolas municipais; 2005- 4.531 alunos das 223 escolas estaduais das 2 CREs (25ª e 32ª); 41.894 alunos das 1.243 escola municipais de 77 municípios que aderiram ao processo. 2007- foram avaliados 260 mil alunos da rede estadual e 30 mil alunos da rede municipal e particular. 2008- teve a abrangência de 300 mil alunos da rede estadual. | | | |
| Séries e Disciplinas | 1996 – - Roteiro | Seleção das matérias de avaliação por série e dos conteúdos sobre os quais implicaria a avaliação. | | | |
| | 1996 – Manual | 2ª, 5ª,7ª, série do ensino fundamental e 2ª série do ensino médio. | | | |
| | 1996 Relatório fases. | Idem Manual. | | | |
| | 1996 Documento Preliminar | Idem Manual. | | | |
| | 1997- Anál. e anúncio do Prog. de Qualif. de Docentes. | Previa mudanças para a aplicação em 1997 - 4ª e 8ª séries do 1º grau e 3ª série do 2º grau. As disciplinas seriam Português, Matemática e Ciências. | | | |
| | 1998- Documento preliminar resultados de | Relata a aplicação das provas, em 1996, nas 2ª, 5ª,7ª, série do ensino fundamental e 2ª série do ensino médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Em 1997 avaliação nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio e inclusão de redação no teste de Língua Portuguesa. | | | |

| | | |
|---|--|--|
| 96/97 | | |
| 2005 Projeto SAERS/2005. | Disciplinas - Leitura/Escrita e Matemática. Séries- 2ª e 5ª séries do ensino fundamental de 8 anos letivos ou 3º e 6º ano do ensino fundamental de 9 anos letivos. | |
| 2006 Relatório Tèc. Ped. | Reitera as séries, as disciplinas e as 2 coordenadorias que participaram do processo de avaliação de forma censitária. | |
| 2007 Decreto n. 45.300/2007 | 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio. Nas disciplinas de Língua Portuguesa (leitura, interpretação e produção de texto) e Matemática (resolução de problemas). | |
| 2007 Projeto Básico SAERS/ 2007 | 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio. Nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. | |
| 2007 Boletim Pedagógico/ 2007 | Cita que em 1996 foram avaliados alunos da 2ª, 5ª e 7ª série do ensino fundamental e 2º ano do ensino médio. Em 1997 e 1998 as séries foram a 4ª e 8ª série do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio nas disciplinas de Língua Portuguesa, Redação e Matemática. Em 2005 as disciplinas foram Língua Portuguesa com Redação e Matemática Em 2007 foram avaliadas a 2ª série/3º ano, 5ª série/6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e os alunos da 2ª série realizaram um ditado. | |
| 2008 Projeto Básico do SAERS/2008 | Participam alunos da 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio. As disciplinas avaliadas: Língua Portuguesa e Matemática. | |
| 2008 Boletim Pedagógico/ 2008 | Para os anos de 1996/1997 e 1998, este documento apresenta os mesmos dados do Boletim 2007. Quanto a 2005, o Boletim relata que participaram da avaliação alunos da 2ª série/3º ano e 5ª série/ 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio da 25ª e 32ª CREs. Em 2007 foram teste de Língua Portuguesa e Matemática a alunos 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio. Para 2008 participaram alunos da 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. | |
| 2009 Projeto Básico | Participam alunos da 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio. As disciplinas avaliadas são Língua Portuguesa e Matemática. Com questionário para alunos, professores, diretores | |

| | | |
|---|---------------------------|---|
| | SAERS /2009 | ou supervisores das escolas e turmas participantes, objetivando identificar fatores externos e internos às escolas que influenciam nos resultados da aprendizagem O Guia de estudos apresenta os dados a partir de 1996 a 2008: 1996- Língua Portuguesa e Matemática aos alunos da 2ª, 5ª e 7ª série do ensino fundamental e 2ª série do ensino médio. 1997- testes de Língua Portuguesa, Redação e Matemática a alunos da 4ª e 8ª série do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. 1998- novamente alunos da 4ª e 8ª série do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa, Redação, Matemática e Ciências. E para os alunos da 3ª série do ensino médio as disciplinas foram Língua Portuguesa, Redação, Matemática, Física, Química e Biologia. 2005- Língua Portuguesa, Redação e Matemática. 2007- 2ª série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio. Disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os alunos da 2ª série/3º ano realizaram um ditado. 2009- série/3º ano e 5ª série/6º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio das públicas e privadas do RS. Disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Gestores e Diretores das unidades envolvidas na avaliação. |
| Questionário respondido junto com os testes de avaliação | 1996 – Manual | Pelo diretor sobre a gestão da escola. |
| | 1996 Relatório 2 fases. | Aplicação de 2 instrumentos sobre a Gestão Escolar. Um respondido pelo diretor de cada uma das escolas estaduais e outro por um professor representante do Conselho Escolar. O instrumento do diretor apresentava: identificação pessoal e da escola, formação e experiência profissional, estrutura da gestão, avaliação da gestão, considerações sobre a 1ª fase da Avaliação Externa. O instrumento do professor representante do Conselho Escolar: identificação da escola e do professor, formação e experiência profissional, estrutura, desenvolvimento e avaliação da gestão. “Os resultados destas informações possibilitou o conhecimento do aproveitamento escolar dos alunos nas áreas e conteúdos definidos como programa, bem como, de algumas práticas de gestão e docência que, em interação, constroem o espaço sócio-cultural em que se desenvolve o processo ensino-aprendizagem”. |
| | 1996 Documento Preliminar | Questionário aos diretores das 3.355 escolas e pelo professor representante do Conselho Escolar. |
| | 1996 | Resultado dos dados processados e relatórios dos questionários respondidos pelos diretores e professores na |

| | | |
|-------|--|---|
| | Gestão Escolar – 2ª Fase | <p>avaliação de 1996.</p> <p>O questionário foi elaborado pelo DPAl. Em 29 de Novembro de 1996, 3049 diretores e 2914 professores representantes do Conselho Escolar responderam questões sobre: formação e experiência profissional; dinâmica estrutural; desenvolvimento e avaliação da gestão.</p> <p>O diretor ainda respondeu questões que envolviam a apreciação sobre a primeira fase de avaliação. O questionário do diretor continha 43 questões objetivas com 3 admitindo complementação. O questionário do professor era de 46 questões, onde 5 admitiam complementação. Na maioria das questões poderiam optar por mais de uma alternativa.</p> <p>Ressalva a importância de uma autonomia administrativa, financeira e pedagógica e eleição de diretores, como iniciativas que visam criar um espaço de participação e comprometimento dos diversos segmentos escolares.</p> |
| 1998- | documento preliminar dos resultados de 96/97 | <p>Comenta sobre os questionários aplicados em 1996 aos diretores e professor representante do Conselho Escolar.</p> <p>Em 1997 elaboração de questionário sócio-econômico-cultural dirigido aos alunos finalistas dos dois níveis de ensino.</p> <p>Em 1997 foi aplicado um questionário para os alunos de 8ª série do EF e 3ª série do EM referente a situação sócio-econômica e cultural.</p> |
| 2005 | Projeto Básico SAERS/ 2005. | <p>Questionário para alunos, professores, diretores ou supervisores com vista a identificar fatores externos e internos as escolas que influenciam na aprendizagem dos alunos. O projeto esclarece que os questionários deverão ser elaborados com base no SAEB e serem validados pelas secretarias participantes do processo.</p> |
| 2006 | Relatório Téc. Ped. | <p>Os alunos de 5ª série responderam, além da prova, um questionário socioeconômico cultural.</p> <p>Os questionários respondidos pelas 5ª séries continham 43 questões com informações pertinentes aos alunos e familiares. Os resultados das médias destes questionários também estão neste relatório.</p> |
| 2007 | Decreto n.45.300/2007 | <p>Preenchimento de questionários por alunos, professores, diretores e aplicadores das provas.</p> |
| 2007 | Projeto Básico SAERS/ 2007. | <p>Questionário para alunos, professores, diretores ou supervisores.</p> <p>Deverão ser elaborados com base no SAEB e ser validados pela Comissão Coordenadora Estadual do SAERS/2007.</p> |
| 2007 | Boletim Pedagógico/ | <p>Em 2005 estudantes, professores e diretores responderam ao questionário para identificar fatores externos e internos à escola que influenciavam nos resultados.</p> <p>Em 2007 alunos, professores e diretores responderam ao questionário com dados contextuais e informações de</p> |

| | |
|---|---|
| 2007 | infraestrutura de cada escola. |
| 2008 Projeto Básico do SAERS/2008. | Com questionário para alunos, professores, diretores ou supervisores. Os questionários deverão ser elaborados com base no SAEB e ser validados pela Comissão Coordenadora Estadual do SAERS/2008 e 2009. |
| 2008 Boletim Pedagógico/2008 | Relata que em 2007 alunos, professores e diretores preencheram questionários informando dados contextuais e informações sobre as condições de infraestrutura da cada escola. Questionário respondido pelos alunos, professores e diretores com o objetivo de identificar fatores externos e internos às escolas que influenciam nos resultados de aprendizagem. |
| 2009 Projeto Básico SAERS/ 2009 | Quanto aos questionários deverão ser elaborados com base no SAEB e ser validados pela Comissão Coordenadora Estadual do SAERS/2009. |
| 2009 Guia de estudos | Relata que: 1996- em cada escola estadual foram respondidos questionários sobre gestão escolar pelo diretor e por um professor representante do conselho escolar. 1997- os alunos responderam um questionário para levantamento do contexto sócio-econômico-cultural. 1998- foram aplicados questionários para levantamento de aspectos pedagógicos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática aos alunos da 8ª série do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. 2005- Alunos, professores e diretores responderam a questionários para a identificação de fatores externos e internos à escola que influenciam nos resultados. 2007- Questionário para diretores e/ou supervisores escolares para coleta de dados contextuais e de condições de infraestrutura. |
| 2009 Boletim Pedag. 2009 | Questionários aos estudantes, diretores e professores para a compreensão de fatores intra e extracurriculares que podem interferir, de maneira positiva ou negativa no desempenho dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento. |
| 2009 Boletim Contextual da Escola Vol. 4 SAERS/2009 | Apresenta as informações coletadas nos questionários contextuais respondidos pelos alunos e as possíveis relações com os resultados alcançados nos testes de proficiência de 2009. Estas informações servem de para auxiliar no planejamento de ações e práticas voltadas a melhoria da educação e promoção da equidade de oportunidades educacionais. Um dos objetivos deste documento é esclarecer a importância da escola no aprendizado dos alunos. Dois fatores são ressaltados: o nível socioeconômico dos alunos e a defasagem entre a idade que possuem e a série que frequentam. |

Fatores externos a escola são importantes para a compreensão da dinâmica do processo de ensino e de aprendizagem.

O estudo dos fatores contextuais e a relação com o desempenho dos alunos e importante para a 2 dimensões no âmbito escolar: a gestão e a pedagógica. Para a gestão oferece uma reflexão com vista a apontar soluções para a escola que deseja melhorar. Para a dimensão pedagógica são dados que permitem entendimento acerca das medidas de desempenho alcançadas pelos alunos nos testes de proficiência.

O documento clarifica a relação existente entre o nível socioeconômico das famílias dos alunos e o desempenho escolar. Relatando que, utilizando como indicador de pobreza a inclusão no Bolsa Família e os alunos que participaram do SAERS/2009, cerca de um terço das famílias dos alunos do 6º ano e um quinto do ensino médio estão inscritas no programa. O percentual de participação do programa no Bolsa Família é maior no nível fundamental onde o número de estudantes pobres é mais significativo. Desta maneira a relevância estatística da variável socioeconômica foi confirmada na pesquisa. Neste sentido, qual a função da escola? Pesquisa com relação a eficácia da escola tem comparado e analisado como diferentes fatores internos à escola influenciam no desempenho dos alunos. O documento cita as principais características de uma escola eficaz:

1. Liderança Eficaz – liderança objetiva e forte por parte do diretor, mas com abordagem participativa onde toda a equipe diretiva e os professores estejam envolvidos na tomada de decisões. Outra característica de um gestor eficaz seria a liderança pedagógica que compreende: a demarcação e conhecimento por todos dos objetivos; a coordenação do currículo e acompanhamento do ensino e progresso dos alunos; promoção de ambiente adequado para professores e alunos e promoção de um ambiente laboral de apoio de todos os segmentos escolares.

2. O professor e a eficácia no ensino – a construção de ambientes eficazes à aprendizagem nas salas de aula. Professor questionador, focado, supervisor das tarefas, aberto a questionamentos dos alunos.

3. Altas Expectativas quanto ao rendimento e ao comportamento – alta expectativa dos professores quanto aos alunos, alta expectativas do diretor com relação a sua equipe.

Segundo as pesquisas além destas características outros fatores de eficácia são:

1. Associados aos alunos – grande número de alunos em posição de autoridade e de responsabilidade; participação dos alunos em clubes e sociedades, esclarecimento quanto aos direitos dos alunos;
2. Associados à direção da escola – relevância na imposição de regras no que tange a vestimentas, comportamento e à moral, bom ambiente de trabalho com manutenção e decoração, enfoque na aprendizagem, cultura escolar positiva.
3. Associados à sala de aula – pressão nos estudos, uso do dever de casa, objetivos claros e bem definidos e de alta expectativa; gerenciamento adequado dos períodos de aula.

| | | |
|---------------------------------|---|---|
| | | <p>4.Associados aos Professores – modelo de comportamento estabelecidos pelos professores, liderança e envolvimento dos professores, treinamento efetivo.</p> <p>O documento apresenta também um gráfico conhecido como Diagrama de Dispersão que associa o índice socioeconômico médio das escolas avaliadas e a proficiência média das escolas avaliadas. A partir deste gráfico, cada escola tem como diagnosticar o quadrante em que se situa (quadrante 1, 2, 3, e 4). Para cada quadrante o documento apresenta a respectiva descrição.</p> <p>Apresenta ainda o Índice de Eficácia Escolar – IE:</p> <p>$IE = \text{proficiência geral média} / \text{índice socioeconômico médio}$</p> <p>A interpretação deste índice implica em quanto maior o seu valor, maior é a eficácia da escola, ou seja, a escola é capaz de fazer mais pelos seus alunos, reduzindo as desigualdades extraescolares melhorando o desempenho dos mesmos considerando o seu índice socioeconômico médio.</p> |
| <p>Operacionalização</p> | <p>1996 – Projeto -Roteiro</p> | <p>Previa a edição dos instrumentos de avaliação; seleção de canais de envio e recolhimento do material às escolas; aplicação dos instrumentos aos alunos e a gestão e emissão de relatórios.</p> |
| | <p>1996 – Manual</p> | <p>Determinava ser de Competência da Secretaria de Educação, das Delegacias de Ensino e das Escolas Estaduais o desenvolvimento do Projeto de Avaliação.</p> |
| | <p>1996 Relatório</p> | <p>Apresenta as 2 fases desenvolvidas na Avaliação das escolas públicas.</p> <p>Fase 1 - aplicação dos testes com alunos: abrangência, elaboração dos testes, treinamento.</p> <p>Após os testes, as folhas de respostas foram encaminhadas das escolas para as DEs e destas para a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos a fim de ser processado. Os dados originaram 4 relatórios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Classificação das questões por nível de complexidade cognitiva, grau de dificuldade e distribuição das alternativas por questão; 2.Média das disciplinas por série e grau; 3.Distribuição dos alunos do 2º grau por curso e percentuais de acertos por intervalo. 4. Distribuição dos alunos por faixa etária e percentuais de acertos por intervalos. <p>No final foram realizados ainda 2 levantamentos de opinião: um referente as atividades desenvolvidas pela Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional junto às chefias Pedagógicas das DEs, e outro relacionado aos testes da Avaliação, dirigido aos professores das escolas, representando por amostragem, todas as DEs.</p> <p>2ª fase- Aplicação do questionário da Gestão Escolar. Envolvendo um instrumento respondido pelo diretor de cada escola e outro instrumento respondido por um professor representante do Conselho Escolar.</p> <p>Esta fase ocorreu em 29/11/1996.</p> |
| <p>1996 –</p> | <p>A operacionalização será através do Programa Anual de Avaliação, constituídos de projetos elaborados e</p> | |

| | |
|---|---|
| Decreto 36.893/1996 | divulgados pelo SE. A implantação e implementação do Sistema de Avaliação Externa será de competência da SEE/RS, Delegacias de Ensino e das Escolas. Como também esclarece as atribuições de cada destas. Esboça que, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado, é de competência do Departamento Pedagógico e do Departamento de Planejamento, através da Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional, a implantação do Sistema de Avaliação clarificando todas as atividades e responsabilidades do mesmo. |
| 1996 Documento Preliminar | Coordenação Geral: SEE/RS Departamento Pedagógico; Departamento de Planejamento; Divisão de Pesquisa e Avaliação Institucional. Coordenação Regional: Delegacias de Ensino; Coordenação Local: Escolas Estaduais. |
| 1998- documento preliminar dos resultados de 96/97. | Apresenta a avaliação da rede pública estadual ocorrida em 26 e 27 de novembro de 1997. Os testes foram elaborados e validados por professores vinculados a escolas de Ens. Fundamental e Médio especialmente da rede pública e de instituições de ensino superior. Foram levados em consideração os níveis de competência cognitiva, enfocando desde ações de complexidade mínima (conhecimento) até as mais complexas (compreensão e aplicação do que foi apreendido). As questões foram distribuídas em fáceis, médias e difíceis. |
| 2005 Projeto Básico SAERS/ 2005. | Relata que a Secretaria de Estado - SEE/RS e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RS firmaram parceria com o propósito de retomada do Sistema de Avaliação implantando nos anos de 1996/1997 e 1998. Aplicado em um só dia, na 2ª quinzena de novembro. O projeto apresenta os produtos e serviços contratados no que tange a preparação da avaliação, análise dos dados e relatórios dos resultados. O projeto esclarece os produtos e serviços a serem contratados, como: as atividades de cadastro de escolas, turmas e alunos; elaboração das provas e questionários. É também de responsabilidade da contratada a impressão dos instrumentos de avaliação. Estabelece também, as condições de empacotamento, distribuição e recolhimento dos instrumentos. O treinamento das equipes de avaliação, coordenadores regionais e municipais acontecerá em Porto Alegre com 2 dias de duração sob responsabilidade da contratada, entretanto o custeio com hospedagem, remuneração ou gratificação será de responsabilidades das secretarias de educação. A aplicação das provas e questionários será de responsabilidade da secretaria estadual e municipal de educação. Para a correção das provas e processamentos dos dados das provas, dos questionários de alunos, professores e diretores ou supervisores a responsabilidade é da contratada segundo normativas estabelecidas no projeto. A contratada deverá organizar a base de dados de maneira estruturada em arquivos por Município, rede de ensino, escola, série/ano, turno e turma disponibilizando às Secretarias Estaduais e Municipais que participaram do SAERS/2005. A contratada deverá fazer a análise estatística dos dados de acordo com a Teoria da Análise Clássica e a Teoria de Resposta ao Item. Com base na leitura ótica das folhas de respostas, a contratada deverá organizar a base de dados com as respostas das provas dos alunos, dos questionários dos alunos, dos professores, dos diretores ou supervisores, sobre a infra |

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>estrutura da escola e as respostas do relatório do aplicador.</p> <p>Responsabilidades da SEE/RS e SMEDs- fornecer a contratada informações pertinentes ao processo de avaliação.</p> <p>Cronograma- Iniciado as atividades em setembro de 2005 até o encerramento em Abril de 2006.</p> <p>O relatório consiste em descrever a abrangência, a aplicação dos testes feito pelas secretarias de educação, o processamento e análise dos dados, com a introdução do uso da TRI, os resultados do desempenho dos alunos, índice socioeconômico e análise técnica e pedagógica dos itens de testes.</p> <p>As etapas referidas neste relatório dizem respeito às atividades de preparação, de análise dos dados e de elaboração de relatórios dos resultados. Toda a parte de preparação e elaboração da prova até o envio para as CREs e Secretarias Municipais de Educação foi da Fundação Cesgranrio. Após o recolhimento das folhas de respostas e dos questionários a análise de dados compreendeu a leitura e o processamento dos dados, a análise estatística dos dados com base na metodologia da Teoria Clássica e da TRI. Além da emissão de boletins de resultados as escolas e relatórios as CREs e SMED.</p> <p>O relatório descreve uma série de materiais de apoio elaborados para a realização do SAERS 2005, como; manuais, folhas de respostas, folhas de presença e listagem de materiais enviados e recolhidos das CREs, Para o treinamento dos Coordenadores Regionais e Municipais a Fundação Cesgranrio ministrou um seminário com duração de um dia e meio de Porto Alegre.</p> <p>Ficou sob a responsabilidade Secretaria Estadual e Municipal de Educação a escolha dos coordenadores e aplicadores de SAERS 2005.</p> <p>As provas foram aplicadas dia 23 de novembro/2005, no turno da manhã e tarde pelas equipes de cada Secretaria.</p> <p>Na obtenção dos resultados do SAERS 2005 foram realizadas a análise clássica dos itens dos testes e a análise TRI.O relatório apresenta as médias gerais do desempenho dos alunos por disciplina avaliadas, em cada série, nas redes municipais e nas Coordenadorias.</p> <p>Apresenta também a descrição dos níveis da escala de Língua Portuguesa e Matemática de cada série avaliada, como ainda o percentual dos alunos distribuídos em cada nível distribuídos de acordo com a série e disciplina.</p> |
| <p>2006</p> <p>Relatório</p> <p>Téc.Pedag.</p> | <p>2007</p> <p>Decreto</p> <p>45.300/2007</p> <p>n.</p> | <p>Decreto que o SAERS será aplicado em todas as escolas estaduais urbanas e rurais, com periodicidade não superior a 2 anos, podendo escolas municipais e particulares participar por adesão. Para as provas levar em consideração s: DCNs e PCNs para o ensino fundamental e médio; Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS nos PNLDs de 2006 e 2007; inclusão de itens cedidos pelo INEP/MEC que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano e do ensino médio com o SAEB; o acompanhamento da seleção de itens durante a elaboração das provas por comissão de especialistas indicados pela SEE/RS, UNDIME/RS e o SINEPE.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>2007 Projeto Básico SAERS/ 2007.</p> | <p>Apresenta inclusão das escolas particulares, a parceria com o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – SINEPE/RS. Coordenado pela SEE/RS, por meio do DEPLAN. Quanto aos produtos e serviços contratados o Projeto/2007 estabelece que a contratada deveria ter profissionais tecnicamente qualificados e com perfil de acordo com as funções a serem desempenhadas. Esclarece que a contratada realizará as atividades de cadastro de escolas, turmas e alunos; elaboração das provas e questionários. Especifica também, as condições de empacotamento, distribuição e recolhimento dos instrumentos.</p> <p>As equipes de aplicação da avaliação do Projeto /2007 foram compostas por 30 coordenadores regionais (não remunerados), 1 supervisor regional para cada 40 turmas e 1 aplicador para cada turma (ambos remunerados). O Projeto estabelecia a função de cada um.</p> <p>Será de responsabilidade da contratada o treinamento das equipes de avaliação, composta por 30 coordenadores e cerca de 350 supervisores regionais, com duração de até 2 dias em Porto Alegre. As despesas serão da contratada.</p> <p>O projeto/2007 prevê que a contratada seja responsável pela aplicação dos instrumentos de avaliação de acordo com um cronograma fixado pela SEE/RS.</p> <p>A secretaria será responsável pelos materiais e procedimentos de divulgação da avaliação a comunidade escolar. Para a correção das provas e processamentos dos dados das provas, dos questionários de alunos, professores e diretores ou supervisores a responsabilidade é da contratada segundo normativas estabelecidas no projeto.</p> <p>A contratada deverá organizar a base de dados de maneira estruturada em arquivos por Município, rede de ensino, escola, série/ano, turno e turma disponibilizando à Secretaria Estadual de Educação.</p> <p>A contratada será responsável pela análise dos resultados e pelo fornecimento de boletins de desempenho e relatórios de avaliação e envio à SEE/RS. A contratada deverá fazer a análise estatística dos dados de acordo com a Teoria da Análise Clássica e a Teoria de Resposta ao Item – TRI.</p> <p>Responsabilidades da SEE/RS - fornecer a contratada informações pertinentes ao processo de avaliação.</p> <p>Cronograma- Iniciado as atividades em setembro de 2007 até o encerramento em Abril de 2008.</p> |
| <p>23/2007 Boletim Pedagógico</p> | <p>Composto por 5 boletins: um para a 2ª série/3º ano; dois para a 5ª série/6º ano um em Língua Portuguesa e outro em Matemática e dois para o 1º ano do ensino médio, um para Língua Portuguesa e outro para Matemática. O objetivo deste material é qualificar e orientar a ação pedagógica no Estado.</p> <p>Esclarece que o SAERS é uma iniciativa da SEE/RS em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RS), com o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS) e com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Relata que os dados coletados pela avaliação do desempenho escolar</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>possibilitam a reorientação das políticas públicas e do trabalho realizado pelos professores, com vista à equidade e à qualidade da Educação.</p> <p>Junto com o Boletim a escola tem acesso a um DVD com programas e informações sobre avaliação. Este boletim foi formatado para dar a impressão de ser uma viagem pelos caminhos da avaliação em larga escala. Cada capítulo é denominado de estação e a travessia deverá ocorrer a equipe diretiva e pedagógica e professores.</p> <p>A primeira Estação apresenta a Matriz de Referência para a avaliação de 2007 com a identificação e compreensão de seus descritores nas disciplinas de língua Portuguesa e Matemática em cada série avaliada. Traz a explicação do que são os itens de um teste de proficiência; esclarece como são realizados e elaborados os testes de proficiência. Clarifica quanto a metodologia de análise dos testes de proficiência.</p> <p>A Estação II apresenta as escalas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática em cada série avaliada, os resultados individual de cada escola, o diagnóstico pedagógico e sugestões de atividades para os professores trabalharem com os alunos em sala de aula. Relata que em 1997 e 1998, ocorreu a parceria com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS,</p> |
| <p>2008- 2011 Plano Plurianual</p> | | <p>Com a preocupação com a universalização do acesso, redução do índice de reprovação e da evasão escolar o PPA 2008-2011 estabelece a “revisão dos currículos escolares com base nos parâmetros nacionais, nas competências e habilidades cognitivas das matrizes de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e da Prova Brasil”. (p.72). Neste sentido, o Governo Estadual objetiva estabelecer escalas de habilidades e competências cognitivas a serem desenvolvidas em língua portuguesa, matemática e na alfabetização para o nível fundamental e médio.</p> <p>Segundo o documento as estratégias para intensificar maior qualidade ao ensino fundamental e médio são a “implantação de um sistema de avaliação externa que permita aferir os níveis de aprendizagem na rede de ensino gaúcha comparado a padrões nacionais internacionais e a criação de incentivos às escolas e professores e capacitação de professores e gestores escolares visando à melhoria da qualidade do ensino e da gestão escolar.” (p.73). O SAERS, em parceria com a rede municipal e particular, será implantado em 2008 e 2010.</p> |
| <p>2008 Projeto Básico do SAERS/2008</p> | | <p>Semelhante ao Projeto Básico - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar – SAERS/2007 o Projeto de 2008 está dividido nas mesmas 5 partes.</p> <p>Parceria com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIM/RS e o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – SINEPE/RS.</p> <p>Quanto aos produtos e serviços contratados o Projeto/2008 estabelece que a contratada deverá ter profissionais tecnicamente qualificados e com perfil de acordo com as funções a serem desempenhadas.</p> <p>Atividades a serem desenvolvidas- O projeto/2008 e 2009 referencia que a contratada realizará as atividades de</p> |

cadastro de escolas, turmas e alunos; elaboração das provas e questionários. É de responsabilidade da contratada a impressão dos instrumentos de avaliação segundo especificações e quantidades determinada no projeto 2008 e 2009. Especifica também, as condições de empacotamento, distribuição e recolhimento dos instrumentos.

As equipes de aplicação da avaliação do Projeto /2008 e 2009 foram compostas por 30 coordenadores regionais (não remunerados), 1 supervisor regional para cada 40 turmas e 1 aplicador para cada turma (ambos remunerados). O Projeto estabelecia a função de cada um.

Será de responsabilidade da contratada o treinamento das equipes de avaliação, composta por 30 coordenadores e cerca de 350 supervisores regionais, com duração de até 2 dias em Porto Alegre. As despesas serão da contratada.

O projeto/2008 e 2009 prevê que a contratada seja responsável pela aplicação dos instrumentos de avaliação de acordo com um cronograma fixado pela SEE/RS.

A secretaria será responsável pelos materiais e procedimentos de divulgação da avaliação a comunidade escolar.

Para a correção das provas e processamentos dos dados das provas, dos questionários de alunos, professores e diretores ou supervisores a responsabilidade é da contratada segundo normativas estabelecidas no projeto. Quanto à correção das provas a única alteração ocorrida desde o SAERS/2005 está na avaliação do ditado da 2ª série ou 3º ano do ensino fundamental que deverá ser observado o emprego da grafia correta de palavras formadas por sílabas simples; uso de marcas de nasalização, de letras concorrentes, de dígrafo, de letra maiúscula e o uso de sinais de pontuação. A contratada deverá organizar a base de dados de maneira estruturada em arquivos por Município, rede de ensino, escola, série/ano, turno e turma disponibilizando à Secretaria Estadual de Educação.

Será responsável pela análise dos resultados e pelo fornecimento de boletins de desempenho e relatórios de avaliação e envio à SEE/RS. A contratada deverá fazer a análise estatística dos dados de acordo com a Teoria da Análise Clássica e a Teoria de Resposta ao Item – TRI.

Quanto ao Boletim Pedagógico, o Projeto Básico do SAERS/2008, ressalta que os mesmo deve conter a seguinte estrutura: Elementos pré-textuais; Elementos textuais (introdução e três capítulos: 1º) Matriz de Referência, Itens, Metodologia de Análise, TRI; 2º) Análise dos resultados da escola; 3º) Análise pedagógica dos itens); Elementos pós-textuais. Devem conter ainda a introdução com os principais conceitos utilizados nas avaliações externas.

Responsabilidades da SEE/RS – fornecer, a contratada, informações pertinentes ao processo de avaliação.

Segundo o Projeto Básico SAERS/2008 os dados de alunos e de escolas serão fornecidos de acordo com o Movimento da matrícula real/abril 2008.

Nestes projetos aparecem estabelecidos a forma de pagamento dos trabalhos à contratada pela SEE/RS

Cronograma - Iniciado as atividades em setembro de 2008 até o encerramento em Abril de 2009.

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>Salienta que os resultados do SAERS deverão permitir as secretarias de educação e as escolas reorientarem suas áreas de atuação e ações, especialmente quanto à formação continuada dos professores e, no caso das SEE/RS, ao exercício da função redistributiva com as escolas quanto à alocação de recursos humanos e/ou matérias, na perspectiva da equidade e melhoria da qualidade do ensino.</p> <p>O Projeto Básico - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul SAERS/2008 estabelece que para os Municípios, trata-se agora de verificar se as políticas adotadas revertem em melhoria dos níveis de aprendizagem dos alunos. E para as SEE/RS, além de acompanhar os resultados obtidos, trata-se de implementar o processo avaliativo no primeiro ano de gestão de maneira a possibilitar a reorientação das políticas públicas educacionais nos quatro anos subsequentes correspondente a execução do Plano Plurianual elaborado em 2007. Condições gerais- Coordenado pela SEE/RS, por meio do DEPLAN.</p> |
| <p>2008 Boletim Pedagógico/ 2008</p> | | <p>A distribuição por série e disciplina dos Boletins é a mesma dos Boletins de 2007. O documento aponta que os Boletins têm como objetivo “promover a discussão dos resultados, possibilitando a todos conhecer o desempenho da escola, identificando as habilidades fundamentais que foram, e as que ainda não foram, adequadamente desenvolvidas pelos alunos. Esse é um passo importante para o reconhecimento de boas práticas pedagógicas e para a construção de novas ações capazes de elevar os níveis de aprendizagem dos alunos”.(p.8).</p> <p>Na Estação I é apresentado o histórico e os objetivos do SAERS.;</p> <p>A Estação II relata a Matriz de Referência para a avaliação com a identificação e compreensão de seus descritores nas disciplinas de língua Portuguesa e Matemática em cada série avaliada. Traz a explicação da composição dos testes de proficiência, clarifica quanto a metodologia de análise dos testes de proficiência.</p> <p>Na Estação III está o Diagnóstico, ou seja, os resultados e a análise do desempenho de cada escola nas disciplinas e séries avaliadas.</p> <p>Na última estação, denominada de Mudança é apresentado sugestões de atividades pedagógicas.</p> <p>Para a SEE/RS os resultados tratam de implementar o desempenho dos alunos no primeiro ano de gestão, de maneira a reorientar a execução do Plano Plurianual 2008-2011. Já para os Municípios o SAERS/2207 trata-se de verificar se as políticas adotadas reverteram-se em melhoria da aprendizagem dos alunos.</p> <p>Ademais o conteúdo apresentado é o mesmo, com exceção dos resultados que são de 2008.</p> |
| <p>2009 Projeto Básico SAERS /2009</p> | | <p>Semelhante ao Projeto Básico 2007 e o 2008 - o Projeto de 2009 está dividido nas mesmas 5 partes.</p> <p>Parceria com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/RS e o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – SINEPE/RS.</p> <p>O documento apresenta um breve histórico da avaliação no Estado desde 1996 a 2008 relatando as séries e disciplinas avaliadas e a abrangência em cada ano.</p> |

Visando apoiar melhor as escolas a SEE/RS realiza uma pesquisa de perfil socioeconômico das comunidades atendidas pelas escolas de rede estadual. Assim, é coletado informações relativas à escolaridade, ocupação/trabalho e renda familiar das famílias dos alunos. O SAERS/ 2009 será Coordenado pela SEE/RS, por meio do DEPLAN.

Quanto aos produtos e serviços contratados o Projeto/2009 estabelece que a contratada deverá ter profissionais tecnicamente qualificados e com perfil de acordo com as funções a serem desempenhadas.

O projeto/2009 referencia que a contrata realizará as atividades de cadastro de escolas, turmas e alunos; elaboração das provas e questionários.

É de responsabilidade da contratada a impressão dos instrumentos de avaliação segundo especificações e quantidades determinada no projeto 2008. Especifica também, as condições de empacotamento, distribuição e recolhimento dos instrumentos.

As equipes de aplicação da avaliação do Projeto 2009 foram compostas por 30 coordenadores regionais (não remunerados), 1 supervisor regional para cada 150 turmas e 1 aplicador para cada turma (ambos remunerados pela contratada). O Projeto estabelecia a função de cada um.

Será de responsabilidade da contratada o treinamento das equipes de avaliação, composta por 30 coordenadores e cerca de 350 supervisores regionais, com duração de até 2 dias em Porto Alegre. As despesas serão da contratada.

O projeto/2009 prevê que a contratada seja responsável pela aplicação dos instrumentos de avaliação de acordo com um cronograma fixado pela SEE/RS.

A secretaria será responsável pelos materiais e procedimentos de divulgação da avaliação a comunidade escolar.

Para a correção das provas e processamentos dos dados das provas, dos questionários de alunos, professores e diretores ou supervisores a responsabilidade é da contratada segundo normativas estabelecidas no projeto.

A contratada deverá organizar a base de dados de maneira estruturada em arquivos por Município, rede de ensino, escola, série/ano, turno e turma disponibilizando à Secretaria Estadual de Educação. Será responsável pela análise estatística e pedagógica dos resultados das provas e dos questionários, pelo fornecimento de boletins de desempenho, relatórios de avaliação e envio à SEE/RS. A contratada deverá fazer a análise estatística dos (de acordo com a Teoria da Análise Clássica e a Teoria de Resposta ao Item – TRI.

Quanto aos Boletins de desempenho, o Projeto Básico do SAERS/2009, mantém a estrutura de 2008, entretanto muda o conteúdos dos capítulos: Elementos pré-textuais (Introdução e três capítulos: 1º) Contextualização dos resultados da escola; 2º) Análise Pedagógica dos itens; 3º) Relatos de experiências em avaliação.; Elementos pós-textuais. Devem conter ainda a introdução com os principais conceitos utilizados nas avaliações em larga escala.

| | | |
|------|--------------------------|---|
| | | <p>4. Responsabilidades da SEE/RS – fornecer, a contratada, informações pertinentes ao processo de avaliação. Segundo o Projeto Básico SAERS/2008 e 2009 os dados de alunos e de escolas serão fornecidos de acordo com o Movimento da matrícula real/abril 2008 e 2009.</p> <p>Nestes projetos aparecem estabelecidos a forma de pagamento dos trabalhos à contratada pela SEE/RS. Uma novidade neste Projeto/2009 é o item sobre divulgação e apropriação dos resultados, onde a contratada deverá apresentar um projeto com a programação das formas de divulgação e apropriação dos resultados do SAERS/2009. Isto para garantir que os professores das escolas estaduais tenham uma maior e melhor compreensão da avaliação externa da aprendizagem e a possibilidade de utilizar os resultados na melhoria da qualidade do ensino.</p> <p>5. Cronograma - Iniciado as atividades em setembro de 2008 e respectivamente de 2009 até o encerramento em Abril de 2009 e 2010.</p> |
| 2009 | Guia de estudos | <p>1997 – Parceria com a FAMURS.</p> <p>2005- A Secretaria de Educação do RS firmou parceria com a União dos Dirigentes de Educação- RS para retomada do sistema de avaliação.</p> <p>2007- Buscando redimensionar as políticas públicas na educação e qualificar o processo ensino – aprendizagem que o SAERS foi instituído pelo Decreto 45.300/2007. Realizado sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação em parceria com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME-RS e pelo Sindicato das Escolas Particulares do Estado RS – SINEPE.</p> |
| 2009 | Boletim Pedagógico/ 2009 | <p>Relata que desde 2007 a Secretaria de Estadual de Educação juntamente com A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação –UNDIME/RS e o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado – SINEPE/RS desenvolvem o programa de avaliação do Estado do RS, o SAERS. Em 2009 foi firmada parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – CAEd/UFJF.</p> <p>Este documento vem diferente dos produzidos em 2007 e 2008. Está dividido em 4 volumes que integram a Coleção SAERS/2009:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Boletim do Programa de Avaliação – Apresenta a abrangência, as Matrizes de Referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com os devidos descritores e itens, a composição dos testes e a metodologia de análise. 2. Boletim de Resultados Gerais - Informações da participação na avaliação e os resultados de proficiência para toda as séries/anos e disciplinas avaliadas por Estado, CRE, Município e Escolas. 3. Boletim de Resultados da Escola- Informa a cada escola os resultados de proficiência e sua interpretação qualitativa, como também os Padrões de Desempenho e a Análise Pedagógica dos itens do teste. |

| | | |
|---|---|---|
| | | <p>4.Boletim Contextual- Informa os fatores intra e extraescolares que interferem nos resultados, o Índice de Eficácia da Escola, fator que permite compreender o resultado do desempenho escolar, controlado o nível socioeconômico dos estudantes, e os resultados contextuais de cada unidade escolar.</p> <p>Relata que o Governo do Estado lançou e 2008 os Programas Estruturantes que são projetos multissetoriais que contemplam diversas ações fundamentais ao crescimento do Estado e à melhoria da qualidade de vida dos gaúchos. E o SAERS faz parte de um dos conjuntos de projetos que compõem o Programa Estruturante Boa Escola Para Todos.</p> <p>Os resultados que chegam as escolas estão apresentados dentro dos Padrões de Desempenho definidos para o uso pedagógico da avaliação, permitindo a comparação ano a ano.</p> <p>O SAERS busca oferecer as CREs, prefeituras, escolas e aos alunos um diagnóstico do desempenho das redes de ensino.</p> |
| <p>Elaboração e Estrutura das provas</p> | <p>1996 – Projeto -Roteiro</p> <p>1996 – Manual</p> | <p>Previa a constituição da equipe executiva e de consultores, montagem dos instrumentos, teste de campo e análise dos resultados.</p> <p>Foram constituídas equipes de especialistas nas duas disciplinas avaliadas, com assessoramento de técnicos da Divisão de Pesquisa.</p> <p>Os teste, em forma de caderno, compunha-se de 30 questões objetivas com 5 alternativas de respostas, exceto os da 2ª série com 20 questões com 3 alternativas. Além do caderno de teste cada aluno recebeu uma folha de resposta.</p> |
| | <p>1996– Relatório das 2 fases.</p> | <p>Elaborados a partir de uma equipe específica com longa experiência neste tipo de trabalho. Seguindo alguns passos importantes: 1.Levantamento dos conteúdos desenvolvidos nas escolas; 2.Seleção e contratação de professores especialistas para elaboração dos programas de cada série nas disciplinas de Português e Matemática;</p> <p>3. Orientação aos elaboradores do programa quanto aos procedimentos e objetivos da avaliação, supervisão e acompanhamento do trabalho. E quanto as competências e habilidades desenvolvidas pelas disciplinas, bem como em relação a sistemática dos testes e metodologia para abordagem de conteúdos e elaboração das questões; 4. Análise técnico-linguística das questões dos testes; 5. Discussão com os elaboradores dos testes das questões que apresentaram problemas; 6. Seleção e contratação de professores especialistas para validação do conteúdo e fixação do gabarito dos testes, orientação, supervisão e acompanhamento dos trabalhos; 7. Assessoramento aos elaboradores e validadores dos testes; 8. Acompanhamento e supervisão do processo de digitação e revisão após cada etapa; 9.Revisão final dos originais dos teses.10.Acompanhamento e supervisão junto a gráfica, empacotamento e distribuição as DEs.</p> |
| | <p>1996</p> | <p>Provas escritas com questões de caráter teórico, destinadas a avaliação da rede pública estadual. A Divisão de</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>Instruções quanto a elaboração das provas.</p> | <p>Pesquisa e Avaliação Institucional fornecerá, ao elaborador, o material básico à confecção das provas, consistindo em "MAPEAMENTO DA PROVA", com indicação do número de questões, distribuídas da seguinte forma: 06 fáceis, 21 médias e 03 difíceis, "FOLHAS DE QUESTÃO DE PROVAS" E "PROGRAMAS". As instruções referiam-se a apresentação da prova, quanto as questões, quanto a entrega das provas.</p> <p>O documento destaca duas observações:</p> <p>"1. A partir do momento da entrega da prova a esta Divisão e até a data de sua aplicação, caberá a ambas as patês contratantes a responsabilidade de manter o sigilo das mesmas;</p> <p>2. Durante a aplicação das provas, os professores elaborador e validador deverão se manter a disposição da DIVISÃO para contra-argumentar possíveis recursos impetrados para anulação de questões, uma vez que o conteúdo da prova é responsabilidade do elaborador e do validador".</p> |
| <p>2005</p> <p>Projeto Básico SAERS/ 2005.</p> | | <p>Objetiva de Leitura e Matemática, com questões de múltipla escolha com 4 alternativas para 2 a série/3º ano composta por 4 blocos de 7 itens cada um sendo 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática e com 4 questões subjetivas. Para os alunos de 5ª série/6º ano a prova será objetiva com questões de múltipla escolha composta por 4 blocos de 10 itens cada um, sendo 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática</p> <p>Para as provas levaram em consideração s: DCNs e PCNs para o ensino fundamental; Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS nos PNLDs/2004 e 2005; textos selecionados a partir dos tipos de gêneros especificados nas Matrizes de Referência do SAEB; inclusão de itens que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano com o SAEB; classificação dos itens quanto ao grau de dificuldade- fácil, médio-difícil; utilização de diferentes recursos gráficos.</p> |
| <p>2006</p> <p>Relatório Têc. Ped.</p> | | <p>Os alunos de 2ª e 5ª série responderam as provas e os de 5ª série responderam ainda um questionário socioeconômico cultural. Nas duas séries as provas de Leitura e Matemática eram compostas por questões de múltipla escolha com quatro alternativas e também a uma redação. Segundo o relatório foi prestada atenção aos aspectos multiculturais do RS para que regionalidade fosse contemplada na seleção dos textos da prova. Para a 2ª série a prova foi composta por 4 blocos de 7 questões cada um, sendo 2 de Leitura e 2 de Matemática e por 5 questões introdutórias para identificar o nível de alfabetização da criança. Os alunos que não conseguiram responder a elas eram instruídos a desenharem e o aplicador fazia uma ressalva na capa da prova colocando "não alfabetizado". Cada aluno respondeu a 28 itens. Para a 5ª série a prova era composta de 4 blocos de 10 itens, sendo 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática. Cada aluno respondeu a 40 questões. Nesta prova , em cada disciplina, foi incluído um bloco de itens de 4ª séries calibrados nas escalas de desempenho do SAEB de modo a ser estabelecido um padrão de referência para análise comparativa dos alunos de 5ª serei do SAERS com os</p> |

| | | |
|------|-----------------------------|---|
| | | <p>brasileiros. Na 2ª série as respostas dos alunos foi no próprio caderno já na 5ª série a folha de resposta foi colocada no final. As redações foram corrigidas por Bancas de professores de Língua Portuguesa na sede da Fundação Cesgranrio. Foi considerado também, na elaboração dos itens, o grau de dificuldades de cada um em fácil, médio e difícil. O questionário dos alunos de 5ª série tinha por objetivo coletar informações sobre o contexto socioeconômico e cultural como ainda a trajetória de escolarização. O relatório esboça um quadro final onde está o total de alunos respondentes da 5ª série, a média de proficiências em cada disciplina e a média do nível socioeconômico, por municípios que participaram do SAERS/2005 e na 25ª e 32ª CRE s.</p> |
| 2007 | Decreto 45.300/ 2007 | <p>As provas de 2007 avaliam habilidades e competências cognitivas em Língua Portuguesa (leitura, interpretação e produção de texto) e Matemática (resolução de problemas).</p> |
| 2007 | Projeto Básico SAERS/ 2007. | <p>Quanto a estrutura das provas- Objetiva de Leitura e Matemática, com questões de múltipla escolha com 4 alternativas para 2 a série/3º ano composta por 4 blocos de 7 itens cada um seno 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática e com ditado de pequeno. Para os alunos de 5ª série/6º ano a prova será objetiva com questões de múltipla escolha composta por 4 blocos de 10 itens cada um, sendo 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática A diferença para o 1º ano do Ensino Médio está na composição dos blocos que será de 4 blocos de 13 itens cada um, sendo 2 de Leitura e 2 de Matemática.</p> <p>Para as provas levaram em consideração os: DCNs e PCNs para o ensino fundamental e médio; Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS nos PNLDS/2006 e 2007; textos selecionados a partir dos tipos de gêneros especificados nas Matrizes de Referência do SAEB;</p> <p>inclusão de itens que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano e do 1º ano do ensino médio com o SAEB; classificação dos itens quanto ao grau de dificuldade- fácil, médio-difícil; utilização de diferentes recursos gráficos.</p> |
| 2007 | Boletim Pedagógico/ 2007 | <p>A montagem dos testes seguiu o modelo chamado Blocos Incompletos Balanceados – BIB, onde os itens são organizados em blocos que compõe diferentes cadernos de maneira a contemplar as habilidades básicas para cada nível de escolaridade avaliado. Estes itens foram pré-testados. Foram utilizados 49 itens de Língua Portuguesa e 49 itens de Matemática. Estes itens foram dispostos em 7 blocos com 7 itens cada para cada disciplina e, através do BIB, foram gerados 21 modelos diferentes de cadernos. Cada caderno é composto por 4 blocos de itens, sendo os cadernos pares iniciados com 2 blocos de Língua Portuguesa (14 questões) seguidos de 2 blocos de Matemática (14 questões) e os cadernos ímpares na ordem inversa, o que perfaz um total de 28 questões para cada aluno responder. Com o objetivo de gerar uma escala de habilidade única e comparável com a escala gerada</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>em 2005, foram definidos cerca de 20% de itens comuns entre a avaliação de 2005 e a 2007. Isto garante a comparabilidade dos resultados. Para a 2ª série/3º ano além do teste os alunos realizaram um ditado composto por um diálogo com 3 frases.</p> |
| <p>2008 Projeto Básico do SAERS/2008</p> | | <p>Quanto a estrutura das provas - Objetiva de Leitura e Matemática, com questões de múltipla escolha com 4 alternativas para 2 a série/3º ano composta por 4 blocos de 7 itens cada um seno 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática e com ditado de pequeno. Para os alunos de 5ª série/6º ano a prova será objetiva com questões de múltipla escolha composta por 4 blocos de 10 itens cada um, sendo 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática A diferença para o 1º ano do Ensino Médio está na composição dos blocos que será de 4 blocos de 13 itens cada um, sendo 2 de Leitura e 2 de Matemática.</p> <p>Para as provas levaram em consideração os: DCNs e PCNs para o ensino fundamental e médio; Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS nos PNLDs /2006, 2007 e 2008; textos selecionados a partir dos tipos de gêneros especificados nas Matrizes de Referência do SAEB/2008; inclusão de itens que viabilizem a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano e do 1º ano do ensino médio com o SAEB; classificação dos itens quanto ao grau de dificuldade-fácil, médio-difícil; utilização de diferentes recursos gráficos.</p> |
| <p>2008 Boletim Pedagógico/2008</p> | | <p>Os testes foram montados segundo o BIB. Para 2ª série/3º ano do ensino fundamental foi utilizado 49 itens de língua Portuguesa e 49 itens de Matemática. Estes itens foram dispostos em 7 blocos com 7 itens cada para cada disciplina. Cada caderno é composto por 4 blocos de itens, sendo 2 de Língua Portuguesa e 2 de Matemática, totalizando 28 itens e um ditado de um texto simples para cada aluno responder.</p> <p>Já para a 5ª série/6º ao foi utilizado 77 itens de Língua Portuguesa e 77 itens de Matemática dispostos em 7 blocos de 11 itens. Cada caderno de teste é composto por 2 blocos de Língua Portuguesa (22 itens) e 2 blocos de Matemática (22 itens) totalizando 44 itens para cada aluno.</p> <p>E para o 1º ano do ensino médio foram selecionados 91 itens de Língua Portuguesa e 91 itens de Matemática dispostos e 7 blocos com 13 itens. Cada caderno de teste é composto por 2 blocos de Língua Portuguesa (26 itens) e 2 blocos de Matemática (26 itens) , perfazendo um total de 52 itens para cada aluno.</p> |
| <p>2009 Projeto Básico SAERS 2009</p> | | <p>Quanto a estrutura das provas - Objetiva de Leitura e Matemática, com questões de múltipla escolha com 4 alternativas para 2 a série/3º ano composta por 4 blocos de 7 itens cada um contendo 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática e com ditado de pequeno. Para os alunos de 5ª série/6º ano a prova será objetiva com questões de múltipla escolha composta por 4 blocos de 10 itens cada um, sendo 2 blocos de Leitura e 2 de Matemática A diferença para o 1º ano do Ensino Médio está na composição dos blocos que será de 4 blocos de 13 itens cada um, sendo 2 de Leitura e 2 de Matemática.</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | | <p>Para as provas levaram em consideração os: DCNs e PCNs para o ensino fundamental e médio; Matrizes de Referência do SAEB; os textos dos livros didáticos mais solicitados pelos professores da rede pública estadual e municipal do RS nos PNLDs 2006, 2007,2008 e 2009; textos selecionados a partir dos tipos de gêneros especificados nas Matrizes de Referência do SAEB/2009; inclusão de itens que viabilizam a comparação dos resultados da 5ª série/6º ano e do 1º ano do ensino médio com o SAEB; classificação dos itens quanto ao grau de dificuldade- fácil – médio - difícil; utilização de diferentes recursos gráficos; Referencial Curricular do Estado do RS e os descritores de cada série/ano avaliados pelo SAERS, especificados nas Matrizes de Referência para a Avaliação em Língua Portuguesa e Matemática.</p> |
| | 2009 Boletim Pedag. 2009 | Idem Boletim Pedagógico 2008. Essa configuração permite que todos os descritores da Matriz de Referência sejam avaliados. |
| Análise e divulgação dos resultados | 1996 – Roteiro | Previa a montagem da equipe de processamento e análise, digitação, edição e análise dos relatórios; identificação de incidências, incidências não-modais ou de exceção, hipóteses quanto aos resultados obtidos e conclusões; |
| | 1996 Manual | Seriam feitos relatórios a partir dos dados das folhas de respostas e encaminhados, posteriormente, as DEs com devidas orientações sobre a análise dos resultados. |
| | 2005 Projeto Básico SAERS/2005. | <p>O projeto prevê que a contratada seja responsável pela análise dos resultados e fornecimento dos boletins de desempenho e relatórios da avaliação, em meio magnético (CD-Rom) e uma cópia impressa de cada um deles à SEE/RS e Secretarias Municipais de Educação que participaram do processo. Os boletins dos alunos deverão conter: o percentual de acertos em cada questão da prova, a habilidade média dos alunos em cada componente curricular, os níveis da escala de desempenho, utilizando-se a escala do SAEB par a 5ª série/6º ano do EF; distribuição dos alunos pelos níveis da escala de desempenho. O boletim será emitido por escola, incluindo todas as turmas que participaram, por Município e por rede de ensino.</p> <p>A contratada deverá elaborar os seguintes relatórios: do perfil dos alunos, dos professores, dos diretores ou supervisores, relatório das condições de infra-estrutura das escolas, das variáveis que interferem nos resultados do desempenho dos alunos, e por fim, o relatório geral do SAERS/2005, com gráficos e tabelas relativos aos principais resultados. Este relatório final deverá ainda conter: características gerais da avaliação, apresentação dos dados e participação do processo, análise dos resultados do desempenho em cada disciplina, série, escola e rede de ensino, conclusões finais e recomendações.</p> |
| 2006 Relatório Téc. Ped. | Em relação ao processamento e análise de dados a Fundação Cesgranrio informou por meio deste relatório que substituiu sua tecnologia de leitura ótica de dados por digitação das folhas de respostas dos alunos. Uma folha de resposta mais simples que após sua digitação recupera qualquer marcação feita pelo aluno foi utilizada pela | |

| | | |
|---------------------------|---|---|
| | | primeira vez na fundação para a avaliação do da ANRESC e no SAERS 2005. |
| | 2007 Decreto n. 45.300/2007 | Os resultados serão analisados com base na TRI apresentadas na escala de proficiência do SAEB e divulgados por turma, escola, CREs e conjunto da rede estadual. |
| | 2007 Boletim Pedagógico/ 2007 | As respostas dos testes são enviadas ao CAEd. As informações são organizadas e analisadas por meio de uma metodologia de forma a gerar uma medida denominada Proficiência Para isto é usada a TRI. A TRI leva em conta 3 parâmetros: 1. Grau de dificuldade; 2. Capacidade de discriminar grupos de estudantes que acertaram ou não determinado item; 3. Possibilidade do acerto ao acaso. Assim, a TRI associada a outros elementos estatísticos permite estimar as proficiências em nível de Estado, Região, Escola e, também monitorar o progresso de um sistema educacional. Uma das vantagens importantes da TRI é possibilitar a construção de uma escala de habilidades por meio de níveis pré-fixados. |
| | 2008 Boletim Pedagógico/ 2008 | Os resultados da aplicação dos testes fazem parte de um conjunto de informações organizadas em uma base de dados, identificadas por CREs, Município, escola, série, turno, turma e por aluno. Após a montagem da base de dados é feito o tratamento estatístico das respostas com base na TRI. É uma modelagem que possibilita gerar para cada aluno uma medida de sua habilidade denominada proficiência. Um dos resultados mais importantes da TRI é a construção e interpretação de escala de habilidades em níveis pré-fixados. |
| | 2009 Boletim Pedagógico/ 2009 | O foco não é exclusivamente o desempenho individual do aluno, mas também as habilidades descritas na Matriz de Referência. Os resultados serão analisados com base na TRI, que produzem informações sobre as características dos itens. Estas características são denominadas de parâmetros: 1. Grau de dificuldade; 2. Capacidade de discriminar grupos de estudantes que acertaram ou não determinado item; 3. Possibilidade do acerto ao acaso. |
| Uso dos resultados | 1997- Análise e anúncio do Programa de Qualif. Docentes. | De posse destes resultados o Governo estaria lançando o Programa de Qualificação de Docentes, envolvendo aproximadamente 14 mil professores das disciplinas e séries avaliadas perfazendo um total de 20% do Magistério. O processo seria desenvolvido em 2 níveis: um de Sensibilização e Mobilização e outro de Educação Continuada com ênfase na diversidade e descentralização. Além destes programas executados pela SE e Des, as escolas poderiam desenvolver seus próprios programas para seus professores. O documento relata que a SE estaria coordenando discussões que levarão a um Padrão Referencial de Currículo, que significa o básico de conhecimento para o ensino fundamental e médio do RS. Apresenta para 1997: uma |

| | | |
|---|--|---|
| | | <p>nova metodologia, apoio técnico da Unesco, utilização dos mesmos critérios do MEC, permitindo comparações.</p> <p>“Após análise preliminar feita pela SE, professores universitários e consultores da Unesco estão realizando a análise quantitativa dos resultados”. Cada escola receberá seus resultados. A SE terá os resultados atingidos em cada questão, a idade dos alunos e o nível de acerto e a avaliação por tipo de curso do 2º grau</p> |
| 1998- documento preliminar dos resultados de 96/97. | | <p>A análise dos resultados do desempenho dos alunos tanto do ensino fundamental, quanto do médio e a situação sócio-econômica e cultural servirão de base para o compromisso da Secretaria de Estadual de Educação do RS com relação a eficácia da educação. Pontua que os dados coletados aliados ao alto nível de reprovação e repetência indicam um considerável grau de dificuldade do alunado no que tange aos conteúdos avaliados. Bem como as características elencadas dos diretores e professores representantes do Conselho Escolar.</p> |
| 2005 Projeto Básico SAERS/ 2005. | | <p>Os resultados do SAERS deverão permitir que as SE reorientem suas áreas de atuação, especialmente quanto a formação continuada dos professores, e no caso das secretarias, no exercício da função redistributiva em relação a alocação de recursos humanos e/ou materiais. Bem como, ampliar a competência do professor na área de avaliação e na busca de alternativas didáticas mais adequadas ao processo de ensino e aprendizagem.</p> |
| 2007 Decreto n. 45.300 / 07 | | <p>Os resultados serão considerados para: implementação na formação continuada de professores com base nas dificuldades dos alunos; divulgação das práticas desenvolvidas pelas escolas com os melhores resultados; identificação das escolas com resultados insuficientes para apoio do poder público.</p> |
| 2007 Projeto Básico SAERS /2007 | | <p>Idem Projeto Básico – SAERS 2005.</p> |
| 2007 Boletim Pedag. 2007 | | <p>Idem o Decreto 45.300/2007.</p> |
| 2008 Projeto Básico do SAER/2008. | | <p>Deverão permitir que as secretarias de educação e as escolas reorientem suas áreas de atuação e ações quanto à formação continuada dos professores. No caso das secretarias ao exercício da função redistributiva em relação a suas escolas quanto à alocação de recursos humanos e/ou materiais, sempre na perspectiva da equidade e melhoria da qualidade do ensino.</p> |
| 2008 Boletim Pedag. 2008 | | <p>Formular políticas públicas, estratégias e ações visando estabelecer padrões de qualidade para a educação. Idem, ainda, o Projeto Básico 2005 e 2007.</p> |
| 2009 Projeto Básico | | <p>Salienta que os resultados do SAERS deverão permitir as secretarias de educação e as escolas reorientarem suas áreas de atuação e ações, especialmente quanto à formação continuada dos professores e, no caso das SEE/RS, ao</p> |

| | | |
|--------------------------------|-------------|---|
| | SAERS/ 2009 | exercício da função redistributiva com as escolas quanto à alocação de recursos humanos e/ou matérias, na perspectiva da equidade e melhoria da qualidade do ensino. |
| 2009 Guia de estudos | | <p>Quanto ao uso dos resultados cita o estabelecido pelo Decreto 45.300/2007 no seu Art. 4 para o SAERS/2008. Apresenta um capítulo sobre como trabalhar os resultados do SAERS, incentivando os gestores a serem um articulador entre os professores e coordenadores pedagógicos de sua respectiva escola, com o intuito de realizar um trabalho de divulgação, apropriação e utilização dos resultados do SAERS.</p> |
| 2009 Boletim Pedag. 2009 | | <p>Sejam utilizados, em cada escola, para o planejamento das ações decorrentes do Projeto Pedagógico. Oferecem aos gestores importantes informações para a elaboração de políticas públicas e, às escolas, um diagnóstico das habilidades desenvolvidas pelos estudantes no âmbito das disciplinas que compõem o quadro curricular, como ainda fatores intra e extracurriculares que interferem no processo de desenvolvimento. Esses dados auxiliam no planejamento de intervenções pedagógicas das reais necessidades das escolas e dos alunos.</p> |